

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**Marxismo, Educação, Consciência e Luta de Classes no
Sindicato dos Gráficos do Ceará**

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Fortaleza, janeiro de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Marxismo, Educação, Consciência e Luta de Classes no
Sindicato dos Gráficos do Ceará

Tânia Serra Azul machado Bezerra

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação, da UFC, sob orientação do professor doutor Enéas Arrais Neto, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Fortaleza, janeiro de 2011.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B469m Bezerra, Tânia Serra Azul Machado.
Marxismo, educação, consciência e luta de classes no Sindicato dos Gráficos do Ceará / Tânia Serra Azul Machado Bezerra. – 2011.
187 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Prof. Dr. Enéas Arrais Neto.
- 1.Socialismo e educação.2.Consciência de classe.3.Conflito social.4.Trabalhadores da indústria gráfica - Educação - Fortaleza(CE).5.Trabalhadores da indústria gráfica - Fortaleza(CE) - Atividades políticas.6.Sindicatos - Trabalhadores da Indústria gráfica - Fortaleza(CE).7.Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Estado do Ceará. I. Título.

Marxismo, Educação, Consciência e Luta de Classes no Sindicato dos Gráficos do Ceará

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Tese apresentada em ____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Enéas Arrais Neto (orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Professora Doutora Luciana Matias Cavalcante
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Professora Doutora Elenilce Gomes de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE

Professora Doutora Antônia de Abreu Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE

Professora Doutora Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Aos meus pais, José Machado e Maria do Carmo (Cacau), pela solidez de princípios, registros vivos de luta/resistência e indignação ante as relações excludentes do capitalismo.

Ao meu filho Thales, pela atitude questionadora/reflexiva perante a realidade opressora que o circunda e pelo amor/respeito aos oprimidos.

Ao meu companheiro, Roberto Kennedy, pela nobreza de ideais e a coragem de permanecer na luta.

Aos meus irmãos Iara, Carlos Celso e Marcos, frutos do amor e do ideal de resistência, partes engajadas na luta pela emancipação humana.

Aos que se foram e a todos aqueles que continuam lutando em defesa de um modelo igualitário de sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Marx e Engels, fontes maiores de minha inspiração e fundamentação teórico-prática.

A Deus, pela vida e pela possibilidade de acreditar em dias melhores.

Ao Professor Dr. Enéas, meu orientador, por meu ingresso na pesquisa, pela abertura ao diálogo e a aceitação das divergências; pelas contribuições acadêmicas, pelo incentivo constante e a forma humana e amigável como conduz suas orientações.

Ao meu pai, José Machado, pela coorientação e por me ser exemplo maior da prática revolucionária, da disciplina para a luta, da justeza de princípios, da crença na humanidade e da possibilidade de transformação social.

À minha mãe Maria do Carmo (Cacau), pela cumplicidade e companheirismo em minhas investidas acadêmicas, pela defesa incondicional de um mundo mais justo, pela beleza/leveza que transfere à militância, pela atitude honesta diante da vida e por provar que é possível “endurecer sem jamais perder a ternura”.

Ao meu filho Thales, por ter sido paciente, amoroso e amigo em minhas ausências, por ter dialogado sobre meus achados durante a pesquisa, por ter aprendido ao meu lado e ter se emocionado diante das injustiças sociais registradas.

Ao meu companheiro, Roberto Kennedy, por haver compartilhado as análises deste texto ao meu lado, por ter incentivado cada nova escrita/leitura/descoberta, por defender/acreditar (n) o fim das relações capitalistas e pelo amor de todos os instantes.

Aos meus irmãos Iara, Carlos Celso e Marcos, pela caminhada em comum, as tantas contribuições (teóricas e práticas), pelo exemplo combativo/engajado/solidário, por compartilharmos dos mesmos sonhos e pela sempre prontidão em ajudar.

À Gardênia amiga, pela cumplicidade, incentivo constante e nobre amizade.

Às amigas Antônia e Elenilce, pela compreensiva e terna amizade, pelo incentivo, confiança e torcida em meus avanços e pelas inúmeras contribuições acadêmicas.

Às amigas Luciana Matias e Maria José, pela troca de experiência, pela carinhosa acolhida profissional, pela confiança e sincera amizade.

Ao Vinícius, novo amigo, pelo carinho e confiança dispensados a mim nesta trajetória de pesquisa.

Aos companheiros de Pentecoste, por nos terem ensinado um exemplo de coragem e engajamento em busca de uma forma alternativa de produção da vida material/espiritual.

Um agradecimento especial e reconhecido ao Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Estado do Ceará e aos seus grupos de estudos e formação política, pela possibilidade de contato com uma experiência de educação incomum, pelo exemplo de resistência, consciência e luta, pela abertura ao diálogo e a sempre disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

E a todos os familiares e amigos que me compreenderam e estimularam, mesmo nos momentos de ausência e que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta pesquisa.

RESUMO

No doutorado, objetivamos registrar/analisar a práxis de um grupo de trabalhadores que, no tempo presente, se organiza no Sindicato dos Gráficos do Ceará, experienciando um processo de formação política. Inspirados pelo materialismo histórico-dialético trabalhamos com a interseção de fontes orais (histórias de vidas) e com vertentes escritas diversas (fotografias, jornais, panfletos etc). A problemática investigativa anuncia-se ao passo que, mesmo em tempos de fragmentação da classe trabalhadora e de destituição da luta sindical, os sujeitos desta pesquisa se reúnem interessados em estudar Marx e as transformações político-econômicas contemporâneas. Nesta perspectiva, asseguramos estar diante de um movimento de resistência e luta operária no século XXI. As reflexões/ações do grupo encontram nos princípios marxistas uma possibilidade de superação da crise enfrentada. Os resultados desta tese demonstram que a práxis formativa destes trabalhadores cinge-se à tese de que a formação é parte fundamental do conjunto destas relações sociais, portanto, determinada pelas relações mais amplas, mas constituindo potente instrumento de mudança da realidade social. Em nossas considerações, esta busca por uma educação politizadora, aliada à práxis de luta, contribui para a formação de uma subjetividade revolucionária pautada na consciência de classe.

Palavras-Chave: Marxismo. Educação. Consciência e Luta de Classe.

ABSTRACT

In the doctoral study was intended to record / analyze the praxis of a group of workers who, at the present time, is organized in the Union of Graphs of Ceará, experiencing a process of political education. Inspired by historical materialism and dialectical work with the intersection of oral sources (life histories) with various written sources (photographs, newspapers, pamphlets, etc.). The investigative problem is announced while, even in times of fragmentation of the working class and dismissal of trade union struggle, the subjects of this research, gather interested in studying Marx and the contemporary political and economic changes. In this perspective we affirm being in front of a resistance movement and workers' struggle in the twenty-first century. Reflections / group's actions are a possibility in Marxist principles to overcome the crisis faced. The results of this thesis show that the practice of training workers confines itself to the argument that education is a fundamental part of all these social relations, therefore determined by wider relations, but rather to powerful instrument of social change. In our considerations, this search for a politicizing education, coupled with the praxis of struggle contributes to the formation of a subjectivity based on the revolutionary class consciousness.

Keywords: Marximo, Education, Consciousness and Class Struggle.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O FAZER POLÍTICO-EDUCATIVO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS ENQUANTO OBJETO DE CONHECIMENTO	16
2.1 Reflexões Teórico- Metodológicas: A Memória no SINTIGRACE – Uma Incursão na Subjetividade Operária	44
3 EDUCAÇÃO, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PRINCÍPIOS MARXISTAS	51
3.1 Neoliberalismo, Mudanças na Gestão do Trabalho e Crise Sindical	67
4 RESISTÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE: A CAPILARIDADE DO TEMA E SEUS DESDOBRAMENTOS	82
4.1 Reflexões sobre Trabalho Estranhado e Propriedade Privada	103
5 NARRATIVAS DO MUNDO DO TRABALHO: REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, DESEMPREGO ESTRUTURAL E LUTA DE CLASSES NO SINTIGRACE	108
5.1 Trabalhador Gráfico: Reestruturação Produtiva e Precarização da Força de Trabalho	121
5.2 O Esfacelamento do Valor de Uso das Mercadorias	127
5.3 A Redução da Participação Direta do Trabalhador na Produção em Detrimento da Automação	131
5.4 A Acumulação Flexível e as Possibilidades de Organização/ Associação dos Trabalhadores	137
6 TRABALHADORES GRÁFICOS EM FORMAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA	148
6.1 Educação: Emancipação Humana ou Empregabilidade?	162
7 CONCLUSÃO	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183

1. INTRODUÇÃO

Pressupondo o homem enquanto homem e seu comportamento com o mundo enquanto um comportamento humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança etc. Se tu quiseres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza – tem de ser uma externalização determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade. Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar enquanto amar, não produz amor recíproco, se mediante tua externalização de vida como homem amante não te tornas homem amado, então teu amor é impotente, é uma infelicidade. (MARX, 2004).

Inspirados por uma concepção marxista da realidade inventariamos como *locus* de nossa investigação sujeitos que consideramos, assim como registra Marx (2004), influenciadores de outros sujeitos no âmbito da formação da consciência/luta de classes, uma vez que atuam, efetivamente, sobre seus pares de modo estimulador e encorajador. Nestes termos, nos aproximamos do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Ceará - SINTIGRACE - com o objetivo de analisar e registrar o processo constituidor da consciência de classe no meio operário, como também compreender suas ações cotidianas que configuram o fenômeno intitulado por Marx (1890) como luta de classes.

Em contato com o referido Sindicato, tomamos conhecimento de alguns grupos de estudos políticos ali experienciados, os quais se constituíram como eixo central de nossas análises para o Doutorado e que serão mais bem caracterizados ao longo da tese. Esta tese nasce, pois, como uma necessidade de apreender no tecido destas relações sociais as condições objetivas/subjetivas que relacionam as categorias marxismo, educação, consciência e luta de classes no SINTIGRACE. Estas intenções consolidaram-se no contato mais intenso com os trabalhadores observados: sua posição no mercado de trabalho, os dissabores que esta posição lhes imprime, os enfrentamentos que têm de desenvolver contra a ordem vigente, o papel educativo dos sindicatos na organização da luta operária e o evidente anseio que demonstram pelo acesso a uma educação/cultura reflexiva.

Dialogamos, então, com pessoas que vivenciam as condições de exploração e as contingências do sistema do capital e, portanto, resolvem constituir grupos e se

apropriar daquilo que lhes é negado: a cultura intelectual, a visão de mundo crítico-reflexiva com base em sua posição na estrutura econômico-social e a consciência de classe. Apresentamos aqui um exemplo efetivo da imbricação entre teoria e prática, vínculo que se descobre e se efetua na práxis da luta dos trabalhadores.

Em torno dos elementos apresentados, consideramos relevantes investimentos acadêmicos a fim de melhor compreender como ocorre o desenvolvimento dessa aprendizagem diferenciada, que intenciona formar indivíduos capazes de analisar e, por isso, até contestar a realidade da qual participam. O fato nos remeteu ao que Marx (1927) considera de a passagem da *classe em si* a *classe para si*, não bastando, nesse sentido, a *consciência de si* (MARX, 1998), como evento isolado, mas a busca por condições objetivas de transformação da realidade. Foi nesse sentido que analisamos/debatemos o modelo de educação/formação/luta em tela.

Compreendemos essa experiência em seu sentido concreto, operando com base no método dialético e refletindo sobre os aspectos contraditórios desse panorama de antagonismos sociais e luta. Caminhamos no sentido de descobrir as leis peculiares ao surgimento e desenvolvimento dessa ação político-formativa que fertiliza a constituição de uma atitude crítico-combativa, ao que concluímos em resultado de pesquisa, como consciência de classe. Entretanto,

Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência. (LUKÀCS, 2003, p. 142).

Vale enfatizar o fato de que os resultados apontados se referem aos conceitos e ações produzidos/efetivados coletivamente por este conjunto de sujeitos reflexivos que não depositam exclusividade à categoria dos profissionais gráficos, mas se ampliam às pessoas diversas organizadas naquele espaço, pertencentes a diferentes setores trabalhistas. As pessoas que se reúnem em estudos e protestos no SINTIGRACE não se restringem aos gráficos - “o que importa aqui é saber em que medida elas estão em condições de se conscientizar das ações que devem executar e executam efetivamente para conquistar e organizar sua posição dominante”. (LUKÀCS, 2003, p. 144).

Para o aprofundamento das categorias deste estudo, organizamos o texto da tese em sete capítulos. O primeiro é esta apresentação, enquanto o seguinte é - O Fazer Político-Educativo dos Trabalhadores Gráficos como Objeto de Conhecimento. Este foi elaborado com base no estudo da imprensa dos gráficos em acesso ao acervo documental do SINTIGRACE. Propomo-nos, com efeito, na segunda parte do trabalho, uma tentativa de reconstituição da trajetória histórica do movimento operário cearense a partir da experiência dos gráficos. Ainda que de forma breve, buscamos registrar práticas que caracterizaram o meio proletário ante a implementação de relações de produção baseadas no trabalho estranhado e na propriedade privada.

Nesse sentido, o instrumental dialético de Marx foi imprescindível para o enfrentamento de tais abordagens. A intenção foi a apreensão do real com esteio numa observação atenta ao movimento histórico e contraditório destas relações humanas experienciadas por grupos trabalhistas em organização de uma luta coletiva. Tivemos a intenção de ir além do caráter meramente fenomênico do objeto em estudo e partimos para a essência dos fatos, com vistas a compreender a gênese das relações de exploração, estranhamento e luta vivenciados pelos gráficos até a atualidade.

Esta contextualização ocorreu em razão do desejo de debater sobre peculiaridades do fenômeno estudado e o processo de formação da consciência de classe, observando como se deu, pelo menos em parte, o movimento de implementação do estranhamento nas atividades laborais gráficas, quais suas consequências e que desdobramentos incidem ainda hoje na forma de ser e agir dos trabalhadores em estudo. Isto nos auxiliou profundamente na análise de nosso objeto de estudo, pois, afinal, segundo Marx (1997):

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam, diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. (P.21)

Decidimos, então, que não podíamos nos desligar desse fio histórico-dialético que permitiu, também, o debate e a reflexão sobre o papel da educação diante de ações operárias de luta e resistência social. Como nos ensina Marx (1997), o homem

elabora sua história alicerçado nas experiências, culturalmente constituídas, das gerações que o precedem. Tal fato foi evidenciado ao relacionarmos o tempo presente do SINTIGRACE com o histórico de lutas e enfrentamentos vivenciados pelas gerações de gráficos que os antecederam.

Em sequência, propomos o terceiro módulo - Educação, Consciência de Classe e Princípios Marxistas. Neste espaço do texto, intencionamos um mergulho no *ser da classe* trabalhadora com origem no SINTIGRACE no século XXI, em meio a um contexto de desarticulação e individualização. Objetivamos nos aproximar do debate sobre a dilapidação da subjetividade combativa/engajada, entendendo ser este um elemento necessário ao enfrentamento de um capitalismo mundializado. A ideia foi a interpretação das ações/pensamentos dos sujeitos¹ em formação/luta que resistem em tempos de individualização, driblam a desregulamentação capitalista e conservam princípios marxistas, pautados em uma solidariedade de classe e defesa de um modelo de sociedade que obstaculiza a exploração do homem pelo homem.

Este debate transcorreu com arrimo em discussões como: neoliberalismo, mudanças na gestão do trabalho e crise sindical, entre outras, no sentido de contextualizar as transformações ocorridas na esfera da produção e seus pactos para o ser da categoria em análise. Afirmamos, então, que atualmente nenhuma categoria trabalhista está imune ao desemprego e ao trabalho temporário no Brasil. Por conseguinte, este estudo, inevitavelmente, se deparou com fenômenos como o neoliberalismo e a crise sindical. Destacamos, todavia, que, como indica Arrais (2006), além dos trabalhadores viverem apenas de sua força de trabalho - pois muitos sobrevivem de subsídios públicos, ajuda da família, esmolas etc - o que unifica e caracteriza a classe trabalhadora é o fato de viver explorada no emprego ou desemprego, pelo capital, como um coletivo de trabalho.

Destacamos, pois, o processo de individualização que acomete parte dos trabalhadores em decorrência do rompimento com o elo de classe que alimenta as possíveis formas de resistência à exploração capitalista. Isso porque as citadas transformações, tanto produtivas quanto sociais, que marcam o capitalismo da contemporaneidade, “atingem diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão”. (ANTUNES, 1995, p. 148).

¹ Trabalhadores sujeitos desta pesquisa.

Em momento seguinte, discutimos no quarto segmento - Resistência no Campo e na Cidade: a Capilaridade do Tema e seus Desdobramentos. Apresentamos, por intermédio de um relato analítico, uma experiência campesina que perpassou nossas investigações e que se coaduna com o fenômeno experienciado no SINTIGRACE. Em contato com integrantes do grupo de formação política do Sindicato, e tocado pela formação ali vivenciada, um trabalhador desempregado e em retorno ao campo resolve vivenciar as propostas de Marx e Engels e o faz com apoio de alguns integrantes do grupo reunido no Sindicato. Aprofundamos nesta oportunidade categorias marxistas, como trabalho estranhado e propriedade privada, como também observamos a possibilidade de transformação efetiva das relações de produção baseadas na exploração do homem pelo homem.

Em meio a essa vivência, percebemos que a ação político-educativa em análise transcendeu o espaço do SINTIGRACE e a semente ali plantada pela convicção anticapitalista produziu novas sementes que germinaram, cresceram e deram frutos. Outros lugares foram/são semeados e neles surgiram outras plantações de militantes que arriscaram a possibilidade de agir, pensar e produzir a vida material e espiritual de forma diferenciada.

No quinto módulo, propomos um debate sobre: Narrativas do Mundo do Trabalho: Reorganização Produtiva, Desemprego Estrutural e Luta de Classes no SINTIGRACE. Em continuidade às análises e reflexões, discutimos, nesta etapa do texto, os rumos político-ideológicos que assumiram as organizações trabalhistas e seu papel formativo nos constantes (re)ajustes e ataques à classe trabalhadora. Como exercício metodológico, constituímos nossas análises e conclusões articulando o local, o nacional e o transnacional. Mesmo que modestamente, a intenção foi relacionar singular e plural como elementos que se relacionam em um todo complexo e dialético.

Esta ideia cinge-se à compreensão de Mézàros (2002, p. 175), da tese antisocial do sistema do capital que “é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo”. Tais implicações foram duramente sofridas pelos trabalhadores na contemporaneidade e pelos gráficos em específico.

Por fim, para o sexto capítulo, levantamos apontamentos e reflexões sobre: Trabalhadores Gráficos em Formação: Educação, Cultura e Resistência. Em nossa compreensão os trabalhadores reunidos no SINTIGRACE experienciam uma autoformação, que privilegia a educação como ação política propiciadora de uma

cultura ampla e engajada nas causas coletivas. No que se refere à educação, cultura e resistência no SINTIGRACE, as reflexões norteadoras das análises produzidas para este espaço do texto buscaram respostas para algumas indagações: qual o significado da ação educativa que vivenciam? Qual é o papel da educação e dos sindicatos na formação e no desenvolvimento da consciência de classe desses trabalhadores? Que cultura pode ser (re)inventada no seio da classe trabalhadora? Que elementos objetivos/ subjetivos constituem uma cultura combativa/reivindicativa?

Segue-se o capítulo de remate, com as conclusões da pesquisa, seguidas da relação de obras/autores que embasaram teoricamente e estearam as reflexões do estudo que ora termina.

2 O FAZER POLÍTICO-EDUCATIVO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

O interesse investigativo desta tese nutriu-se da inquietante intenção de compreender a classe trabalhadora e o seu “fazer-se” (THOMPSON, 1981) cotidiano de luta social e expressão da autoconsciência. A observância de homens e mulheres que no tempo presente manifestam a capacidade de criticar/agir radicalmente à sociabilidade do capital, ainda que estas investidas não acarretem uma transformação social efetiva, comprovam o funcionamento de um aprendizado coletivo de recusa ao estranhamento das relações humanas e produtivas propugnadas pelo capitalismo. A (re)afirmação de uma prática diferenciada de resistência consciente acerca de sua história e ante uma sociedade que os confinou às margens dos benefícios econômico-sociais apresenta-se nesta tese como objeto privilegiado de conhecimento.

Nesta experiência teórico-empírica, foi possível nos movimentar do específico ao geral, ou seja, das particularidades do nosso objeto de pesquisa para a compreensão de um todo mais complexo, que é a categoria classe operária no Brasil – suas características, tendências, capacidade de organização e luta, influências e singularidade local que pertencem a uma conjuntura nacional. Cabe ressaltar, entretanto, que

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer *todos* os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir *todos* os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. (KOSIK, p. 44, 2002).

Tal procedimento metodológico objetivou analisar e historicizar o movimento operário com base no SINTIGRACE (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos do Estado do Ceará), compreendendo como o princípio da contestação e do esclarecimento é capaz de (re)contar as ações proletárias no Ceará e no Brasil. À medida em que avançaram nossos estudos e pesquisas concluímos que começar apresentando os sujeitos desta

investigação por intermédio de sua imprensa seria um ganho de qualidade para o texto da tese. Isto porque, desde o final do século XIX, a categoria profissional em análise divulga ações, pensamentos, lutas, conquistas, denúncias e retrocessos nas folhas de seus jornais.

Mencionados registros nos permitiram um passeio intrigante pelas veredas da organização proletária no Ceará, na possibilidade de observar/compreender como de tempos em tempos grupos não hegemônicos se articulam em torno de causas coletivas. Conhecemos, então, entre fragilidades e fortalecimentos, um pouco dessas pessoas de carne e osso que lutaram por uma sociedade mais justa e coerente com o bem comum.

Interessa destacar o fato de que não planejamos, *a priori*, o estudo dos jornais colecionados pelo SINTIGRACE e muito menos sabíamos como fazê-lo; foi o dever da pesquisa que nos apontou este caminho: aceitamos o desafio e aprendemos com tudo o que vimos. Em mãos dessas fontes, dedicamo-nos a retirar-lhes as categorias centrais desta pesquisa: autoformação/educação, consciência de classe, luta/resistência operária e Marxismo no Ceará/Brasil.

A tentativa acadêmica de delimitar os sujeitos desta pesquisa mediante o uso dos jornais inspira-se, também, em Marx, quando de sua experiência na *Gazeta Renana*, entre outros jornais, que para ele se caracterizavam como veículos férteis para a denúncia política, mobilização e conscientização da classe trabalhadora acerca da exploração que se encontra submetida. Compreendemos que o jornal da associação trabalhista representa historicamente um acesso, ainda que limitado, à informação/politização para o meio operário que até os dias de hoje enfrenta sérios deficits escolares. Concluímos ser este, além de seus elementos políticos, um momento de letramento e apropriação de cultura diversa, uma vez que exercitam o hábito da leitura/escrita, têm acesso a poemas e um vocabulário erudito e atingem consideráveis níveis de consciência/reflexão. Assim, uma legítima forma de aproximação deste universo é a tentativa de apropriação de seus códigos e símbolos, a interpretação de suas múltiplas e irreverentes linguagens.

Portanto, podemos situar como *locus* de nossa investida empírica o SINTIGRACE, isto é, os sujeitos que no tempo presente dão continuidade ao histórico de luta e resistência social dentro deste espaço/tempo coletivo – Sindicato dos Gráficos - que aglutina não só gráficos, mas também, outros trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, professores, entre outras entidades. Este aspecto ao longo do estudo sobre

este sindicato, fora marca presente: os gráficos sempre estiveram em contato com o movimento mais amplo da classe trabalhadora, seus objetivos demonstram-se historicamente relacionados à mobilidade social daqueles que, como eles, vivem apenas de suas forças de trabalho.

Pesquisamos, assim, um sindicato que funciona como um lugar de debates políticos e luta social, no qual a diversidade de pessoas que o frequentam torna sua ação mais complexa e rica, por não se restringir aos gráficos. Optamos, contudo, por não nos deter em classificar ou numerar estes indivíduos que ali estão ou que ali frequentam, outrossim, a análise se dá pelo coletivo que formam, pelo resultado e o método que engendram cotidianamente na implementação da luta e consciência de classe. Isto posto, compreendemos/concluimos nosso objeto de pesquisa, o SINTIGRACE, como um espaço/tempo de luta/resistência social.

Nossas visitas/observações ao SINTIGRACE e o acesso ao seu grupo de formação-política nos conectaram com o seu percurso histórico que vincula movimento operário, associativismo, educação e consciência de classe, elementos que desde cedo revelam os gráficos como militantes ativos no processo de conquistas e/ou retrocessos das lutas trabalhistas no Ceará/Brasil. O contato com a historiografia de grupos proletários em decurso de organização consciente nos traz a constatação de que a luta de classes ainda é requisito preliminar para conquistas trabalhistas, elemento que acentua o papel dos sindicatos como espaços de resistência, formação política e mobilização social.

É neste sentido que o SINTIGRACE nos remete a Marx (2009), quando este reflete sobre as condições objetivas que constituem as características de uma *classe para si*, grupo de trabalhadores que se organiza e se conscientiza sobre as relações de exploração que experienciam no mundo do trabalho e passam a oferecer resistência consciente à classe opressora. A este respeito, postula Marx (2009):

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. (P. 190).

A trajetória de nossa pesquisa pouco a pouco foi compondo o perfil de militantes que lutam para se constituírem como sujeitos alimentados intelectualmente por saberes/práticas que questionam a situação de pobreza e exploração a que são historicamente submetidos e participam efetivamente da implementação da luta de classes no contexto cearense; pessoas que com pouco ou quase nenhum grau de escolaridade se empenham em desenvolver uma cultura operária de letramento e politização, como argumenta Gonçalves e Bruno (2002), em seu livro *O Trabalhador Gráfico*:

Essa vontade de auto-esclarecimento, buscada por tantos trabalhadores, encontrou na imprensa operária, associada aos múltiplos mecanismos de difusão das *novas ideias*, uma de suas mais significativas formas de expressão. Enfrentando dificuldades várias para sustentação de suas folhas, lutaram para promover a formação de pequenas bibliotecas, escolas e círculos de cultura, sem esquecer que enfrentaram também a repressão sistemática. A apreensão de jornais e as variadas formas de impedir sua distribuição se repetem. São incontáveis as notícias sobre a repressão à imprensa operária e seus militantes, querendo impedir a disseminação das ideias e práticas emancipatórias. (P. 07).

Pesquisadores da imprensa operária no Ceará, com publicação de fontes primárias de referidos arquivos, anunciam que desde o século XIX emerge no seio dos profissionais gráficos cearenses e de outras categorias uma tentativa de esclarecimento e luta com base no uso da palavra impressa e de um movimento de elevação intelectual por meios próprios – criação de círculos de cultura, bibliotecas, escolas noturnas, envolvimento em greves etc. Formalmente, esta aquisição de conhecimento científico-letrado lhes era dificultada, por conseguinte, a organização da classe trabalhadora em torno da exigência por melhores condições de vida passa, segundo os documentos-jornais da própria classe pela, também, necessidade de instrução. Estas personagens situam-se no

[...] primeiro surto industrial no Ceará ou primeiro surto de investimentos, datado do fim do século XIX guarda relação com fatos da conjuntura internacional e nacional, com intensificação da produção algodoeira no plano local.

É no quadro da industrialização incipiente, com a predominância do setor têxtil como atividade fabril, que vão surgindo as tipografias e com elas a difusão da palavra impressa representando as artes, os ofícios, as sociedades beneficentes, o partido operário, as primeiras greves no século XIX. (GONÇALVES e BRUNO, p. 10, 2002).

As tipografias funcionavam como espaço de circulação de ideais e novidades de uma sociedade que gradativamente se urbanizava e redimensionava suas práticas sociais e produtivas. É neste panorama que surge a imprensa operária como forma de protesto, reivindicação e denúncia das mazelas sociais enfrentadas pelo proletariado e desvalidos. A escrita dos mencionados documentos diferencia-se em linguagem dos demais jornais em circulação da época uma vez que estes possuem uma característica de politização e esclarecimento da classe e, ainda, configuram historicamente o processo de organização de grupos contra-hegemônicos que passam a usar como palavras de ordem: união e libertação. Mais uma vez, Marx (2009) nos ajuda a interpretar o fenômeno em pauta:

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. (P. 86).

Analisando esta afirmação e conectados ao movimento operário em estudo, destacamos que, ao se tornarem gradativamente conscientes, os gráficos (em conexão com outras categorias profissionais) anunciam a necessidade de transformação das relações de produção que vivenciam. Em torno desta necessidade de luta, organizam-se e tentam fazer frente à arbitrariedade e à desumanidade da burguesia. Esta organização, em meados do século XX, os conectou a movimentos nacionais e internacionais que se nutrem de ideias leninistas-marxistas e passam a radicalizar ainda mais suas ações/ideias. Suas ações ganham corpo nas ruas: em portas de fábricas, em passeatas, em confronto com a polícia, em atos públicos em praças, em denúncias e protestos sistemáticos etc.

Sem uma ação armada efetiva, contudo, e distantes de ameaçar a hegemonia do capital, enfrentam dramáticas perseguições e prisões, vinculam-se a grupos clandestinos, têm suas tipografias e edições de jornais atacados, e às vezes até

destruídos, e caem na legitimação do movimento sindical. Este fato, hoje (sec. XXI), os distancia significativamente de um movimento revolucionário. Desta feita, conclui Marx (2009):

De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. (P. 191).

Isto porque

A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição de libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens. (P. 191).

Ao legitimarem-se como sindicato, os gráficos continuam, até hoje, em nossas conclusões, apresentando-se como um grupo de resistência operária, entretanto, funcionam dentro da ordem e das reformas capitalistas, perdendo sua efetividade revolucionária. Suas lutas, embora implementem a crítica ao capitalismo e as suas teses antissociais, diferenciando-se na contemporaneidade de grande parte do movimento sindical, não conseguem ultrapassar os limites da legalidade e do controle do Estado capitalista.

Em retorno às condições históricas que apresentam o SINTIGRACE em sua inserção na luta/consciência de classe, as tipografias funcionavam inicialmente em forma de oficinas/escolas que desempenhavam a arte de tornar públicos pensamentos políticos, posições ideológico-partidárias, costumes e hábitos da vida cotidiana, preços de mercadorias, poemas, anedotas etc. É este o quadro de trabalho do tipógrafo: imprimir ideias e fatos, elemento que o incita à reflexão, ao letramento e à necessidade de se apropriar da educação como veículo de conscientização/luta e organização. O tipógrafo apresentava-se como uma categoria intelectual e propiciadora de cultura, tão logo essa característica passa a depor a favor dos operários,

(...) imprimem seus primeiros jornais e de modo quase sincrônico, esboçam seus projetos associativos. Afinal o jornal em si era, para eles, um veículo aglutinador. **O Typógrafo** (1866), **O Colossal** [1878], **A Greve** (1882) participam do enredo como dimensão da experiência coletiva dos tipógrafos, considerados à época, o grupo mais coeso em defesa dos interesses de sua arte. (GONÇALVES e BRUNO, p.14, 2002).

Ainda em Gonçalves e Bruno (2002), os tipógrafos se faziam, inicialmente, como jornalistas da classe e sofriam severas perseguições, processos, prisões, jornais destruídos a machadadas, recrutamento militar, entre outras estratégias de inibição dessa prática contestativa. Por sua vez, também desenvolveram maneiras de driblar a repressão e continuaram a imprimir a palavra operária em diversas situações e com solidariedade de classe, noticiavam em suas folhas assuntos pertinentes a acidentes de trabalho, abuso da jornada trabalhista, insalubridade e má remuneração enfrentadas pelas diversas categorias - pedreiros, alfaiates, homens do mar, ferroviários, entre outros.

Estas informações encontram-se registradas nos jornais da classe que se apresentam para nós como fontes de pesquisa e comprovação de nossa tese de que o SINTIGRACE representa, desde antes e até hoje, um espaço de subversão da ordem patronal e de formação da consciência de classe.

Abre teus olhos, trabalhador

Organisemos e conquistemos, para a luta internacional das classes, os milhões de trabalhadores do Brasil

Octávio Brandão

E's pobre ou rico? E's operário ou patrão? E's trabalhador ou parasita? E's proletário ou burguez? Vives do teu suor ou vives do suor dos outros?

Se és pobre, se és operário, se és trabalhador, se és proletário, se vives do teu suor – lê e relê o que te dizemos; não perderás teu tempo, E' o teu interesse que esta em jogo.

Se, porém és rico, se és patrão, se és parasita, se és burguez, se vives do trabalho dos outros – deixa-nos; passa adiante, porque o que temos a dizer não te interessa.

Sou um trabalhador como tu. Não te falo como “protector”, como “patrono”. Falo-te como irmão, como companheiro de luta e sofrimentos.

Onde trabalhas? Na fabrica? Na usina? No campo? No mar? Na oficina?

Qual é o teu instrumento?! A enxada? O martello? A plaina? A tesoura?

Sobre que te debruças?! Sobre o tear? O leme? O linotipo?

Onde dormes? A' beira da fornalha morna dos engenhos? Perto das caldeiras mornas dos navios? Por baixo das caixas de typos, nos cavalletes, em cima dos montes de jornaes? Sobre as esteiras de piri-piri, perto da bocca do forno das padarias? (...)

E porque soffres injustamente, o companheiro ou companheira, é que vou falar em nome do seu interesse, do meu interesse, dos nossos interesses de trabalhadores. (...). (Jornal: TRABALHADOR GRAPHICO, Fortaleza, Sábado, 19 de abril de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002).

No acesso a este documento encontramos o testemunho de uma categoria que, gradativamente, perante limites e possibilidades de suas ações, se apresenta como um lugar/tempo de articulação, estudos e denúncias. O trecho do jornal, da década de 1930, por exemplo, revela o engajamento e a luta proletária em torno da necessidade de conscientização e organização da classe desde o início do século passado, como também demonstra o envolvimento dos gráficos com uma luta geral de emancipação operária.

Em suas páginas, encontramos registros de greves, passeatas, panfletagem em porta de fábricas, assembleias, grupos de estudo em torno da releitura de jornais, prisão e até morte de trabalhadores perseguidos e impedidos de se manifestar. Não alcançaram o socialismo e nem de longe relações semelhantes, mas foi nas ruas, sendo surrados e punidos, que atingiram algumas conquistas: redução da jornada de trabalho, indenização por acidentes de trabalho, licença-maternidade, carteira assinada, entre outras. Outro elemento de destaque é a sistemática dedicação aos estudos e a forte consciência da necessidade de intelectualização da classe. Suas folhas, por exemplo, registram campanhas para a formação de uma biblioteca:

Realizar-se amanhã, nos salões do Sem Rival Sport Club, à rua Barão do Rio Branco n. 93, um animado festival dansante, promovido e patrocinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Graphicos, cujo producto reverterá em benefício de sua biblioteca, recentemente creada.

Alludida festa terá um caráter puramente familiar-proletario. (...)

Esperamos que esta iniciativa seja recebida, como merece, com satisfação, por todos quantos desejam o progresso de nossa associação. (Jornal: TRABALHADOR GRAPHICO, Fortaleza, sábado, 10 de maio de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002).

Os estudos dos jornais registram como, década a década, entre rupturas e retrocessos, o caráter de associativismo entre os gráficos se consolidou, a defesa de que juntos são mais fortes e podem sobreviver melhor aos ditames do capital é texto presente em quase todos os jornais; a disciplina em torno da tarefa de tornarem-se mais lúcidos quanto a interpretação do mundo a sua volta é cadeira cativa na palavra impressa dessa categoria do século XIX ao séculos XX e XXI, no meio dos tipógrafos e, mais tarde, como ampliação da categoria: dos gráficos, que incluía outros trabalhadores – linotipista, colecionador, impressor, revisor etc.

Afirmamos, portanto, ser a educação um princípio fortemente desejado, elaborado e (re)elaborado por aqueles que dirigiam a associação dos gráficos e, a partir de 1930, o então sindicato, transferindo àquele/este um papel de escola não só política, mas também de cultura ampla e propedêutica, elemento negligenciado pela escola formal que destina historicamente à classe trabalhadora uma ação formativa mais voltada ao técnico profissionalizante do que ao científico- literário.

Compreendemos, com a constituição da biblioteca do Sindicato dos Gráficos, a real afirmação de que para aqueles sujeitos “o progresso da associação” estava intimamente relacionado à capacidade de compreensão crítica das relações socioeconômicas vivenciadas. Ao que observamos na leitura dos jornais, a biblioteca possuía volumes de assuntos diversos: Filosofia, Economia Política (Marx, Engels, entre outros), Socialismo Libertário, Lenin, Literatura etc. Esse acervo não sobreviveu até os dias de hoje, principalmente, ao enfrentar duas ditaduras: Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1986).

Nestes mencionados momentos, vivenciaram perseguições e prisões, tendo o acervo sido alvo de destruição da repressão dos regimes autoritários capitalistas que trataram de atear fogo na literatura marxista. Hoje, entretanto, o SINTIGRACE busca retomar essa prática, enfrentando problemas financeiros sérios, dado o número cada vez menor de associados, fenômeno característico do sindicalismo contemporâneo, fato que discutiremos posteriormente.

O justo anseio dos trabalhadores gráficos de apropriarem-se dos mais diversos conhecimentos de seu tempo, saberes que lhes são negados por uma correlação desigual de forças, não é novidade da história contemporânea. Marx, entre 1845-1846, ao escrever a *Ideologia Alemã*, já ressaltava tal aspecto:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (1982, p. 72).

Ao perceberem que precisam de uma compreensão diversa da realidade político-econômica que os cerca, fazendo frente ao conjunto de ideias hegemonicamente postas pela classe dominante, assim como destaca Marx (1982), o cenário proletário em estudo aglutina forças para ter domínio de si e das condições objetivas que os explora. O desejo de inserir-se no mundo letrado é elemento de destaque para a categoria em estudo. Encontramos em sua imprensa sempre lugar para sonetos, poemas, charadas, anedotas, entre outros aspectos de denúncias e notícias. Estas conclusões tornam-se pertinentes diante do estudo da imprensa operária cearense, mais especificamente, a imprensa dos gráficos, como concluem Gonçalves e Bruno, em análise, por exemplo, do *Colossal* – jornal pertencente à Associação dos Tipógrafos que circulava em Fortaleza em 1878 – no qual destaca importantes elementos ao debate nesta tese:

Os temas tratados n'O Colossal são os mais variados. De feito simples, em quatro páginas de pequeno formato, seu modelo combina o satírico (pitada de humor cáustico), o literário (versos, poematos, trovas) e a crítica social (carestia, preço, fome, moradia, seca). (GONÇALVES e BRUNO, 2002, p. 23).

Cabe ressaltar que fizemos um passeio histórico aos arquivos do SINTIGRACE e aos documentos divulgados por Gonçalves e Bruno (2002). Certamente, não lemos tudo, mas a trajetória empírica nesse momento de voltar aos arquivos da década de 1930, por exemplo, foi no intuito de conhecer as tendências e influências ideológicas sofridas pelo sindicato em seu percurso histórico. Nessa perspectiva, buscamos conhecer melhor o passado para compreender elementos do presente, perceber tendências políticas e suas conseqüências, apreciar essas fontes para descortinar o ontem e relacioná-lo ao contemporâneo. Concluimos que todo um aparato

de vanguarda fundamenta a práxis do SINTIGRACE de hoje, que conserva o caráter de luta e contestação da ordem, embora esta composição seja permeada por avanços e retrocessos da luta operária no Ceará/Brasil.

Percebemos nos contornos de sua imprensa o avanço das forças produtivas e a reestruturação sistemática dos meios de produzir no capitalismo à moda cearense e, com este cíclico movimento do capital, tivemos acesso a um inventário das denúncias operárias ante a consolidação do urbano e das relações sociais de exploração: suas misérias, incertezas, a dificuldade de moradia e de acesso à escola, a exígua capacidade de consumo diante de altos preços das mercadorias, suas lutas, passeatas, greves, as prisões, a repressão, o desemprego, as contradições e as suadas conquistas, enfim, o fazer/viver proletário. Em seus jornais, na década de 1930, quando da fundação efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Graphicos, observamos a recorrência de convites à luta:

Trabalhadores!

Comparecei, hoje, às 14 horas, à sede da União dos Pedreiros, à rua 24 de Maio, 9h, para assistirdes uma sessão magna, allusiva ao 1º de Maio, e, logo após, sahirdes em direção à praça de Pelotas, onde realizar-se-à um grande comício. (TRABALHADOR GRAPHICO, 1º de maio de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002).

Este ato público representou significativa organização operária no Ceará, lembrando o fato de estarem vivenciando o clima cruel da ditadura de Vargas. Na oportunidade deste encontro e protesto, o jornal dos gráficos narra que muitos trabalhadores discursaram e apresentaram inflamadas palavras de protesto e recusa à exploração, “enganam-se os senhores detentores deste regime em decadência - nada deterá nossa marcha, nada!”. (TRABALHADOR GRAPHICO, 10 de maio de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002). Este trecho diz respeito à parte da fala de um operário no comício e passeata do 1º de maio e, ainda:

[...] que urgia trabalhar; fazia-se mister todos abandonarem o comodismo criminoso de que estavam possuídos, e entrarem resolutos na lucta; o momento é psychologico, e já não admite meias palavras. (...) a emancipação da classe trabalhadora, havia de vir, como um determinismo histórico, pela ordem natural das cousas. Sim. Mas nada se consegue sem trabalho e muita abnegação. É preciso não imitarmos o caboclo rustico, imbecil e carola, que deita-se numa rêde suja, levanta as pernas para o ar, esperando que do Céu desça o manja prometido. Tal nunca acontece e jamais acontecerá. Deus não havia

promettido isso. Deu, sim, braços aos homens para trabalhar, e inteligência para defender-se contra as investidas dos seus inimigos. (Bravos; muito bem). (TRABALHADOR GRAPHICO, 10 de maio de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002).

Em observação deste trecho, temos mais elementos para análise dos grupos de trabalhadores que ao longo das décadas no Ceará imprimiram sua história de luta operária e nos aproximaram de características ainda vivas no tempo presente no SINTIGRACE. As palavras de necessidade de ruptura com o comodismo, de organização, estudo e luta, são recorrentes nos gráficos que foram entrevistados/observados e que (re)afirmam a inércia da categoria e o retrocesso das conquistas trabalhistas em virtude da desmobilização. Acentuam que poucos compreendem realmente o movimento sindical, situando nas mãos da direção do Sindicato a tarefa de lutar e representar sem adesão da massa, que experiencia o medo de perder o emprego e não lograr-se inserir novamente no mercado de trabalho.

Nestes termos, a experiência como pesquisadora foi intensa e reveladora, como também o contato com outras pesquisas já feitas em torno do mesmo acervo, com diferentes interpretações, direções e metodologias, representando para esta tese tempo/espço de amadurecimento. A oportunidade de pensar os gráficos desde meados do século XIX norteou conclusões e consolidou afirmações ao longo do ensaio, mesmo não tendo como objetivo relatar tudo quanto conhecemos ou aprendemos nas fotografias daqueles instantes que dialeticamente se apresentam distante e se revelam tão recentes nesta tese.

Concluimos, assim, não ser viável a convivência pacífica com o capitalismo e a atualidade do pensamento marxista que ainda hoje representa ameaça/crítica à sociedade produtora de mais-valia e ajuda às possíveis interpretações do movimento dos trabalhadores no século XXI. O capitalismo contemporâneo metamorfoseou-se em estratégias, o capital financeiro rege grande parte das relações econômico-sociais, mas tem uma base concreta e material no capital produtivo que, por sua vez, intensifica a produção de mais-valia, do trabalho não pago.

Sem excepcionais novidades ao que está escrito no *Capital* (1890), como também em outras obras de Marx e, ainda representam relações humanas que devem ser radicalmente transformadas hoje. Sobre estas relações, pautadas ainda hoje no

liberalismo econômico, transfiguradas em sua gestão mas não em sua essência de exploração e desigualdade, alerta Marx (2009):

Senhores: não se deixem enganar pela abstrata palavra *liberdade*. Liberdade de quem? Não é a liberdade de cada indivíduo em relação ao outro indivíduo. É a liberdade do capital para massacrar o trabalhador.

Como vocês podem sancionar a livre concorrência pela ideia de liberdade, quando essa liberdade não é mais que o produto de um estado de coisas baseado na livre concorrência? (p. 234).

Nestes termos, pensar, analisar, investigar, registrar e afirmar/concluir, dentro do princípio da contradição, a latência de atitudes/pensamentos que contestam ainda hoje, no SINTIGRACE, essa ordem de coisas e não desistem da possibilidade de fortalecimento da classe em termos políticos, ideológicos, práticos e literários, mesmo diante de severos limites, é o que moveu este empreendimento acadêmico.

Visitamos, então, o registro da expressão operária manifesta pelos gráficos cearenses nas folhas de seus jornais e objetivamente concluimos que esta história de lutas e contradições não surgiu aleatoriamente, ao contrário, possuem raízes sólidas no histórico do movimento operário no Ceará. Há mais de um século esta categoria, provavelmente, entre outros motivos, pelo envolvimento direto com o mundo letrado, marca presença nos embates de classe e, mais ainda, busca sistematicamente a conscientização dos seus ante a imposição de uma liberdade de mercado que cerceia os benefícios sociais da classe trabalhadora.

De nossa investida empírica, em retorno das análises do campo e a título de exemplo, destacamos também, *Typographo*, um jornal impresso na capital alencarina em 1º de março de 1866, que já demonstrava o interesse da categoria pela expressão da voz operária, pela denúncia e o protesto e, de forma enfática e constante pelo processo educativo/elucidador da categoria.

Revela ainda, segundo Gonçalves e Bruno “a aspiração de educar pela palavra”. (2002, p. 19). Outra interessante característica do *Typographo* é a demonstração dos tipógrafos de orgulho pelo ofício, visto por eles como arte e possibilidade de amplo conhecimento. Tal fato merece destaque nesta tese, por

demonstrar que os tipógrafos possuíam, em relação aos gráficos de hoje, mais domínio sobre o que produziam. A este respeito comenta um gráfico entrevistado:

Hoje em dia somos cada vez mais submetidos a um trabalho mecânico e alienado, diferente do tipógrafo que montava os textos entendendo letra a letra. Muitas vezes, nos dias de hoje, a gente nem sabe o que produziu. Outro dia fui numa livraria e mexendo num livro descobri que era eu que tinha imprimido ele, se não tivesse acontecido isso não tinha nem ficado sabendo. Tem companheiro aqui quase analfabeto que não tem nem condição de entender o que ele mesmo produz. É um fato perdemos muito dos tipógrafos pra cá. (Fortaleza, setembro/2010).

Conhecedor do retrocesso intelectual experienciado por sua categoria, este trabalhador nos comenta também sobre o quanto muitos deles desejam adentrar o mundo letrado, o quanto gostariam de compreender os livros e outros elementos produzidos pelo meio gráfico e o quão cada vez mais se distanciam desta possibilidade.

Grande parte dos gráficos evade-se da escola antes de concluir o ensino fundamental (é caso do autor da fala acima) em virtude da necessidade de prover a existência em termos materiais. Por sua vez, no ambiente de trabalho, embora experienciem a reprodução de produtos do conhecimento, contraditoriamente poucos lhes é exigido de leitura e escrita. Em meio ao trabalho dos gráficos, contudo, se destaca um grupo seleto de trabalhadores “mais qualificados”, exercendo funções que demandam maior domínio cognitivo, fato que aponta, segundo relatos, para uma hierarquização dos serviços/salários nas indústrias gráficas.

Assim como o *Typographo*, que apresenta características tanto do movimento operário no final do século XIX quanto dos gráficos, e demonstra o processo de organização/conscientização proletária no Ceará, também destacamos o jornal *Voz do Graphico*, órgão da Associação Gráfica do Ceará, que entrou em circulação no meio operário em 25 de dezembro de 1920. É um registro, ainda, valioso, por constituir continuidade histórica ao apresentar mais uma vez a bandeira do associativismo operário no Ceará/Brasil, em defesa das causas trabalhistas e se mostrar radicalmente contrário ao avanço capitalista e as conseqüências anti-sociais deste ideário.

Em suas linhas, propagandeou a recusa ao sistema que implementa as injustiças sociais e as desigualdades econômicas e chamou a atenção dos operários para

o fato de que os patrões dia a dia, se tornam mais ricos e abundantes em conforto, enquanto ao proletariado são destinados a carestia e as privações extremas em relação a moradia, saúde, educação, lazer etc; expressa uma visão do socialismo libertário e também de ideias socialistas revolucionárias, como explicam Gonçalves e Bruno (2002):

O aparecimento desta imprensa no Ceará, resulta das mudanças socioeconômicas que se vão operando no Ceará na virada do século, do próprio fazer-se do movimento operário no Ceará e das ideias socialistas que começavam a ser esboçadas, desde o final do século XIX, em várias cidades brasileiras e da relação estabelecida entre os militantes locais e a Confederação Operária Brasileira, como ainda do intercâmbio com os grupos editores das folhas operárias do Brasil e Portugal.

O desenvolvimento das ideias socialistas e anarquistas no Ceará ocorre no contexto das mudanças provocadas pela divulgação das novas ideias progressistas que então chegavam da Europa, diretamente ou através de cidades como Recife e Rio de Janeiro. (P. 26).

O *Voz do Gráfico* defendia em seus textos a criação de sindicatos de resistência e de tendência socialista, alimentando a ideia de revolução proletária. Neste período, na Capital cearense, também foi criada a União Geral dos Trabalhadores, com 300 sócios e, mais uma vez, o meio gráfico demonstra contundente participação na luta operária brasileira, sendo possível assim observar a vinculação da luta local (Ceará) com o movimento nacional e internacional, como mencionaram acima Gonçalves e Bruno (2002). A proposta socialista é presença marcante na imprensa dos gráficos de então e suas práticas passam a ser constantemente criminalizadas e perseguidas.

Com suporte na leitura de alguns exemplares do *Voz do Gráfico*², foi possível observar contradições e divergências neste meio operário, demonstrando as diferentes tendências e influências experienciadas pela categoria, como também sua efetiva vinculação ao associativismo operário com outras entidades trabalhistas que se organizavam em luta contra os abusos burgueses, como os Sindicatos: dos Ferroviários de Camocim, dos Trabalhadores Ambulantes, dos Homens do Mar, dos Pedreiros, dos Motorneiros e *Chauffeurs*, dos Redeiros e Tecelões, dos Padeiros, dos Carpinteiros etc.

² Leitura feita, a partir da edição Fac-Similar dos jornais, publicada por Gonçalves e Bruno (2002).

Muitas dessas características estão presentes no SINTIGRACE de hoje, que ainda anuncia uma tendência marxista e aponta para práticas de solidariedade e luta ao lado de outros sindicatos/movimentos sociais, como construção civil, confecções, correios, movimento estudantil UECE, profissionais do sexo, vigilantes, MST, CONLUTAS, ferroviários etc. Em nossos dias, ainda enfrentam prisões e perseguições. No ano de 2008, por exemplo, um de seus membros foi preso e interrogado pela polícia, logo após participar de uma manifestação junto ao movimento estudantil e outros grupos populares/trabalhistas.

O *Voz do Graphico* apresentou-se na 1ª metade do século XX como instrumento de denúncia das mazelas sociais impostas aos trabalhadores empregados ou desempregados das mais diversas categorias. Anunciou e convocou greves, incitou à reflexão, demonstrou importante participação na luta de classes, combateu as práticas da democracia burguesa e proclamou a prática do voto nulo como forma de afirmar que a classe trabalhadora dificilmente seria representada por via da legislação da burguesia.

De modo enfático, localizamos mais uma vez o SINTIGRACE do século XXI que, no 1º turno das eleições presidenciais (2010), por exemplo, assume o voto nulo como posição de coerência ante as duas claras candidaturas de propostas burguesas: PSDB e PT; embora o PSDB se diferencie pelo fato de representar a extrema direita e o processo de completa venda do País e precarização do trabalho, enquanto o PT em elementos contraditórios e pontuais em sua última gestão ter aumentado a presença do Estado na economia quando abriu inúmeros concursos públicos, investiu nas universidades, aumentou o número de empregos, proporcionou os gastos públicos, como também está tramitando no Congresso a criação de uma estatal para gerir os recursos do petróleo e o projeto de reativar Telebrás para implantar a banda larga nos locais que não estão sendo atendidos pelas concessionárias privatizadas pelo PSDB e a posição progressista ante relações internacionais com países como Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, que andam na contramão do neoliberalismo.

O governo petista, entretanto, abriu concessões ao setor privado de empresas públicas, como ações do Banco do Brasil e da Petrobrás, empenhou-se na cooptação de lideranças de movimentos sociais e sindicais, implementou a lógica capitalista do consumo e do endividamento, favorecendo o capital financeiro, o pagamento da dívida externa, favorecendo o FMI; defende a abertura da gestão de

aeroportos para a iniciativa privada³ e continua os leilões de lotes de campos a serem explorados de petróleo pela iniciativa privada, entre outros elementos de consolidação do capitalismo contemporâneo.

Assim, por não sentir-se representada em nenhuma das propostas, a posição da diretoria do SINTIGRACE no 1º turno das eleições de 2010 foi o voto nulo, embora este não seja posicionamento hegemônico da categoria. Este aspecto torna-se relevante pelo fato de, na contemporaneidade, movimentos sociais e sindicatos enfrentarem um processo de cooptação de suas lideranças e em nossas conclusões a opção política apresentada pelo grupo em estudo é fundamentada em uma concepção marxista da realidade na tentativa de não se render a lógica do capital e de representatividade via legitimação de uma democracia burguesa. Vejamos o teor do texto abaixo que comprova nossa afirmação:

Eleições municipais: vamos votar com alegria?

Mais um circo eleitoral tá armado. Desta vez as eleições serão nos municípios. Pra prefeitos e vereadores. A classe trabalhadora é mais uma vez convocada à eleger seus carrascos.

Em Fortaleza o PT tenta a reeleição. Se prevalecerem as pesquisas eleitorais, tudo indica que levará mais essa.

E nós trabalhadores com isso? Nos últimos quatro anos de governo municipal do PT mudou alguma coisa? Os patrões estão preocupados com esse governo? Nem estão, nem ficarão se ele se reeleger.

O PT governou nossa capital nos últimos quatro anos, da mesma forma que governa o Brasil. Em sintonia com a burguesia. As alianças feitas na Câmara Municipal pra governar com tranquilidade deram o sinal de que o povo ficaria de fora mais uma vez.

Logo de cara a prefeitura implantou o passcard. Sonho dos empresários de ônibus da cidade, que Juraci Magalhães não conseguiu implantar, graças a reação popular. Os servidores públicos, professores e médicos foram tão perseguidos pela administração, quanto em administrações anteriores. Esperamos que os trabalhadores do funcionalismo público tenham aprendido a lição: no capitalismo mudar de patrão, ou de gerente, não garantem paz na fábrica, porque a exploração será a mesma.

No final de junho a prefeita mandou a Câmara Municipal projeto de redução do ISS de 5% pra 3% para o setor gráfico. Redução de impostos é menina dos olhos do Unigráfica desde sua fundação. Porém, a prefeitura da Loura, não discutiu o projeto com ninguém. A não ser com os patrões.

³ Aspecto anunciado por Dilma Rousseff em campanha política durante eleição presidencial (2010).

A prefeitura só levou em conta a possibilidade de maior arrecadação de impostos, com diminuição da inadimplência e sonegação fiscal por parte das gráficas. E a garantia que as gráficas não se mudarão para as cidades vizinhas em busca de incentivos fiscais.

(...) Denunciar o sistema capitalista, a cretinice parlamentar como defendeu Lênin um dia, nem pensar. Nem mesmo aqueles que diziam defender os interesses da classe trabalhadora fizeram isso.

(...) Neste circo eleitoral, os patrões sabem que sairão vitoriosos de qualquer jeito. Mas não deixam de lançar seus candidatos, ou mesmo se candidatar. Porque caso sejam eleitos não precisarão comprar um vereador pra defender seus interesses na Câmara.

Como há dois anos atrás, a classe trabalhadora continua sem candidatos, pra pelo menos participar do **teatro eleitoral burguês**. Pior: nem um partido político em que a classe operária possa confiar, existe.

Por isso é preciso que os trabalhadores tenham consciência de quem faz a luta somos nós. Que não dá pra acreditar nesse circo eleitoral armado de dois em dois anos.

Que o caminho pra libertação da classe operária, não é o parlamento, nem a administração do estado capitalista. É preciso isto sim, enfrentar esse Estado e derrotá-lo.

Mas a arma pra derrotá-lo, não é uma urna, nem o voto. **A arma é a união da classe trabalhadora por uma sociedade justa e igualitária. Uma sociedade de trabalhadores sem patrões.** (VOZ DO GRÁFICO, ago/set de 2008).

Embora extensa, julgamos necessário que esta matéria da imprensa dos gráficos fosse transcrita na íntegra, isto porque demonstra muito do que tentamos comprovar durante toda esta tese: o nível de consciência de classe desses sujeitos, o comprometimento/engajamento com a luta político-econômica, a apropriação das leituras leninistas-marxistas, a interpretação crítica da realidade que experienciam e a intelectualização da classe com origem no grupo de formação política que organizam. Por isso, grifamos na matéria acima expressões que melhor destacam o que afirmamos.

A linha de raciocínio é complexa e justa: “E nós trabalhadores com isso? Nos últimos quatro anos de governo municipal do PT mudou alguma coisa? Os patrões estão preocupados com esse governo? Nem estão, nem ficarão se ele se reeleger”. Se os trabalhadores não percebem objetivamente os benefícios do desenvolvimento econômico dos governos petistas, de fato, estes foram a eles destinados e, se os patrões não se incomodam com a reeleição de um partido dito dos trabalhadores, não é o fim da luta de classes e sim cooptação: **“Logo de cara a prefeitura implantou o passcard.**

Sonho dos empresários de ônibus da cidade, que Juraci Magalhães não conseguiu implantar, graças a reação popular”. (VOZ DO GRÁFICO, ago/set de 2008).

Ante a apropriação da arbitrária realidade que os envolve, a conclusão se mostra bastante lúcida: “Esperamos que os trabalhadores do funcionalismo público tenham aprendido a lição: no capitalismo mudar de patrão, ou de gerente, não garantem paz na fábrica, porque a exploração será a mesma”. Compreender que não há conciliação com o capitalismo para Lenin (1979) é uma etapa irrevogável a um sindicato de resistência. Para tanto, estes mesmos leram o autor, não como nós - para escrever esta tese - mas como militantes que precisam interpretar o campo de batalha: “Denunciar o sistema capitalista, a cretinice parlamentar como defendeu Lênin um dia, nem pensar. Nem mesmo aqueles que diziam defender os interesses da classe trabalhadora fizeram isso”.

A denúncia é um ato de protesto potente para o movimento operário, que tem pouco acesso a textos críticos e politizadores, portanto, afirmamos a importância desta afirmação: “Neste circo eleitoral, os patrões sabem que sairão vitoriosos de qualquer jeito”. E ainda: “Por isso é preciso que os trabalhadores tenham consciência de que quem faz a luta somos nós”. Estas afirmações, acrescidas dos dois últimos parágrafos da matéria que convoca os trabalhadores à luta anticapitalista, fecham reflexões coerentes com o que levantamos neste texto de doutoramento.

Em continuidade à compreensão da imprensa dos gráficos no início do século XX, como registro de sua trajetória de luta e resistência, percebemos, também, em seu discurso a ideia de que a ignorância no meio operário obstaculiza a organização de sindicatos de resistência, afirmando que os proletários, além de lutar, precisam também estudar a realidade política, social e econômica que os cerca, a fim de encontrar caminhos para uma sociedade mais justa. Atribuem, segundo Gonçalves e Bruno (2002), em suas linhas, o estado de apatia de parte dos trabalhadores, a desinformação e a falta de instrução.

Situam, então, o sindicato como uma escola para os operários: lugar onde eles podem se nutrir de uma formação coletiva aliada à luta, capaz de torná-los fortes, conscientes e unidos perante a irrevogável necessidade de transformação da sociabilidade do capital. Na prática, porém, tiveram conquistas contingentes próprias do

desenvolvimento capitalista, sempre distantes do ideário socialista de transformação radical das relações de produção do capital. Referida luta sindical diferenciou-se por ser mais combativa e não se deixar cooptar, mas não foge, em termos objetivos, ao caráter reformista do sindicalismo contemporâneo. Conclui Lenin (1979):

A história de todos os países atesta que a classe operária, apenas com suas forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, isto é, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar do governo a promulgação de tais ou quais leis necessárias para os operários, etc. (P. 56).

Para Lenin (1979), o movimento sindical, sem desconsiderar seu papel conscientizador e de organização das massas, encerra historicamente seus limites nas lutas reformistas e não nos embates revolucionários. Nesta lógica de pensamento, objetivando o socialismo, seria necessário um movimento revolucionário armado, também composto de operários, mas não só. A ideia é unir a luta grevista ao movimento revolucionário “e atrair todas as vítimas da opressão política do obscurantismo reacionário para que apoiassem a social-democracia.” (LENIN, 1979, p. 57). Em outros termos, apoiassem o socialismo.

É também sob esta linha de raciocínio, afirmando a atualidade do pensamento de Lenin (1979) que, no tempo presente, analisamos o SINTIGRACE, uma vez que este não foge do pensamento leninista sobre o movimento sindical, isto é, não consegue efetivas transformações para a vida dos trabalhadores, menos ainda na atualidade, quando enfrenta sérios retrocessos até desta luta contingente/reformista do sindicalismo. Atualmente no Ceará/Brasil, percebemos, com base na observação dos gráficos que mantêm contato direto com outras categorias profissionais, uma preocupante apatia das lutas operárias, mesmo sabendo do caráter provisório deste momento histórico.

Vale ressaltar, seguindo a razão do pensamento de Lenin (1979), o registro de inúmeras ligações da militância dos gráficos: ainda como associação e depois sindicato de resistência desde o final do século XIX até os dias atuais. A fundação do Partido Socialista Cearense em 1919 e de outros grupos, que se anunciavam revolucionários, possuíam em seus quadros membros do Sindicato dos Gráficos. Estes elementos depõem a favor do que Lenin (1979) considera importante passo para a luta

socialista. Para o autor, o envolvimento de grupos de trabalhadores organizados com uma vanguarda revolucionária é significativo à radicalização da luta.

A leitura de mais uma linha editorial da categoria em estudo – O jornal Trabalhador Graphico⁴ – datada do início de 1930, também ano da criação do Sindicato dos Trabalhadores Graphicos, demonstra a influência do marxismo-leninismo, o acirramento da luta de classes, a palavra crítica, denunciadora e articuladora das ideias/ações operárias daquela circunstância histórica de início da Era Vargas. Abandonando a posição de associação trabalhista, passa a ser um sindicato formalizado e continua marcando presença na lutas e resistências operárias no século XX.

Podemos observar em suas linhas as contradições dentro da categoria, a emergência da luta/consciência de classe e a fundação do Sindicato:

Não recuem, camaradas!

Foi nos primeiros dias do mês de fevereiro do corrente anno, que fundou-se, nesta capital o Sindicato dos Trabalhadores Graphicos. Fundou-se, um reduzido número de elementos da classe. O número de adhesistas à novel sociedade foi crescendo dia a dia, embora lentamente. Surgiu, depois, a ideia não menos feliz, da criação de um jornal para a propaganda dos princípios defendidos pelo Sindicato. Esse acontecimento veio despertar o meio typographico desta capital, que até então, se encontrava possuído da mais injustificável apathia. E as adesões succederam-se em proporções bem confortadoras. Não obstante isto, era preciso levantar o animo dos companheiros que ainda não queriam nos acompanhar naquella marcha em perspectiva de uma formidável victoria.

(...) Acredito que todos tenham vontade de entrar em acção, porém affirmo que bem poucos são os que têm coragem de enfrentar o sacrificio.

(...) Se os trabalhadores não tomarem a si a tarefa de preparar um melhor futuro para sua velhice, quem se encarregará dessa árdua missão? Os patrões? Nunca!... Essa gente não se preocupa com a nossa existência. A sua preocupação máxima é usufruir os melhores proveitos à custa do nosso trabalho, do nosso sacrificio, argumentando as horas de trabalho e diminuindo, o mais que podem, o salário já bem minguado do operário. É isto que presenciemos diariamente. (TRABALHADOR GRAPHICO, 21 de junho de 1930 in: GONÇALVES E BRUNO, 2002).

Comentam Gonçalves e Bruno (2002) a respeito do jornal citado:

⁴ Leitura feita, a partir da edição Fac-Similar dos jornais, publicada por Gonçalves e Bruno (2002).

O Trabalhador Graphico, pode ser entendido como uma das expressões de luta e do ascenso do movimento dos trabalhadores no Ceará nos anos de 1920, notadamente com a greve da Light em 1929 e a (re)criação de múltiplas formas de mobilização.

(...) Destacada sua qualidade de construção de memórias, o Trabalhador Graphico é um valioso repertório para o estudo da história operária no Ceará sob diversos ângulos. Através de seus artigos de fundo, seções e colunas – Epístolas Proletárias, Cartas sem Selo, Atas, Convites, Intimidade Proletária, Coluna de Fé, Bilhete Aberto, Baluartes da Classe, os articulistas compõem um discurso afirmativo da organização e mobilização dos trabalhadores (...). (P. 43).

Arriscando-nos neste breve estudo da imprensa dos gráficos, é que percebemos as consignas de encorajamento e coesão da classe trabalhadora em seus textos. Observamos a também tentativa de vínculo com os homens do campo⁵ e com trabalhadores das diversas categorias e dos vários Estados do Brasil, todos elementos encontrados no SINTIGRACE do século XXI, diante das adaptações históricas ocorridas. Sua imprensa tem um papel de denúncia, organização e politização: a leitura dos jornais é uma atividade intelectual intensa no meio operário, contribuindo, inegavelmente, com a formação diversificada de seus leitores e com a luta/consciência de classe.

São intelectuais que, no seio da classe trabalhadora organizam uma forma peculiar de cultura e resistência de massa, compondo singularidades daqueles que reinventam a (sub)existência em meio as dificuldades e privações econômicas. Atualizando esta história de luta e resistência, chegamos à leitura dos jornais de 2007 a 2010 do SINTIGRACE – jornal Voz do Gráfico. O intuito foi estreitarmos nosso cenário empírico, obtendo informações do dia a dia desses trabalhadores que compõem o centro de análise e debate desta tese.

O jornal Voz do Gráfico e as ações ensejadas pelo SINTIGRACE são, em nossas conclusões, continuidade dialética da atuação histórica dos gráficos no movimento operário cearense do século XXI e do papel educativo que o sindicato pode assumir. Sua imprensa registra a memória de trabalhadores em confronto diário com os

⁵ Encontramos, em Gonçalves e Bruno (2002), o registro da participação de membros do Sindicato dos Gráficos, em meados do século XX, tanto no Partido Comunista Brasileiro como no Bloco Operário Camponês – BOC.

patrões e suas peripécias para a exploração e extração de mais-valia. Seus textos de vocabulário/ortografia simples e ampla capacidade de intervenção/compreensão crítica da realidade demonstram indignados fieis e combatentes fervorosos à causa emancipatória. Neles encontramos as narrativas do mundo do trabalho sob a óptica dos oprimidos em decurso de aquisição da consciência de classe.

Suas páginas são carregadas de representações e práticas sociais das camadas oprimidas que vivem da venda de suas forças de trabalho. Encontramos espaço para denúncia, registro de manifestações, análises políticas, convites para estudo e, de vez em quando, um tempinho para o lazer. A expressão dos militantes que fazem o jornal aponta críticas profundas e resolutas aos donos de indústrias gráficas que, apesar dos rendosos lucros, articulam-se para manter o abismo socioeconômico entre patrão e empregado. Denuncia o *Voz do Gráfico* (Setembro de 2007):

(...) Nesta campanha salarial devemos levar em consideração uma série de fatores. Por exemplo: o Estado do Ceará é único do país que a categoria gráfica não tem Piso. Que o nosso reajuste salarial este ano foi o mais baixo entre os gráficos brasileiros. Que nosso ganho real, em 2007, não chegou se quer a 1%. Que temos perdas salariais acumuladas. Em contra partida, os patrões cearenses tiveram ganhos com: redução de impostos e facilidades pra comprar máquinas, equipamentos e matéria prima.

Convém não esquecer o resultado das campanhas salariais de outras categorias. Os vigilantes conseguiram 5% de reajuste. Isso depois de uma greve violenta. Os trabalhadores da Construção Civil conseguiram um reajuste de 4,49% e mantiveram suas conquistas sociais. A Confecção Feminina conseguiu 5,5% de reajuste e outras conquistas importantes. Os gráficos do ABC paulista, recentemente, conseguiram aumentar o piso salarial pra R\$ 704,00 e participação nos lucros de R\$ 1000,00 nas empresas com mais de 100 funcionários. Conseguiram aumentar o percentual da hora extra pra 65%. E o adicional noturno pra 30%.

Nos jornais é realidade também é dura. A luta, vai ser pra manter a convenção. E melhorar o valor do piso salarial, que já tá quase sendo alcançado pelo salário mínimo. Pra quem já teve um piso de dois salários mínimos, vê-se que nosso piso nos jornais tá bastante defasado.

Não custa nada lembrar que a Campanha Salarial é responsabilidade de cada trabalhador e trabalhadora de nossa categoria. Que só vamos ser vitoriosos na Campanha Salarial se estivermos unidos e organizados. (...).

De forma objetiva, observamos a inserção do SINTIGRACE no acirramento da luta de classes local e nacional. Dados de outras categorias são revelados, a fim de comprovar que, sem luta, as conquistas sociais são escassas. A luta econômica por melhoria salarial é o mínimo que um sindicato pode implementar por seus pares, contudo, até essa prática é deixada de lado por muitas associações trabalhistas da atualidade.

O texto demonstra que o SINTIGRACE situa-se no confronto direto com os padrões e não demonstra parceria com seus opositores, mais um elemento que consideramos caracterizador de uma “classe para si”. (MARX, 2009). Este fato nos permite, por exemplo, a reafirmação de uma resistência operária, diferenciando-se de grande parte dos sindicatos de trabalhadores que mais se assemelham a um sindicato patronal. Fica evidente também a intensiva ligação que este Sindicato possui com a luta das outras categorias profissionais, aspecto que fortalece a compreensão complexificada de classe.

Foi, então, que também nos interessamos por investigar o grupo de formação política do SINTIGRACE. Esta peculiar práxis educativa teve início durante a década de 1980, vinculada inicialmente a um determinado partido político de esquerda, ligação posteriormente desfeita, ao perceberem intenções direcionadas as eleições de legitimação do Estado burguês, interferindo na intencionada formação autônoma e combativa, pretendida pelos sujeitos em formação política. Desde então, houve uma ruptura com o Partido e o grupo passou a se articular com uma organização de vanguarda⁶, sem caráter partidário, e que recorre aos pressupostos marxistas como fundamentação/atualização da práxis de subversão.

Cabe esclarecer que, atualmente, continua sem vínculo partidário⁷, permanecendo o grupo ligado a integrantes da anteriormente mencionada organização vanguardista, conservando o caráter autônomo/combativo com arrimo em interesses/necessidades dos próprios trabalhadores. Os estudos acontecem com o objetivo explícito de investir no conhecimento e na formação, para fortalecer a luta de classes, mesmo em um contexto histórico de distanciamento de tais práticas. Em conversa com agentes envolvidos nessa formação, percebemos a relevância atribuída

⁶ Foi mantido o anonimato com relação à identidade do grupo de vanguarda envolvido no processo de formação, a pedido dele.

⁷ Cabe ressaltar que o grupo em lócus, assim como postula a concepção marxista-leninista, não é contra qualquer tipo de partido. Posiciona-se, todavia, criticamente diante da organização partidária da esquerda oficial que apenas legitima o poder da burguesia.

por eles às atividades desenvolvidas no grupo, quando um dos integrantes enfatiza: (...) *em todas as suas formas e suas contradições... é preciso fazer dela, da formação, uma espada da nossa luta no dia a dia.*(2008).

Esta afirmação traça interessante vínculo entre educação e luta de classes, demonstrando a importância atribuída à formação em virtude dos embates cotidianos. Poderíamos identificar aqui uma conscientização/politização, no momento em que se admite necessidade de consciência/formação e luta? Percebe-se um movimento dialético entre teoria e prática, uma vez que a formação é entendida por ele como ferramenta de luta. Relativamente à práxis educativa em curso, ao perguntarmos a um dos trabalhadores mais antigos no grupo sobre o que esta ação representa, obtivemos uma contundente afirmação:

na verdade a formação para nós é um grande desafio, pra nós não existe liberdade sem conhecimento... Não existe liberdade para os trabalhadores, verdadeiramente se não tiver conhecimento. Então, partindo dessa premissa, como a nossa base, a nossa categoria é uma categoria que tem dificuldades de acesso intelectual, de formação mesmo, aquela formação formal, já dificulta pra gente trabalhar a questão política. Então, a formação política se torna primordial pra poder a gente desenvolver o sindicato e desenvolver a luta da classe trabalhadora (...). (2008).

Na interpretação das narrativas dos trabalhadores investigados, como categoria subordinada aos interesses do capital, percebemos a dificuldade de acesso/permanência à educação formal, mesmo sabendo-se que esta possui sérias limitações no que diz respeito a uma formação voltada para uma análise crítica da realidade, elemento que merece posterior aprofundamento. Reafirma-se também a importância que uma educação política assume para esses sujeitos, uma vez que atribuem significativa relevância à apreensão do conhecimento e vislumbram os aspectos educacionais sob um ponto de vista de emancipação. Este elemento também parece justificar a formação do grupo de estudos.

Assumem uma posição bastante crítica e vão às ruas e portas de fábricas/empresas para reivindicar melhoria de vida e tentam amenizar os abusos dos patrões . A conscientização/formação ocorre nesses momentos de confronto e o grupo de estudos e formação política que experienciam traz análises interessantes do contexto político-econômico vivenciado e o debate feito de forma dialógica permite uma

complexidade intelectual que os torna atentos às transformações do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, destaca o Voz do Gráfico (outubro de 2008):

CRISE DO CAPITALISMO MUNDIAL

Não podemos pagar uma conta que não é nossa

Está no ar mais uma crise do capitalismo. Como sempre, apostando em ganhar cada vez mais dinheiro, os capitalistas impuseram que o Estado, os deixassem livres. Que o Estado fosse cada vez menor, pois, assim eles tomariam conta de tudo: saúde, educação, previdência, fornecimento de água, energia, etc. E resolveriam todos os problemas da humanidade.

A crise tá mostrando, mais uma vez que, o sistema capitalista regulado é ruim. Desregulado é catastrófico.

Quebrados, os capitalistas chamam o Estado de volta. Pra socializar os prejuízos. Ou seja: a sociedade terá que pagar pela irresponsabilidade deles. Como nós trabalhadores, somos a maioria na sociedade capitalista, eles irão tentar empurrar a fatura pra gente pagar. Arrocho salarial, desemprego e piora das condições de trabalho, é o que nos espera no futuro próximo.

Essa fatura não é nossa.

Os patrões gráficos estão com as barbas de molho. É claro que eles irão tentar nos enfiar goela abaixo, os prejuízos da crise econômica. Vão alegar que compraram máquinas e equipamentos em dólar. Por isso estão no prejuízo.

Não vamos esquecer que a melhora da economia brasileira nos últimos anos encheu os bolsos deles. Aqui no Ceará, por exemplo, nada mudou para os trabalhadores gráficos. É verdade que reajustes salariais dos últimos dois anos, foram acima da inflação. Porém, os valores acima da inflação foram tão pequenos, que não dá nem pra sonhar em comemorar.

Apesar do crescimento econômico, os patrões pioram ainda mais nossas condições de trabalho. Nesse período de vacas gordas, não houve conquista social nenhuma. Portanto, não podemos pagar uma fatura que não é nossa. (...)

Esta análise publicada pelo SINTIGRACE em 2008 demonstra uma compreensão interessante da realidade em pauta, capacidade crítica atingida na práxis formativa/combativa do Sindicato. O autor do texto possui o Ensino Fundamental incompleto e não desenvolveu esses saberes na escola, mas apresenta notório nível de letramento e politização. Será que encontramos muitos sindicalistas debatendo sobre crise mundial do capital? Preocupados com os excessivos lucros dos patrões e a precarização das condições de trabalho dos empregados? Se realmente tivéssemos mais

sindicatos de resistência, melhores condições trabalhistas seriam conquistadas. O grupo de formação política do SINTIGRACE é composto por um coletivo de sujeitos que mantêm essa linha de pensamento e posição política anunciada no trecho acima, mesmo enfrentando limites e contradições próprias do processo formativo.

Os momentos de crises cíclicas do capitalismo, propagandeados pelo recorte do jornal, foram estudados⁸ no SINTIGRACE, tanto por meio de textos da atualidade como diante da leitura de Marx e Engels, que explicitam claramente esse fenômeno em obras como *O Capital* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Conectados com a vida prática dentro das empresas e tornando contemporâneos os escritos marxistas, associam, sistematicamente, seus debates teóricos à realidade objetiva que vivenciam. Na perspectiva mencionada pelo trecho da imprensa dos gráficos, em análise do movimento de crises do capitalismo, acentua Marx (2004): “É preciso observar, enfim, que onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu Mamom morto”. (P. 25).

E ainda:

Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a classe dos proprietários na situação próspera da sociedade, nenhum sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores. (MARX, 2004, p.25).

Como podemos concluir lendo em Marx (2004) e no SINTIGRACE (2008), os momentos de crise econômica do capitalismo tornam a vida dos trabalhadores ainda mais difícil e precária, fenômeno que exige organização e coesão da força de trabalho. Não é fácil, entretanto, fazer estas associações e considerações, elementos amplamente debatidos e combatidos no SINTIGRACE, que no século XXI sofre mazelas sociais compreendidas por Marx desde meados do século XIX, mas que, dialeticamente, se repõem no tempo presente.

Os textos do Voz do Gráfico (2007, 2008, 2009 e 2010) demonstra a compreensão dos trabalhadores em estudo acerca dos ditames capitalistas e a necessidade de articulação em luta para sobreviver a mais um embate classista: fatores

⁸ Participamos como observadores desses momentos de estudo.

que fortalecem nossa tese de associar os elementos **Marx, Formação Política e Luta/Consciência de Classe no SINTIGRACE**.

O estudo dos jornais, que continuarão presentes ao longo da tese, trouxeram uma caracterização ampliada de nosso objeto de pesquisa. Contribuíram para uma configuração do quadro político, econômico e cultural pesquisado. Historicamente, o SINTIGRACE se apresenta como um lugar/tempo experienciador de uma formação marxista a fim de propiciar aos sujeitos a capacidade de compreender/lutar por causas coletivas e bens comuns.

Estas experiências, mesmo timidamente, alimentam a possibilidade de transgressão do estado de desigualdade e injustiça social que subjuga homens e mulheres às arbitrariedades capitalistas. Por isso, observamos que o estudo de Marx alimenta a possibilidade de mudança. A leitura de textos como a *Miséria da Filosofia* (2009) demonstra transitoriedade dessas relações sociais excludentes:

Os homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.

Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.

Há um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável, só existe a abstração do movimento – mors immortalis. (MARX, 2009, p. 126).

Nesta perspectiva, a possibilidade de transformar a situação de exploração vivenciada cotidianamente, ou de pelo menos amenizá-la, embala os ideais no SINTIGRACE, mesmo em dias de descrença e retrocesso de conquistas. Compreendemos a relevância histórica da sobrevivência dessas ideias/princípios e a capacidade combativa dos indivíduos observados nesta tese. Do contrário, negaríamos o elemento da contradição e afirmaríamos a eternização do capitalismo. A possibilidade de ruptura com o estranhamento e a mobilização em torno de ganhos sociais inspiraram esta tese.

2.1 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: a memória no SINTIGRACE - uma incursão na subjetividade operária

Tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro:
 Ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte,
 De erudição, de raridade histórica, de poder político,
 Pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti;
 Pode comprar tudo isso;
 Ele é verdadeira capacidade.
 (...) Todas as paixões e toda atividade têm, portanto,
 De naufragar na cobiça.
 Ao trabalhador só é permitido
 Ter tanto para que queira viver,
 E só é permitido querer viver para ter.
 (MARX, 2004, p. 142)

Em virtude da existência objetiva das situações mencionadas por Marx, extremos da exploração/estranhamento, é que compreendemos, nas reuniões no SINTIGRACE, a necessidade de constituição da consciência *para si*, na elaboração de estratégias que superem a esfera do estranhamento. Isso porque não se pode aceitar acriticamente a entrega do homem, suas paixões e atividades, à cobiça e ao supérfluo. Estes aspectos que intensificam as *leis abstratas* (MARX, 2004) da dilapidação do trabalhador, basea-se no interesse individualizado do capitalista e na atividade produtiva estranhada. Temos, assim, o estímulo á gananciosa concorrência e à expansão dos lucros e, com ela, contraditoriamente, a emergência da resistência dos grupos não hegemônicos na corrida contra a hegemonia do capital.

A questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (E.P. THOMPSON, 1981, p. 16).

Assim é que apreendemos a experiência histórico-educativa em curso no SINTIGRACE que, em nossa compreensão, constitui terra rica à transição da consciência *em si* à consciência *para si*; sobretudo ao considerarmos que os sujeitos que ali encontramos “refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (E.P.

THOMPSON, 1981, p. 16), na condição de ativos militantes da causa trabalhista da cidade e/ou do campo.

No que se refere ao procedimento metodológico de investigação, tivemos como ponto de partida a interlocução de fontes orais e escritas, a respeito desta vivência coletiva que busca no domínio de si possibilidades de uma luta engajada e consciente de trabalhadores. Tivemos, portanto, interesse pelas narrativas do grupo em estudo, porque acreditamos que a história das lutas e resistências sociais é registro vivo na memória de militantes que, dia a dia, se debatem com as contradições, antagonismos, rupturas e permanências.

A aproximação com a trajetória político-formativa experienciada no SINTIGRACE aconteceu no sentido de compreender como, no século XXI, ocorre a constituição de uma subjetividade operária pensada por nós como de resistência e luta. Igualmente, procuramos registrar e exprimir como *locus* de reflexão a óptica e a versão das experiências destes agentes sociais destacados para a formação de um eixo de enfrentamento aos ataques capitalistas contemporâneos. Isto porque compreendemos que a elaboração da memória se dá no presente, e é do presente e para responder às solicitações feitas no presente que a rememoração recebe incentivos, pois,

[...] a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil e recusa seus conselhos, a sociedade capitalista desarma mobilizando mecanismos pelos quais oprime, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa [...] Destruindo os suportes da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros [...] Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, mas também porque outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos [...] Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças [...] lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição. (BOSI, 1994. p. 18, 19, 20).

Sabemos que, com o desenrolar histórico da exploração do homem pelo homem, a voz das camadas populares foi suprimida. Exíguos são os textos em que podemos observar a presença da interpretação dos fatos sob o olhar do trabalhador. O registro da memória dos oprimidos foi cerceado ao longo dos tempos, isto porque a

história oficial tem o intuito de impossibilitar o protesto, a denúncia, a insatisfação. Isto posto, na tentativa de subversão metodológica, temos como fonte privilegiada de análise a memória-histórica narrada oralmente pelos próprios sujeitos envolvidos no fenômeno em estudo e sua imprensa como testemunho. Transformadas em textos, estas narrativas demonstram que é possível, segundo Portelli (1996),

[...] trabalhar com a fusão do individual e do social, com expressões subjetivas e práticas objetivas articuladas de maneira diferente e que possuem mobilidade em toda narração ou entrevista, ainda que, dependendo das gramáticas, possam ser reconstruídas apenas parcialmente. (P. 64).

Assim, mediante as experiências de lutas e resistências sociais lembradas e/ou esquecidas, suprimidas e/ou oprimidas, é possível reabrir alguns capítulos da história do movimento operário/camponês com arrimo numa (re)leitura do marxismo no século XXI; dado que é na práxis de luta que os homens se (re)inventam, ou melhor, se conscientizam da necessidade de transformação das relações opressoras que os condenam à fome, ao preconceito e a mais completa precarização da existência, até porque,

[...] os indivíduos não podem exercer domínio sobre suas interconexões sociais antes que as tenham criado. Mas constitui uma idéia inaceitável conceber esse vínculo objetivo como um atributo espontâneo, natural, dos indivíduos e inseparável de sua natureza (em antítese com seu conhecimento e vontade conscientes). Esse vínculo é produto deles. É um produto histórico. Pertence a uma fase específica de seu desenvolvimento. O caráter estranho e independente através do qual ele atualmente existe vis à vis aos indivíduos apenas prova que esses últimos ainda estão envolvidos na criação das condições de sua vida social e que eles ainda não começaram, tendo como base essas condições, a vivê-lo (...). Indivíduos universalmente desenvolvidos... não são de modo algum, um produto da natureza, mas da história. (MARX, 1890, p. 161).

A análise nos permite vislumbrar os trabalhadores em estudo, porque vivenciam uma formação política de produção própria, estada em seus valores e objetivos na condição de grupo em processo de (re)tomada de si. A ação educativa que desempenham, aliada à práxis de luta, é produto de um histórico de lutas travado por esses sujeitos. Então, apesar de não poderem romper efetivamente com as condições de opressão que subjagam a classe trabalhadora, procuram criar condições que favoreçam

uma formação emancipadora e uma prática combativa/engajada consciente que não aconteceu ao acaso, tem bases históricas e concretas, alicerçadas em uma perspectiva marxista da realidade.

É nessa ambiência que compreendemos o significado da práxis no SINTIGRACE, pois esta desvelou, pouco a pouco, o papel que a educação, aliada a um movimento organizado de trabalhadores, pode assumir. Embora saibamos das limitações que esse tipo de prática possui em um sistema capitalista, cabe enfatizar que os elementos empíricos apontaram para a constituição de uma sociabilidade reflexiva capaz de engendrar interpretações críticas sobre a realidade vivenciada. Denuncia um entrevistado:

Os rumos do sindicalismo são sombrios, é triste dizer, mas, já fizemos uma análise aqui no nosso sindicato, que “o fim do sindicalismo” já está quase no fim, (risos) o fim do sindicalismo está próximo, porque eu pergunto uma coisa para vocês: quais são as lutas que estamos vendo nesse país hoje? Em termos de sindicalismo? (2007).

Trata-se de uma resposta difícil de formular, uma vez que vemos em curso uma nítida desarticulação dos movimentos sociais. É nessa direção que o grupo investigado apresenta características de enfrentamento a esse processo, indo de encontro às novas posições que o sindicalismo brasileiro apresenta - não nos parece comum trabalhadores reunirem-se até aos domingos para estudar Marx e Engels, principalmente em um contexto histórico de forte tendência à negação de tais ideias e preceitos. As entrevistas assim *“revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”*. (PORTELLI, 1997 a, p. 31).

Por isso, foi produtiva e desveladora a aproximação mais intensa com as reflexões, desdobramentos e narrativas da prática desses trabalhadores, que se mostraram dispostos a um processo de conscientização/luta ao afirmarem, por exemplo, em um dos encontros do qual participamos (2007): “gente, enquanto houver capitalismo há luta (...)”. Em continuidade às análises, acrescentou outro trabalhador, nessa mesma data:

[...] o medo de perder o emprego é enorme e ainda aí as formas de contratações, carteira assinada nem pensar, e fica o governo dizendo que está criando mil empregos, é contrato temporário, trabalhador na informalidade porque a maior parte do brasileiro está na

informalidade, a questão do banco de horas dentro das empresas de quem está trabalhando com carteira assinada, criando mil maneiras para o trabalhador tá atado, e aí para onde é que nós vamos? É o fim do sindicalismo, é o fim da luta e a gente fica estrebuchando, porque se não estrebuchar é jogar a toalha, é se render de vez, é o que os patrões querem, aí fica ao bel-prazer.

Temos uma discussão que nos permite ampla leitura sobre o que acontece à classe trabalhadora e, melhor, o que alguns trabalhadores pensam sobre tais fenômenos, *“pois o que é ler senão aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro? Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão”*. (BOSI, 1994, p.21).

Cumpramos destacar o fato de que não é simples a prática educativa implementada pelo grupo investigado, pois as lacunas deixadas pela escola são inúmeras. Também alguns trabalhadores são resistentes às concepções apresentadas por Marx e Engels: as crenças religiosas trazidas por muitos dos componentes tornam complexas as contradições e, sobretudo, o medo de perder o emprego e de anunciar o que pensam abala profundamente as possibilidades de manifestação. Assim, *“eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças”*. (BOSI, 1994, p. 20).

A oportunidade de observar um grupo de trabalhadores em fase de formação política, mesmo em “tempos neoliberais”, rendeu grande aprendizado. Embora não estejam em espaço acadêmico, vivenciam aspectos educacionais de, provavelmente, mesma relevância teórica, com um elemento diverso: ultrapassam a teoria e procuram aproveitá-la em suas práxis de luta, ao realizarem, por exemplo, análises sobre o contexto social de que participam para que possam agir de forma consciente. Este aspecto foi apreendido das observações feitas ao grupo e do momento do debate sobre o movimento sindical na atualidade:

[...] o movimento sindical está fadado ao fracasso total, porque uma coisa é a cooptação, outra coisa é as formas que o governo encontra e os patrões para atacar o resto do movimento sindical. Hoje quando se faz uma greve tem o tribunal, que é o Estado, que decreta ilegalidade de greve, já diz que a greve é abusiva, já diz que têm não sei quantos trabalhadores que têm que tá dentro da empresa trabalhando e aí mata a greve, na hora que o sindicato não obedece vêm as multas de cinquenta mil, cem mil, o sindicato não tem dinheiro nem para sobreviver e as coisas acontecem no dia-a-dia . Quando não é vem a truculência da polícia ou até do exército, na hora que os trabalhadores param e partem para cima dos patrões para reivindicar, tão quebrando,

tão com baderna, coisa parecida e o pau canta, como recentemente aconteceu com os vigilantes, no centro da cidade. (Fala de um trabalhador observado em 2007).

A prática do grupo não se restringe a aspectos teóricos, mas busca na práxis, nos embates classistas, as demandas teóricas que discutem. Anexamos ao texto um breve histórico de luta desse grupo, caracterizando a combatividade e a inserção nas lutas trabalhistas, por meio de algumas fotos cedidas pelo Sindicato, que registram manifestações e momentos diversos de debate. Os agentes sociais em formação política selecionam as leituras mensais com base nas dificuldades que encontram no dia a dia, ou seja, almejam respostas teóricas para os fenômenos cotidianos. Como os escritos de Marx entram nesse contexto?

Os textos de Marx selecionados pelo grupo, geralmente, versam sobre o sindicalismo e as lutas de classes, como também diversas análises das relações capitalistas. Assim, a compreensão marxista é imprescindível, e, embora Marx não aborde, por exemplo, o neoliberalismo, o teórico faz uma severa crítica a Adam Smith e ao seu modelo econômico - o liberalismo - elementos teóricos que muito ajudam na compreensão dos fenômenos político-econômicos da contemporaneidade.

Consideramos que muitas ações advindas do SINTIGRACE, pelo caráter reflexivo-combativo, apontam para atitudes de homens donos de si em busca de (re)escrever a própria história como classe. Os fatos analisados durante esta pesquisa apresentam indivíduos envolvidos na criação de condições à sua vida social, econômica e cultural. É importante, portanto, reaver a possibilidade de reação dos trabalhadores aos ataques capitalistas e divulgar experiências nesse sentido para que, quem sabe, contribuamos com essa luta, sobretudo, em virtude do crítico quadro de fragmentação e desarticulação das lutas trabalhistas, como relata um dos trabalhadores:

[...] pra que pior, hoje não existe uma central sindical que diga estamos norteadando as lutas dos trabalhadores, ou seja, dos sem teto, dos sem terras, dos que não têm nada nesse país. Ou seja, não existe mais, então é a maior mentira o que está sendo pregado diariamente pelo governo, enganação para o povo que nunca vi nos últimos tempos. (...) Então, tudo isso que está sendo feito, além da truculência da polícia, além do judiciário e o Estado contra os trabalhadores, a cooptação e tudo, quer dizer, todo um aparato, tem todas as questões reunidas para o fim do movimento e tem mais uma coisa mais grave, a conjuntura é totalmente desfavorável a qualquer tipo de manifestação, qualquer tipo de luta, porque os trabalhadores nunca tiveram tanto medo de fazer greve como hoje, de fazer qualquer movimento. (2007).

Sem dúvida, essa narrativa nos aproxima dessas pessoas de carne e osso, que sonham, lutam, se revoltam e se desiludem com novas possibilidades. De antemão, preferimos concluir que não é assim tão ruim a desilusão, pois afinal essa irritação pode desencadear fúria e luta. Não pensamos em risadas diante da miséria e da expropriação do humano, nem há registros de revoluções socialistas conquistadas com flores. Então, nos encoraja a possibilidade de conhecermos os fenômenos como eles realmente são, superando definições meramente subjetivas e nos aproximando de aspectos do mundo real e concreto, em sua materialidade, assim como fundamenta Kosik (2002):

Quando o homem estiver compreendido na estrutura da realidade e a realidade for entendida como totalidade de natureza e história, serão criados os pressupostos para a solução da problemática filosófica do homem. Se a realidade é incompleta sem o homem, também o homem é igualmente fragmentário sem a realidade. Não se pode conhecer a natureza do homem na antropologia filosófica, a qual encerra o homem na subjetividade da consciência, da raça, da socialidade, e o separa radicalmente do universo. O conhecimento do universo e das leis do processo natural é *sempre*, direta ou indiretamente, também conhecimento do homem e conhecimento da sua natureza específica. (P. 250).

Foi em contato com os ciclos de debates dos trabalhadores que podemos constatar muito do que é denunciado por Antunes (2003, 1995), por exemplo, no momento em que este discorre sobre os impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, na forma de ser da classe trabalhadora, em aspectos materiais e subjetivos. Observamos, também, o papel que pode assumir o Sindicato no tocante às lutas trabalhistas e ao esclarecimento político, constituindo espaços de reflexão e ação, que, em meio aos ataques neoliberais, se distanciaram bastante da práxis de luta.

Vivenciamos, com apoio em nosso objeto, ante uma concepção dialética, a possibilidade de compreender os fatos baseados em relatos do mundo do trabalho, relacionando-os às suas dimensões sócio-históricas, compreendendo nossos sujeitos e seu lugar no universo. Chegamos à conclusão de estarmos diante de um caso específico de resistência que se diferencia notoriamente do atual posicionamento de grande parte dos sindicatos no Brasil, que, em meio aos ataques neoliberais, se distanciam bastante da práxis de luta.

3 EDUCAÇÃO, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PRINCÍPIOS MARXISTAS

(...) a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade. Mas a possibilidade dessa luta já anuncia as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes.
(LUKÀCS, 2003, p.156)

Como já anunciamos, a proposta investigativa que orientou nossas hipóteses de doutoramento intencionou um mergulho no *ser da classe* trabalhadora a partir do SINTIGRACE, em meio a um histórico processo de desarticulação e individualização⁹. Objetivamos, embora pareça pretensioso, ir além das características fenomênicas contemporâneas da dilapidação da subjetividade combativa/engajada, entendendo ser este um elemento necessário ao enfrentamento de um capitalismo mundializado. A ideia é a aproximação com sujeitos que resistem¹⁰ no tempo, driblam a desregulamentação capitalista e conservam uma ética¹¹ marxista, pautados em princípios de solidariedade de classe e defesa de um modelo de sociedade que obstaculiza a exploração do homem pelo homem.

A práxis observada no SINTIGRACE revela a luta ideológica pela conscientização mencionada por Lukàcs (2003) na epígrafe deste capítulo. Nas observações do autor, a classe dominante é possuidora de consciência pertinente aos objetivos/lucros da classe que representa, enquanto os grupos subordinados precisam travar severa luta no sentido da conscientização e politização de seus pares; fato justificável pela hegemonia da classe burguesa no campo da produção das ideias de uma sociedade e a consequente subordinação dos demais segmentos neste sentido, aspecto já

⁹ Ante as metamorfoses por que passou o capitalismo, nas últimas décadas do século XX, o processo produtivo reestruturou-se para atender a uma intensificação da exploração do trabalho, baseada nas leis de mercado, efetivando as necessidades fundamentais da manutenção do lucro na produção. Com efeito, o neoliberalismo, forma política desse processo, propõe a minimização do Estado em seus aspectos econômicos e sociais. Essas retrações estatais, refletidas na crise do Estado de Bem-Estar Social, têm como consequência a redefinição da segregação social, a precarização do trabalho, o aumento da miséria, a expansão do mercado informal e do desemprego estrutural.

¹⁰ Essa “resistência no tempo” diz respeito a um movimento de vanguarda que existe como pano de fundo de nossa pesquisa de campo. Os sujeitos em estudo são apoiados por pessoas engajadas com organizações de esquerda pertencentes ao movimento revolucionário de 1968. Esta relação transfere ao grupo determinada estrutura dos partidos leninistas da época (1968), como também nos dados apresentados no primeiro capítulo percebemos o histórico envolvimento do SINTIGRACE com tendências emancipatórias.

¹¹ Quando nos referimos à expressão “ética marxista”, nos reportamos a princípios e valores subjetivos inerentes a uma prática revolucionária.

anunciado por Marx (1982): “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. (P. 72).

Trabalhamos em nossas análises/interpretações a relação entre ser, pensar e agir, ou seja, entre a realidade objetiva vivenciada por estes trabalhadores nestas circunstâncias específicas e suas consequências para a formação da consciência de classe, em meio ao movimento teórico-prático elucidado por Marx (2004):

Somente no contexto social é que o subjetivismo e o objetivismo, o espiritualismo e o materialismo, a atividade e a passividade, deixam de ser e de existir como contradições. A resolução das contradições teóricas somente é provável por intermédio dos meios práticos, por meio da energia prática do homem. Por isso, a sua resolução não constitui de modo algum apenas um problema de conhecimento, mas é um problema real da vida que a filosofia não conseguiu resolver justamente porque a considerou só como problema puramente teórico. (P. 144).

Desta feita, indagações¹² inundam nossas inquietações investigativas: como se constitui a subjetividade do movimento proletário no meio dos gráficos? O que a nutre? Em que bases se desenvolve e se torna complexa? Ainda é possível pensar em uma práxis combativa/contestativa em tempos de cooptação e descrença? Como as organizações proletárias, ante a mundialização do capital, podem intensificar a permanente formação da consciência de classe?

O SINTIGRACE apresenta-se para nós como espaço laboratorial que permite a apreensão objetiva do conceito de consciência de classe como categoria real e histórica, isto é, respondendo a uma de nossas perguntas: ainda é possível uma práxis combativa/contestativa em tempos de cooptação e descrença? Os dados coletados apontam que o grupo em análise pode ser considerado como um sindicato de resistência e luta. E em que bases podemos fazer esta afirmação? Em seus folhetos, fotografias, jornais, atas e grupos de estudos observados encontramos a ainda clara prática da luta de classes em suas ações.

E por que os consideramos diferentes da maioria daqueles que fazem o sindicalismo contemporâneo? Sabemos que o momento histórico por nós vivenciado - aspectos que discutiremos nesta tese em vários momentos - é de desmobilização da

¹² Estas respostas estão diluídas ao longo da tese, entretanto, não nos detemos em tentar responder cada uma. Acreditamos que o debate ao longo de todo o texto atinge muitas destas conclusões. Importa destacar, contudo, que as indagações tiveram, sobretudo, o papel de enriquecer o debate sobre a temática.

força sindical brasileira e, pior, de cooptação de muitas lideranças, elementos que não encontramos no SINTIGRACE. O cenário que observamos neste sindicato é de posição ainda bastante crítica ante as novas fases do capital, como também a participação ativa em lutas populares/sindicais na atualidade, ao que não consideramos lugar comum no sindicalismo do século XXI no Brasil. Constantemente, por se posicionarem na linha de frente contra os patrões, os que fazem o SINTIGRACE enfrentam atos de opressão. Leiamos a denúncia:

Patrão Louco agride trabalhador e quebra celular a marteladas

Um caso grave de violência aconteceu na Encadernadora Performance. O companheiro Fernando Cláudio, diretor de nosso sindicato foi empurrado pelo patrão. E mais: teve seu celular quebrado a marteladas pelo dono da empresa.

Tudo porque o companheiro não aceita ser tratado como bicho. Que é como o dono da Performance gosta de tratar os trabalhadores.

O fato foi comunicado a Delegacia do 1º Distrito Policial, onde foi registrado um BO. Na delegacia, com cara de Amélia arrependida, o danadão prometeu dar um novo telefone ao companheiro. No outro dia roeu a corda e ainda suspendeu o trabalhador por quinze dias.

Esta não é a primeira vez que o dono da Encadernadora Performance chama a atenção. Ele costuma agir de forma grosseira com seus funcionários. Acha que é o dono do mundo. Por isso pensa que pode fazer o que bem entende com seus funcionários.

Desta vez este patrão passou da conta. O Sindicato irá tomar as medidas jurídicas e políticas cabíveis contra esse patrão valentão. Vai também denunciar essa violência contra o trabalhador publicamente.

(VOZ DO GRÁFICO, setembro de 2007).

O fato denunciado no jornal *Voz do Gráfico* é um entre muitos que demonstra como são tratados os trabalhadores que contestam e reivindicam melhores condições de trabalho/salário ou se engajam na luta sindical. Esta atitude do patrão da Encadernadora Performance é corriqueira em muitas outras gráficas. Vários operários são pressionados ao desligamento do SINTIGRACE por pena de perder o emprego ou logo quando contratados são avisados de que a empresa não permite o contato com SINTIGRACE. Por que será que esses patrões são, de tal modo, arredios com este Sindicato? Exatamente por este se apresentar como um espaço de luta e resistência operária.

Esta afirmação pode ser confirmada na prática, pois a maioria dos sindicatos de categorias profissionais que prestam serviço às empresas privadas tem convivência amigável com o sindicato patronal. Cabe destacar que o servidor público se diferencia da relação trabalhista aqui apresentada, porque, quando implementa suas reivindicações,

tem, por exemplo, a seu favor, a estabilidade do emprego. Enquanto isso, os trabalhadores analisados no SINTIGRACE têm o desemprego e a miséria batendo à porta, e é nesta perspectiva que consideramos um ato de coragem/convicção e consciência de classe se manifestar nestas condições de desamparo e falta de perspectivas.

É importante enfatizar que a correlação de forças no mundo do trabalho capitalista depõe a favor do patrão e fica difícil convencer os trabalhadores da necessidade de luta diante do desemprego. Assim, ainda arriscamos resposta a outra pergunta levantada neste capítulo: **Como as organizações proletárias, ante a mundialização do capital, podem intensificar a permanente formação da consciência de classe?**

Uma possibilidade de resposta encontramos na práxis do SINTIGRACE, começando pela compreensão que seus membros têm de que a história não se encerra nas relações de produção capitalista, ou seja, os trabalhadores em análise acreditam que lutar ainda é possível e que determinadas concessões ao capitalismo só dificultam as possibilidades de reação dos trabalhadores. Observemos mais um texto retirado do jornal da categoria investigada:

Frente tenta unir o Movimento Sindical

A FETRACE, Sindicato do Comércio e Serviços estão tentando reagrupar o Movimento Sindical. A ideia é tentar revitalizar o Movimento Sindical. Paralisado e desunido, depois das eleições de Lula, Cid e Luiziane.

Nosso sindicato participou da reunião inicial deste movimento. Porém, o que se viu foi companheiros perplexos diante dos ataques dos patrões e dos governos. E da paralisia da CUT e do Movimento Sindical.

De nossa parte, não vemos nenhuma surpresa nisso. Nunca vimos empregado batendo em patrão!

A CUT e, boa parte dos Movimentos Sociais brasileiros, já escolheram de qual lado querem estar. E não é o lado dos trabalhadores. É exatamente por isso, que os trabalhadores vem sofrendo todo tipo de ataque e, uma boa parte do Movimento Sindical não dá um pio.

Achamos importante a iniciativa da companheirada. Vamos apoiar e participar. Porém não vamos nos iludir. Se os companheiros querem criar um movimento de resistência aos ataques dos governos e patrões, terão que mostrar, claramente que estão dispostos a romper com os governos Lula, Cid e Luiziane.

Não só com os governos. Mas, também, com a política de entidades e partidos que os apóiam: CUT, PT, PC do B, PSB, etc.

Chamamos os companheiros que fazem a CONLUTAS a participarem desta tentativa de unir o Movimento Sindical. Mas, ao menor sinal de

que o Movimento é apenas mais um, pra frear a luta dos trabalhadores, cairemos fora. (VOZ DO GRÁFICO, julho/agosto 2007).

Inúmeros elementos são mercedores de análise na expressão da voz operária há pouco citada. Destacamos, primeiramente, o engajamento do SINTIGRACE com uma luta mais ampla e complexa da classe trabalhadora. Nestes termos, percebemos a fragmentação e a inércia do Movimento Sindical diante de políticas governistas com a chegada do PT às diversas instâncias do poder capitalista.

Em observação de nossos sujeitos de pesquisa, percebemos um interessante nível de consciência de classe diante do cenário analisado por eles mesmos. Este aspecto demonstra também clareza do nível de esclarecimento político-ideológico do grupo, ao denunciar, por exemplo, que o quadro político da atualidade freia a luta de classes e a organização da classe laboriosa e, por isso, mostra-se resistente em compactuar com este estado de coisas.

É perante a precarização e a destituição das lutas proletárias que elencamos como *locus* de nossa pesquisa o grupo de estudos/práxis composto por trabalhadores diversos que se reúnem no Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Estado do Ceará. A escolha ocorre pelo fato de estas pessoas, em tempos de individualização, dedicarem-se a uma autoformação¹³ - grupo de estudos e atividades de trabalhadores norteados por princípios marxistas. Em caráter dialógico e reflexivo, constituem ciclos de cultura e debates, a fim de abordar assuntos como Economia Política, Filosofia e (Neo)liberalismo, CLT, como também outros temas que envolvem a conjuntura política, empenhados no enfrentamento da atual empreitada capitalista.

Ao observarmos seus encontros semanais, percebemos uma constante nas discussões: manifestações populares/trabalhistas, notícias de movimentos sociais, crise no movimento sindical, arrochos salariais, campanha salarial, confrontos com patrões, filmes e documentários que apontam para fatos pertencentes à manifestação cotidiana das lutas de classes. Após os debates, buscam encaminhar ações de intervenção em tal realidade. Estas pessoas dedicam parte de seus dias à luta coletiva, não são vinculadas a partidos políticos e defendem a ideia de que o reformismo não é saída para as imposições capitalistas. Interessa enfatizar que, em meio ao culto do individualismo,

¹³ Denominamos autoformação por tratar-se de um movimento formativo não vinculado a qualquer instituição formal de educação e por ter sido constituído com suporte na iniciativa dos próprios trabalhadores, que, por motivos ainda não completamente esclarecidos, procuram se apropriar de uma gama de novos conhecimentos.

são raros aqueles que, saindo da comodidade de estar em si, se lançam ao risco de defender o comunitário e o “para os outros”.

Vivemos então a atualidade das proposições marxistas, isso porque, mesmo se metamorfoseando, as formas capitalistas de opressão continuam latentes e o materialismo histórico, pensando a história como processo, ainda faz frente a esses ditames. Este fato é demonstrado pela própria história, que registra no século XXI sujeitos buscando em Marx fundamentação e possibilidades, demonstração da fertilidade inadiável do marxismo para a formação de subversivos, pois “a existência de idéias revolucionárias em uma determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária”. (MARX, 1982, p. 73). É fato que a realidade capitalista da atualidade não é exatamente a mesma estudada por Marx, entretanto, que outro pensamento estaria tão atual para o entendimento/formação de uma militância proletária?

Com arrimo na práxis de luta anticapitalista, e por sua implementação e fortalecimento, reúnem-se no SINTIGRACE. As transformações no mundo do trabalho fecundam essa pedagogia subversiva, até porque mais do que “interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. (MARX, 1982, p. 14). Marx não esteve preocupado em meras elocubrações sobre o capitalismo, pois objetivou apontar meios para a ação. É assim que refletimos sobre o movimento de apropriação da teoria experienciada nos estudos/ações do SINTIGRACE, que não se coaduna, por exemplo, com nossos estudos na academia, onde nos empenhamos, quase sempre, em apenas especular sobre o mundo do trabalho e suas transformações. Os sujeitos investigados partem da materialidade de suas existências para tentar subvertê-las e não apenas para contemplá-las em reconhecimento acadêmico. Em outros termos,

[...] as contradições do pensamento e das consciências subjetivas dos homens apresentam um fundamento objetivo e real. Se existem “pró e contra”, “sim e não”, é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias. Desse modo, o pensamento humano, que não consegue captar de uma só vez as coisas reais, se vê obrigado a tatear e caminhar através de suas próprias dificuldades e contradições até atingir as realidades moveáveis e instáveis e as contradições reais. (LEFEBVRE, 2009, p.28-29).

Na análise dessa práxis educativa, constituída em um movimento concreto e contraditório de trabalhadores, identificamos a concepção de cultura anunciada por

Gramsci (2004) e o papel desta ante as vivências humanas e o antagonismo social. Com efeito, nessa perspectiva gramsciana, não se pode pensar a cultura desconsiderando-se a constituição histórica do homem como sujeito das próprias ações e inferências no mundo.

Os aspectos culturais são elaborados na tessitura das relações sociais, com suporte em valores extraídos da práxis humana, em latência no SINTIGRACE, espaço no qual observamos a formação de um *círculo de cultura* (GRAMSCI, 1989), que busca estruturar uma competência intelectual coletiva, no intuito de socializar conhecimentos/experiências de lutas e fortalecer a classe em termos culturais. A este respeito convocam a categoria para estudar/compreender a própria história a fim de conseguir defendê-la e/ou transformá-la:

Grupo de Estudo já está na segunda fase

O grupo de estudo do nosso Sindicato já está na segunda fase. O grupo está discutindo História do Movimento Operário, as terças-feiras e Legislação Trabalhista, as quintas-feiras.

O grupo é formado por companheiros e companheiras de nossa categoria, da categoria dos correios e da confecção feminina. Sendo que aos trabalhadores da categoria, o Sindicato fornece o dinheiro da passagem para o transporte até o Sindicato.

O objetivo do estudo é conhecer a legislação trabalhista brasileira e, a história das lutas dos trabalhadores para conquistá-la. Conhecer as leis e a história de suas conquistas, é o primeiro passo para defendê-la.

Outro objetivo é fazer com que, cada companheiro se torne um multiplicador de conhecimento no ambiente de trabalho. Aquele companheiro, a quem os demais podem recorrer em caso de dúvidas.

Mas o fato do estudo já está em sua segunda fase, não impede que novos companheiros(as) entrem no grupo. Quem estiver interessado basta comparecer a sede de nosso Sindicato, a partir das 18 horas, e participar. Lembre-se que, conhecimento ninguém tira de você. Venha, traga mais um companheiro e participe. (VOZ DO GRÁFICO, junho de 2007).

Este é o grupo que observamos ao longo do doutorado. O trecho de seu jornal caracteriza com precisidade. Estivemos presentes em seus debates e compreendemos seu papel social em um momento em que a classe operária cearense pouco se mobiliza em torno de suas causas. O risco de perder o emprego é fato incontestável e a possibilidade de conseguir outro é pouco provável. Temos relatos de trabalhadores vinculados ao SINTIGRACE que não conseguiram mais, por perseguição política, se inserir nas empresas gráficas da Capital.

Resistir à exploração capitalista é um desafio na contemporaneidade e organizar-se política e ideologicamente é enfrentar repressão e a injustiça social. Os sujeitos em estudo buscam examinar a história do movimento operário para conscientizar a categoria de que a luta é a arma que resta àqueles que vivem apenas de suas forças de trabalho e que não existe patrão que não esteja apenas interessado na apropriação da mais-valia.

Também temos o registro de uma ainda intensa participação deles nos embates cotidianos em prol da luta por melhores condições de existência e defesa de princípios marxistas, como uma atual e necessária ferramenta para superar a expropriação capitalista. Mergulhamos, assim, nesse universo, para compreender-lhe as experiências, e mediante suas narrativas, alcançar o substrato do que é uma subjetividade operária em luta. Importa enfatizar que não pretendemos um manifesto acrítico com relação a esse objeto de estudo, afirmando, então, os limites de tal ação. Apresentamos, todavia, uma pesquisa engajada que busca dar notoriedade àqueles que ainda arriscam esta opção de vida. Lembra Konder (2006), em sua análise sobre *Ética Marxista*:

[...] o sujeito humano é levado a se defrontar com questões que não podem ser resolvidas apenas instintivamente, com desafios que exigem análises, ponderações e decisões conscientes. Os homens sabem que precisam fazer escolhas e que suas opções comportam riscos. Sentem, então, necessidade de definir critérios confiáveis para lhes proporcionar alguma segurança na hora de decidir o que é mais importante e o que é menos importante para eles. Precisam estabelecer uma hierarquia de preferências. Isto é *valores*. (P. 569).

Para Konder (2006), essa capacidade teleológica do humano de antecipar na consciência as metas a serem alcançadas torna possível a ação consciente/pensada, aspecto que precisa ser recuperado em razão da brutal apropriação da subjetividade do trabalhador pelo capital, tornando o *ser* dessa classe algo exterior a ela, que não parece lhe pertencer, e se distancia da real possibilidade de realização e emancipação. Isto porque a consciência é algo inadiável da ação coletiva e deve ser erguida ante valores e decisões que fortaleçam o bem comum, embora submetida a riscos de coesão. A proposta de consolidação de princípios marxistas busca justamente a superação de ações/valores antissociais que destroem a dimensão de coletividade e exaltam o individualismo e a banalização do humano.

Nesses termos, emerge a relevância de investigação do SINTIGRACE, por constituir, em nossas análises conclusivas, experiência tocada pela possibilidade de subversão dessa razão de estranhamento. Analisamos, então, como se desenvolve a autoformação desses trabalhadores e as implicações de tal atividade para a constituição da consciência de classe. Procuramos relacionar os aspectos que envolvem a busca por ampliação intelectual/cultural dos sujeitos envolvidos com sua possibilidade de formação política e ação prática. Assim, algumas indagações “apimentaram” nossas reflexões: seria este um movimento realmente consciente? As pessoas envolvidas percebem a dimensão dos estudos feitos? Quais objetivos podem ser revelados com tal manifestação? O que vem a ser, objetivamente, uma manifestação da consciência de classe?

Em busca destas respostas, chegamos à conclusão de termos efetivamente conhecido/pesquisado uma transição que Marx intitulou, em suas obras *A Miséria da Filosofia* e *A Ideologia Alemã*, de transição da *classe em si* à *classe para si*. Isto porque os indivíduos investigados experienciam a tomada de consciência em momentos de luta, em situações dentro do ambiente de trabalho e sentam-se para refletir, debater, estudar e amadurecer suas conclusões em termos de classe. Assim, são fortalecidos, mesmo enfrentando graves ataques e contradições dentro do próprio grupo que não é homogêneo muito menos, perfeito.

Mencionadas indagações também nos remeteram a uma concepção ampliada de educação, que transcende os espaços formais e pode vir, efetivamente, a assumir um caráter politizador, a exemplo do grupo de estudos que, na sede do Sindicato dos Gráficos, se reúne semanalmente, a fim de apropriar-se, à luz da crítica marxista, de conhecimentos que propiciem uma análise da realidade vivenciada e os esclareçam quanto aos inimigos/obstáculos a serem enfrentados.

A ênfase central deste estudo, no entanto, e que muito nos suscita interesse, alia-se à escolha da corrente teórico-metodológica do grupo, ante uma questão crucial: temos um conjunto de trabalhadores, unidos em torno de um objetivo instigante, estudar Marx e Engels, e, com base neles, apropriar-se de conhecimentos que lhes foram negados na precária escolarização destinada às camadas populares brasileiras. Não podemos negar o esforço do grupo em direção ao conhecimento,

[...] admitamos, simultaneamente, que o pensamento humano busca a verdade através das contradições e que as contradições têm um sentido

objetivo, uma fundamentação na realidade. Cessamos de rejeitar como aparentes ou absurdas todas as contradições; justamente ao contrário, colocamos no centro das preocupações a pesquisa das contradições e de seus fundamentos objetivos. (LEFEBVRE, 2009, p.29).

Mediante a incursão no campo, inspirados por uma razão dialética¹⁴, consideramos que as relações formativas que envolveram nossa investigação estão relacionadas ao fortalecimento da luta de classes, ou seja, estamos diante de sujeitos que vislumbram na apreensão do conhecimento mais uma forma de se fortalecer diante do domínio do capital. Referido grupo aponta para uma ação de resistência ao ataque¹⁵ pelo qual o movimento sindical passa, em virtude do desemprego estrutural e da implementação das teses neoliberais, indicando que, como declara um trabalhador em entrevista,

Hoje como a luta de classes está em recuo em função do desemprego, então a gente está trabalhando essa questão da consciência, para quando esta luta se tornar mais aguda os companheiros poderem participar dela com consciência, com vontade inclusive de buscar uma nova alternativa de sociedade. (2008).

Esses trabalhadores mantêm um grupo de ações/estudos destinados à formação política, ressaltando a necessidade de constituição da consciência de classe, de pensar em modelo diferente de sociedade e sem vincular-se a nenhum partido político. Este fato os desvia das intenções puramente eleitorais e consolida a busca pelo esclarecimento acerca da realidade objetiva que vivenciam. Vale mencionar que a crítica à representatividade na democracia burguesa é deveras saudável à subversão desta lógica estabelecida, principalmente porque “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (MARX e ENGELS, sem data, p. 23).

¹⁴ Lefebvre (2009) define razão dialética como expressão do real baseada no método científico adotado por Marx em sua tentativa de pesquisar/interpretar a realidade. Constitui profundo esforço em compreender as condições concretas da pesquisa e os caracteres concretos do real; pois para Lefebvre (2009, p. 32), “a realidade a ser atingida por meio da análise e reconstruída através da exposição (sintética) é sempre uma realidade em movimento”.

¹⁵ O sindicalismo brasileiro, em decorrência da *nova ofensiva do capital*, desarticula-se, uma vez que se encontra debilitado com a fragmentação da classe trabalhadora. É nesse aspecto, dentre outros, que as políticas neoliberais se mostram eficientes na dilapidação das práticas de resistência da classe trabalhadora. É fundamental, porém, compreender as contradições evidenciadas, uma vez que não podemos analisar tal movimento considerando elementos lineares e apenas fenomênicos que não nos permitem enxergar *além do capital*, pois, cabe considerar, nem todos os movimentos organizados de trabalhadores se curvaram às imposições neoliberais.

Este é elemento desencadeador de debates no SINTIGRACE, ao passo que a esfera da ruptura social não pode estar aliada aos representantes do capital. Outras reflexões/posições abordadas pelo grupo dizem respeito ao momento bastante peculiar vivenciado por parte da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo, que passa por uma desilusão com o PT e com outros partidos de esquerda, governistas ou de oposição.

Mencionado fenômeno assume relevância na análise da contextura socio-político atual¹⁶, cenário de nosso objeto de estudo, pois se observa um quadro de crise estrutural do capital, enfraquecimento dos trabalhadores, precarização do trabalho, destituição de conquistas sociais, dentre outras consequências para a sociedade e a organização da classe trabalhadora. Tais elementos agudizam a descrença partidária que resulta da desilusão sofrida pelos trabalhadores, quando, uma vez no poder, o PT se curva aos interesses do capital, não atendendo aos anseios da classe que propunha representar.

Por certo, também estão cientes de que a gestão petista ensejou mais emprego do que a era FHC, aumentou o índice de carteira assinada e foi mais moderado no quesito privatização, ou seja, dilapidação do patrimônio público e consequente perda de estabilidade dos funcionários públicos que, no processo de desestatização (FHC), perderam o emprego ou pelo menos passaram a vivenciar relações trabalhistas precarizadas. Para este esclarecimento, vale apresentar alguns dados comprovativos destas afirmações: no governo FHC, por exemplo, foi criado CND – Conselho Nacional de Desestatização – tendo por presidente o ex-governador do Estado de São Paulo, José Serra. Tal estrutura neoliberal tratou de entregar à iniciativa privada quantia significativa de estatais brasileiras.

Todo este desmonte, aliado à drástica redução do Estado em políticas sociais e quase ausência de criação de postos de trabalho, trouxe ao cenário brasileiro miséria e precarização em grande escala. É ante este contexto que se depositou imensa esperança em Lula – operário nordestino que chegou a Presidência da República - este por sua vez, logo ao chegar ao poder, primeiro mandato, começa a assumir posição bem diversa do esperado pela classe trabalhadora. Observemos:

¹⁶ Referimo-nos às duas últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI, quando, entre avanços e retrocessos, continuam precarizadas as relações de trabalho e o índice de desemprego ainda é alarmante, embora, em análise comparativa das gestões FHC X Lula, os dados oficiais apontem que o governo petista conseguiu aumentar o número de postos de trabalho; estatística, entretanto, que precisa sair ainda amplamente alargada, mas não podendo deixar de ser enfatizada.

Reforma prejudica os trabalhadores

O governo Lula dá continuidade aos ataques aos trabalhadores. Ele criou recentemente o Fórum Nacional da Previdência. Este fórum reúne governo, patrões, centrais sindicais pelegas, entre elas a CUT, e associações de aposentados. O objetivo é discutir uma proposta de reforma da Previdência. Ou seja: vem chumbo grosso nas nossas costas.

A reforma da previdência, assim como a trabalhista, é uma reivindicação antiga dos patrões e dos organismos internacionais. Mas Lula e sua equipe de pau-mandados, seguem dizendo que a Previdência tá quebrada. Que se não fizer a reforma, não tem como pagar as aposentadorias no futuro.

Mentirosos. Todos eles.

Não é hoje, nem de ontem, que o dinheiro da Previdência é desviado pra outras finalidades. As Leis 10.572 e 10.629 e o Decreto 21/02, todos de 2002, desviam do orçamento da Previdência, pra vários ministérios, estados e municípios R\$ 1.185.468.252,00 (hum bilhão, cento e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinqüenta e dois reais). Apenas.

Juntando esses desvios, ao calote das empresas e do governo, fica fácil, fácil, justificar o rombo, que o governo Lula quer transferir pras nossas costas.

Como o povo não tem acesso aos diários oficiais, fica fácil para o governo, com o apoio dos meios de comunicação, enganá-lo. Basta ver a campanha que Globo faz em favor das reformas. Em especial a da Previdência.

E o governo Lula segue sua caminhada rumo ao massacre dos trabalhadores brasileiros.

Está em discussão no tal fórum, propostas como: criar idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens, 55 para mulheres); aumentar progressivamente a idade mínima para 67 anos; reduzir as pensões por morte para 70% do valor; reduzir e acabar com diferença de idade para aposentadoria entre homens e mulheres; acabar com a aposentadoria rural; acabar com a aposentadoria especial para professores; acabar com a aposentadoria dos servidores públicos.

Como se vê acompanhada, tá mais do que na hora de sairmos às ruas, pra defender nossos direitos. E denunciar esse governo mentiroso e a traição dos ditos representantes dos trabalhadores neste fórum. Em especial a CUT.

A reforma necessária é pra incluir direitos, não pra retirar. (VOZ DO GRÁFICO, junho de 2007).

Ao que podemos constatar e concordar com a denúncia operária acima de, que para um partido dito dos trabalhadores, ele esteve mais aliado aos patrões e banqueiros do que à classe que o elegeu. Seria ingênuo, todavia, acreditar que o governo Lula fizesse diferente em chefia de um Poder Executivo que representa um Estado Capitalista. Mesmo assim, mais uma vez, encontramos o SINTIGRACE denunciando e se organizando para o protesto e, mais, ressaltando a necessidade de

informação/politização da classe trabalhadora que se mantêm, nas mais das vezes, pouco atenta às medidas político-econômicas que interferem drasticamente em sua vida.

Este fato impulsionou o debate no SINTIGRACE no que se refere ao discurso da representatividade/reformismo no Estado burguês, contribuindo, ainda mais, em nossa compreensão, para o combate à convivência pacífica e humanizada com o capital, pois não é honesto conviver pacificamente com a fome e com a negação das necessidades básicas e essenciais à existência humana. A efetividade da gestão petista, neste sentido, apenas gerenciou interesses capitalistas: muito mais, foi destinado a banqueiros e empresários do que às políticas sociais de geração de emprego e renda, como também esteve longe de atender com objetividade as necessidades das camadas populares no que diz respeito a saúde, moradia e educação.

Na prática, olhando para a própria realidade, os trabalhadores gráficos não conseguem perceber objetivamente ganhos nos últimos anos. Suas vidas não foram atingidas pelas “mudanças sociais” propagandeadas pelos governistas. O desemprego ainda é latente, os seus salários continuam servindo a uma existência medíocre, seus filhos continuam tendo acesso a uma saúde precária e a uma escola pública de péssima qualidade. O Sindicato continua sofrendo represália e perdendo associados que temem o desemprego, e o processo de automação continua desempregando em massa. Vamos aos fatos/denúncias:

Diário do Nordeste e Serval preparam degola dos intercaladores

O Diário do Nordeste e a Serval, começaram a reduzir o quadro de trabalhadores no setor de intercalação.

Com a compra de uma nova impressora rotativa, o DN já começou a pressionar a Serval pra demitir os trabalhadores. Só em Julho dez intercaladores foram demitidos. E a promessa é que mais demissões virão.

O DN, a Serval e uma tal de RS, partem agora pra quarteirizar o setor de intercalação. Ou seja: quem vai intercalar parte dos cadernos dos jornais, serão os entregadores. Irregularmente, claro.

Com as demissões dos intercaladores terceirizados pela Serval, parte dos jornais estão sendo intercalados nos locais de distribuição do jornal, pelos entregadores. Em posto de gasolina e terminais de ônibus.

As condições de trabalho, nestes locais, são mais do que precárias.

A jogada é simples. Conhecidíssima. Diminuir os custos das empresas. Passando esses custos pras costas dos trabalhadores. Os intercaladores que restarem e os entregadores que farão o serviço dos intercaladores farão sem ganhar nada mais por isso.

Os entregadores, também terceirizados, não são beneficiados por nenhuma Convenção Coletiva de Trabalho. Piso salarial nem pensar. Alguns recebem meio salário mínimo.

O nosso Sindicato irá tomar as medidas cabíveis contra esse abuso contra os trabalhadores.

O DN e a Serval, com discurso de empresas com responsabilidade social, mostram sua verdadeira face. Na hora de aumentar seus lucros, mandam pras cucuias a responsabilidade social.

Resta a nós, trabalhadores, prepararmos uma resposta a altura da nossa importância. (VOZ DO GRÁFICO, julho/agosto de 2007).

Terceirização, quarteirização, desemprego estrutural¹⁷ (em virtude da automação), precarização, desrespeito humano... Que efetivas mudanças são estas, tão propagandeadas pelos governistas? Ao que podemos responder, ainda não foram sentidas pelos gráficos no Ceará. Sabemos que dados oficiais apontam geração de emprego¹⁸ e distribuição de renda na gestão petista, contudo, também sabemos que ainda estão longe de mudar a sociabilidade própria do capitalismo. Por isso, o recuo da luta de classes não pode continuar uma vez que a burguesia aprimora seus métodos de obtenção de lucros.

Outro apontamento importante com relação ao texto do *Voz do Gráfico* é a posição do SINTIGRACE, diante dos dissabores sofridos por sua categoria e pelos entregadores de jornal que trabalham na informalidade. Mostram-se solidários, críticos e combativos. Em continuidade ao episódio denunciado acompanhamos o desenrolar dos fatos: foram aos postos de entrega dos jornais e flagraram o que estavam denunciando – precarização e quarteirização do trabalho humano- fotografaram, denunciaram à Justiça Trabalhista e publicaram as fotos e os fatos em seus jornais para conscientizar a categoria e os demais trabalhadores interessados.

Por esta e outras ações, sofreram severa represália do jornal O Povo. Um dos membros do Sindicato que trabalhava há mais de dez anos naquela instituição foi, por exemplo, demitido, mesmo tendo estabilidade garantida por lei por ser membro do Sindicato. Fizeram, então, manifestações na frente da empresa, panfletaram para a sociedade cearense saber do acontecido, foram à Justiça e sofreram a pressão policial para parar suas manifestações.

¹⁷ Mais à frente trataremos de melhores explicações teóricas a respeito do termo e da conjuntura político-econômica da contemporaneidade.

¹⁸ Segundo a RAIS 2009 – Relação Anual de Informações Sociais-, Registro Administrativo de Responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, instituída pelo Decreto nº 76.900/75, o montante de vínculos empregatícios no País atingiu marcas positivas com relação a anos anteriores a 2003.

Continuemos a análise da real situação dos trabalhadores gráficos no Ceará do século XXI:

Pesquisa para conhecer a realidade

A Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho do nosso Sindicato, capitaneada pelo companheiro Augusto César, está realizando uma pesquisa sobre saúde e segurança no trabalho.

O objetivo é saber o nível de conhecimento dos gráficos, quanto a saúde e segurança no trabalho. Principalmente, quanto aos produtos utilizados no ambiente de trabalho. (VOZ DO GRÁFICO, junho de 2007).

A pesquisa também objetivava avaliar o nível de (des)informação dos gráficos com relação a DORT¹⁹/LER²⁰. O objetivo foi de manter o Sindicato atento ao universo laboral do meio gráfico para que ensejasse, junto aos trabalhadores, a luta por melhores condições de trabalho e a conscientização da categoria perante tais mazelas.

O resultado parcial da pesquisa:

Saúde dos gráficos é uma bomba relógio

Os primeiros resultados da pesquisa de saúde e segurança do trabalhador gráfico, são as piores possíveis.

Dos trabalhadores que responderam a pesquisa, 72,12% trabalham com produtos químicos. Destes, 45,19% não recebem adicional de insalubridade. 74,4% realizam movimentos repetitivos durante o trabalho. Mas, 66,35% não sabem o que é lesão por esforço repetitivo (LER). Doença que pode incapacitar definitivamente para o trabalho.

76,92% disseram que as máquinas de seus ambientes de trabalho são muito barulhentas. Deste total, 24,4% disseram ter dificuldade pra escutar, principalmente, após a jornada de trabalho. Do total

¹⁹ Distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho. A diferença entre DORT e LER: LER é a designação de qualquer doença causada por esforço repetitivo, enquanto DORT é o nome dado às doenças causadas pelo trabalho. Alguns especialistas e entidades preferem, atualmente, denominar LER por DORT ou ainda LER/DORT.

²⁰ A expressão LER refere-se a um conjunto de doenças que atingem principalmente os membros superiores, atacam músculos, nervos e tendões, provocando irritações e inflamação dos mesmos. A LER é geralmente causada por movimentos repetidos e contínuos com a consequente sobrecarga do sistema musculoesquelético. O esforço excessivo, má postura, estresse e más condições de trabalho também contribuem para aparecimento da LER. Em casos extremos, pode causar sérios danos aos tendões, dor e perda de movimentos. A LER inclui várias doenças, dentre as quais tenossinovite, tendinites, epicondilite, síndrome do túnel do carpo, bursite, dedo em gatilho, síndrome do desfiladeiro torácico e síndrome do pronador redondo. Alguns especialistas e entidades preferem, atualmente, denominar as LER por DORT ou LER/DORT. A LER também é conhecida por L.T.C. (Lesão por Trauma Cumulativo).

pesquisado, 35,58% disseram que utilizam no trabalho, produtos químicos que contém benzeno. Mas, 78,85% não sabem o que é benzenismo. Câncer causado por exposição a este produto químico. 54,81% sabem o que é CIPA. Porém, 73,08% dos trabalhadores disseram que nas empresas em que trabalham não tem CIPA.

Os resultados iniciais mostram o que a direção do Sindicato já sabia. As condições de trabalho na categoria gráfica são mais do que precárias. A maioria dos trabalhadores não recebem adicional de insalubridade. Pior: não conhecem as doenças causadas pelos produtos utilizados, e pelas condições de trabalho.

A pesquisa ainda não terminou. Com os dados, nosso Sindicato irá desenvolver uma campanha pra melhorar as condições de vida no trabalho. O resultado ajudará também, as ações do Sindicato. Servirá de fundamento para reivindicações durante a Campanha Salarial. Na luta por melhores condições de trabalho. (VOZ DO GRÁFICO, setembro de 2007).

Os dados apontam para uma triste realidade trabalhista, ao constatar os riscos de adoecimento sofridos diariamente pelos trabalhadores gráficos. Estas pessoas estão submetidas a críticas condições de trabalho e pouco podem e/ou conhecem para contestar esta situação. Por sua vez, o patrão se torna cada dia mais rico e próspero em condições de saúde, moradia e educação. Tal aspecto revela claramente a essência do capitalismo, ao mostrar que a atividade vital humana – o trabalho - efetiva realização e prazer, neste modo de produzir, apenas para os donos do capital. Ao trabalhador produz adoecimento, estranhamento e pobreza,

[...] na realidade efetiva, ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de “escravos” que é a dos trabalhadores. (Grifo do autor). (MARX, 2004, p. 28).

Temos a reificação das relações capitalistas de produção/acumulação de riquezas, fenômeno que exige sindicatos de resistência que, minimamente, consigam fiscalizar/enfrentar as arbitrariedades da burguesia; papel que o SINTIGRACE se esforça para cumprir, contudo, o cenário político contemporâneo dificulta significativamente esta atuação e os trabalhadores se afastam do movimento sindical.

Com a implementação do neoliberalismo, todavia, é observável o refluxo dos partidos no Brasil, isto é, a degeneração dos grêmios da esquerda brasileira, contextualizando nosso objeto na emergência de ações mais críticas e subversivas que

se contraponham à posição reformista, haja vista que “nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante”. (LUXEMBURGO, 1990, p. 59).

3.1 Neoliberalismo, Mudanças na Gestão do Trabalho e Crise Sindical

Estamos vagorosamente alcançando a reivindicação, como nossos ancestrais fizeram em 1821, das seis horas de trabalho diárias, mas ainda estamos muito longe de organizar a sociedade com base no maior potencial de produção de riqueza do tempo disponível. Sem este, não se pode propor a questão de emancipar os indivíduos trabalhadores da tirania das determinações fetichistas e das iniquidades flagrantes. A realização até mesmo de alguns dos nossos mais limitados objetivos requererá mobilização de empregados e desempregados, conduzidos pela solidariedade com os problemas que todos nós somos obrigados a partilhar. (MÉSZÁROS, 2006, p. 44).

Nenhuma categoria trabalhista está imune ao desemprego e ao trabalho temporário no Brasil. Por conseguinte, este estudo, inevitavelmente, deparou fenômenos como o neoliberalismo e a crise sindical, elementos que apontam para um distanciamento da possibilidade de emancipação e mobilização de empregados e desempregados. Pode-se concluir, com isso, que o panorama atual suscita uma inadiável reação da classe laboriosa diante “da tirania das determinações fetichistas e das iniquidades flagrantes”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 44).

A fim de situar o contexto abordado neste capítulo, vale historiar o fato de que, por terem sido idealizadas em meio a um momento de “ouro” do capitalismo (keynesianismo), as teses neoliberais não foram de imediato adotadas, pois não pareciam viáveis em virtude da expansão dos lucros vivenciada na fase do segundo pós-guerra. Apesar disso, os neoliberais anunciavam os perigos ocasionados “*pela regulação do mercado por parte do Estado*”. (P.10). Era uma clara aversão aos ganhos trabalhistas, conforme denuncia Anderson:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. (1995, p.10).

O fato é que essa proposta não tardou a se tornar atraente para a sociedade produtora de mercadorias. Para Perry Anderson (1995), ao emergir do esgotamento do modelo econômico do segundo pós-guerra, o mundo capitalista avançado deparou uma crise de caráter estrutural, sendo acometido por inevitável depressão financeira, de sorte que, em meados de 1973, houve um solo fértil para as ideias neoliberais, pois, segundo Hayek (1990), o leitmotiv da crise estava ligado ao fortalecimento dos sindicatos, respaldados pelo forte movimento operário (europeu), cujas intensas reivindicações salariais e previdenciárias acarretaram prejuízos à acumulação capitalista e ao orçamento do Estado.

Assim, objetivando a recuperação dos lucros, acrescenta Anderson: “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. (1995, p.11). A meta dos Estados Nacionais, nesse sentido, deveria ser a contenção de gastos com o social e a constituição de uma empresa “enxuta”, produzindo com maior eficiência e menores custos (sem contar com o espaço cedido ao capital especulativo).

Essa nova forma da gestão do trabalho, baseada na flexibilização do processo produtivo e no acréscimo de tecnologia, implicou uma drástica redução de mão de obra nos setores de produção, ocasionando desemprego em massa. Atingiu-se, com efeito, gradativamente, entre outros, um dos grandes objetivos neoliberais: o crescente número de desempregados favoreceu proporcionalmente o desgaste dos sindicatos, abrandando, pelo menos temporariamente, os movimentos sociais; aspecto que anteriormente apresentamos como sendo um obstáculo atualmente enfrentado pelo SINTIGRACE no que concerne à organização da categoria para a luta de classes.

Esses dados e tendências repercutem nitidamente, de acordo com Antunes (1995), *na forma de ser* da classe trabalhadora, ou seja, além de acarretarem mudanças na produção de sua vida material, trazem consequências para o universo da subjetividade, da consciência dos que trabalham, ou pelo menos que procuram trabalhar. Coube-nos, pois, a compreensão desses impactos no mundo do trabalho contemporâneo, ante a análise espaciotemporal no SINTIGRACE, onde trabalhadores diversos na contracorrente neoliberal trilham a constituição de outras possibilidades para a classe. O trecho do *Voz do Gráfico* (novembro de 2008) destaca estas práxis de resistência e luta:

Unidade da Luta?

Movimento Sindical tenta se reunificar

O Movimento Sindical do Ceará tá tentando se reunificar. Após várias tentativas frustradas, o Movimento tenta unificar suas ações pra resistir aos ataques da burguesia e seus funcionários.

Corre Brasil afora uma onda de criminalização dos movimentos de organização da classe trabalhadora e do povo oprimido. A última aberração dessa criminalização foi o uso da Lei de Segurança Nacional contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, no Rio Grande do Sul.

No Ceará, essa criminalização se dá através de ataques às organizações sindicais dos trabalhadores.

Demissão de dirigentes sindicais; ataques aos Direito de Greve; ataques por parte da Justiça do trabalho contra o financiamento das entidades sindicais; rescisões de contrato de trabalho homologadas indevidamente pelo SRTE; são algumas das formas encontradas para atacar o Movimento Sindical cearense.

Contra essas e todas as demais formas de criminalização das organizações dos trabalhadores, 27 entidades sindicais, incluindo a nossa e algumas centrais sindicais realizaram no dia 12 de novembro um Ato de Protesto em frente ao Fórum Autran Nunes.

O ato terminou em passeata até Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, SRTE, antiga DRT.

Após esta ação unificada, o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Ceará, Sr. Papito de Oliveira chamou as entidades pra uma reunião.

Nela ficou decidido que a SRTE abrirá as portas pra ouvir o Movimento e tentar resolver os problemas.

O nosso Sindicato segue participando, apoiando e impulsionando essas Ações que deverão ter continuidade.

Nos esforçaremos para que desta vez, a defesa dos direitos dos trabalhadores seja mais importante que as inconvenientes relações de algumas entidades e dirigentes sindicais com os governos de plantão.

Este fato, em análise conclusiva, ocasiona *ações de classe* diferenciadas do contexto histórico do tempo presente: na forma de organizar-se, de expressar-se e de pensar ou compreender as relações sociais que os envolvem, enfrentando, contudo, sérios problemas que vão desde a dessindicalização até ausência de quadros operários para a luta. Temos acima um registro que caracteriza o SINTIGRACE, entre limites e possibilidades, como uma entidade diferenciada que vai as ruas e se comporta como “classe para si”. (MARX, 2009).

Em nossos estudos bibliográficos e analíticos do cenário que envolve o SINTIGRACE - transformações sociais, políticas, econômicas e produtivas - vimos, que, nesse complexo movimento de reordenação produtiva, a classe trabalhadora se torna heterogênea, fragmentada e individualizada, ao favorecer profundas mudanças para a *forma de ser* dos trabalhadores, uma vez que estão cada vez mais submetidos a

uma cultura individualista e competitiva, acarretando o agravamento da segregação social. Tais transformações afetaram, também, drasticamente os organismos sindicais, tanto no Brasil quanto nas diversas nações que adotam o modelo capitalista como regulador social.

Dessa forma, a união de tais fatores parece acarretar um perfil diferenciado para a classe trabalhadora, pois, de acordo com Antunes (1995), há uma crescente individualização das relações de trabalho e uma evidente dessindicalização, que desfavorecem as lutas e as conquistas trabalhistas. Adverte o autor para a noção de que,

[...] junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É lugar-comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de *adversidade* e *hostilidade* contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista. (P. 67).

Revigora-se, dessa forma, a “necessária”²¹ desigualdade social, na tentativa de reaver a liberdade de mercado atingida pela intervenção estatal e pelos ganhos sociais adquiridos no modelo econômico idealizado por Keynes, que não foi efetivamente vivenciado pela versão intervencionista brasileira. É necessário destacar, no entanto, que tais preceitos não se edificaram repentinamente, pois as oportunidades de efetivação foram paulatinamente se constituindo, seguindo o contexto histórico de cada país capitalista em decurso de reorganização. A exemplo, citamos a Inglaterra no governo de Margaret Thatcher, considerado por analistas políticos o primeiro País de economia avançada a implementar as teses neoliberais, sendo posteriormente seguido pelos Estados Unidos, no governo de Reagan.

Nesse ínterim, muitos outros países, até aqueles que por algum tempo viveram sob experiências socialistas (após a derrocada do comunismo na Europa oriental e antiga União Soviética), acabaram por gradativamente consolidar a hegemonia desse programa. Assinala Anderson: “O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anti-comunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra”. (1995, p. 12).

²¹ Necessária ao movimento de reorganização capitalista.

Afinal, o que realmente propõe o neoliberalismo? Com certeza, nada que represente alguma “novidade” à essência de segregação social e de acumulação individual de riquezas, impostas pelas relações capitalistas de produção. Sem dúvida, é a exacerbação do individualismo, é uma fase de perdas sociais sem precedentes e, possivelmente, dentro dessa lógica, irreversíveis. Os governos neoliberais, segundo Anderson (1995: p.12),

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais.

Como podemos observar, tais medidas em nada combinam com a estabilidade social e, muito menos, com qualquer elemento que traga benefícios de caráter coletivo, por isso as instâncias trabalhistas caminham a passos lentos no sentido de reorganizar-se. No SINTIGRACE, por exemplo, os retrocessos são visivelmente mais significativos do que os avanços: o número de sindicalizados diminui a cada dia, quase ninguém se habilita a se candidatar para renovar a Direção do Sindicato, pois a maioria dos sindicalizados compreende aquele espaço como algo exterior a eles – pagam uma mensalidade para aqueles representantes lutarem sozinhos. Outro elemento empírico que merece destaque e reafirma os ataques ao sindicalismo é denunciado no *Voz do Gráfico* (agosto de 2009):

Jornal O Povo demite companheiro Juarez ilegalmente

A demissão do companheiro é ilegal. Mas foi a maneira que o Jornal encontrou pra atacar o Sindicato dos Gráficos

O Jornal O Povo demitiu, no último dia 17 de agosto, o companheiro Juarez Alves de Lima, secretário de formação e estudos sócio-econômico do nosso Sindicato.

A demissão é um ataque da empresa ao nosso Sindicato. E também ao companheiro em particular. Juarez defende intransigentemente os trabalhadores. Principalmente aqueles, oprimidos pelo Jornal O Povo.

A demissão do companheiro Juarez é ilegal sob todos os aspectos. Fere a Constituição Federal, em seu artigo 8º inciso VIII; a CLT, em seu artigo 543, parágrafo 3º e a Convenção Coletiva de Trabalho, em sua cláusula 39ª – DA ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA.

O Jornal alegou ao companheiro que ele estava sendo demitido porque sua função foi extinta. Desculpa amarela. Segundo próprio Juarez, a função está extinta há mais de 15 anos. Neste período o Jornal nunca o chamou pra qualquer curso de requalificação, como foi feito com os demais companheiros do Jornal.

O SINTIGRACE já está preparando a defesa do companheiro e exigirá a reintegração do trabalhador na justiça. O primeiro passo foi a ressalva posta na rescisão de contrato que a empresa enviou ao Sindicato no último dia 17. Os demais serão dados juntamente com a Assessoria Jurídica de nossa entidade. Só uma certeza move a diretoria do nosso Sindicato neste momento: a demissão do companheiro Juarez não ficará impune.

Em confronto pela liberdade sindical e em defesa de sua classe, militantes e sindicalistas vão as ruas:

Movimento Sindical protesta contra a demissão

26 entidades do Movimento Sindical e Popular e um parlamentar solidarizam-se com o companheiro Juarez e com o nosso Sindicato durante o ato realizado na porta do jornal O Povo

O Jornal O Povo sentiu, no último dia 21 de agosto, que não será fácil se livrar do companheiro Juarez.

Nada menos que 26 entidades sindicais e um parlamentar, participaram do ato contra a demissão do companheiro, promovido por nosso Sindicato.

As entidades Sindicais e o parlamentar repudiaram a demissão ilegal patrocinada pelo Jornal O Povo. “A demissão do companheiro Juarez Alves demonstra que, democracia no Jornal O Povo é só da boca pra fora”, disse o companheiro Rogério Andrade, presidente do nosso Sindicato.

Ele informou que “a demissão do companheiro Juarez terá um preço político muito alto para o Jornal O Povo”.

“Viemos inaugurar o muro construído pelo Jornal pra conter o Movimento Sindical e dizer que esta é só a primeira de uma série de manifestações que as centrais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores realizarão na porta do Jornal até a reintegração do companheiro Juarez” finalizou Deborah Lima, presidente do Sindicato dos Jornalistas, uma, das várias entidades presentes ao ato. (VOZ DO GRÁFICO, agosto de 2009).

Como jornalistas da classe, os gráficos propagandeiam as injustiças diárias sofridas pelos trabalhadores e suas entidades combativas. Juarez coordena o grupo de estudos e práxis do SINTIGRACE – objeto de pesquisa desta tese – e, em meio as nossas investigações, vivenciamos sua demissão. Este ato arbitrário da empresa gráfica em pauta demonstra a crueldade sofrida por aqueles que dedicam sua existência à luta por melhores condições de vida no Ceará/Brasil. Ceifado da possibilidade de continuar trabalhando, Juarez não conseguiu ser reintegrado e, até conseguir se aposentar, sofre a perseguição de ser um sindicalista de resistência e princípios marxistas.

Estes dados não constam na imprensa oficial e muitos ainda apontam para o fim da luta de classes. Decerto, estes estão por demais distantes da realidade objetiva

dos oprimidos e explorados no país. A estada neoliberal é de grande alcance, apesar de, segundo Anderson (1995), este programa ainda não ter dado as devidas respostas à crise²², pelo fato de terem sido criadas condições de caráter especulativo, em detrimento da esfera produtiva. A prova de sua expansiva hegemonia é que, mesmo aqueles líderes que politicamente se diziam opostos à implementação das desigualdades sociais, se mostram cooptados pela ideologia neoliberal; a exemplo do que aconteceu na América Latina, com Salinas, no México (1988) ou Menen, na Argentina (1989), explica Anderson:

Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. (...) aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. (1995, p. 20).

Referidos países não foram, em nenhum momento, poupados do desemprego, das privatizações ou da desregulamentação social, embora nem sequer tenham chegado a vivenciar o Estado de Bem-Estar adotado na Europa. O Brasil, também inserto no âmbito citado, não ficou isento de tal programa econômico e político, vivenciando tempos indiscutivelmente neoliberais. Esse processo, de acordo com Oliveira (1995), teve solo fértil na eleição de Fernando Collor (em 1990). Dessa eleição até nossos dias, as teses neoliberais foram gradativamente implantadas, passando de mandato a mandato: Collor / Itamar / Fernando Henrique / Lula²³. Concretamente, nenhum deles assumiu, com veemência, suas intenções antissociais aos eleitores durante as respectivas campanhas eleitorais.

O governo petista constitui um caso peculiar no Brasil, pois, apesar de não ter apresentado em campanha propostas realmente socialistas, sempre se posicionou como um representante da classe trabalhadora, alegando diferenciar-se dos interesses dos donos do capital, tendo-se mostrado, nas mais das vezes, omissos às questões dos direitos trabalhistas. Uma vez eleito, reproduziu os exemplos apontados por Anderson (1995) em outros países; deu continuidade a vários elementos da política neoliberal

²² Elemento perfeitamente observável, novembro último (2010), por meio da convulsão social nas ruas da França em virtude de sua recente reforma da previdência.

²³ Vale ressaltar que a estada neoliberal não aconteceu assim, de forma linear, pois, cada gestão apontada teve seu estilo de adaptação às novas demandas político-econômicas do capitalismo internacional. O governo de Lula, por exemplo, apresenta características de semelhanças e diferenças nos contornos das políticas sociais. É preciso analisar este elemento dentro do princípio da contradição.

(mesmo que de forma menos radical)²⁴, iniciada por seus antecessores, a exemplo do que aconteceu em 22 de dezembro de 2005, com a privatização do BEC no Estado do Ceará e a também privatização do Banco do Estado do Maranhão, processo de dilapidação iniciado por Fernando Henrique e efetivado por Lula.

Um aspecto, relacionado ao programa adotado pelo governo do PT, que o assemelha aos governos que o antecederam - Collor, Itamar ou Fernando Henrique - é o forte esquema de corrupção e tráfico de influência²⁵ investigado e comprovado, por exemplo, pela CPMI dos Correios²⁶ (apesar de o ato de corrupção não ser característica exclusiva de governos neoliberais), com a declaração oficial do relator Osmar Serraglio, durante sua gestão presidencial, com envolvimento de assessores e familiares diretamente ligados ao Presidente. Informação complementar retirada do DN²⁷ relata que

[...] a CPMI dos Correios promete, não apenas revelar a fantástica movimentação financeira, provida de fundos públicos e privados, mas também chegar aos mandantes do esquema de corrupção. Enquanto isso, o presidente Lula e algumas das principais figuras do PT continuam sustentando que não existem provas de Mensalão. Não importa se a corrupção era ou não mensal. O que importa é que já se provou a existência de um esquema financeiro para comprar apoio parlamentar. (HOLANDA, 2005, p. 2).

É relevante também enfatizar que a política econômica desse governo, seguindo as teses neoliberais anteriormente discutidas, volta-se para atender às exigências do capital financeiro (inter)nacional, em detrimento do capital produtivo - a exemplo do pagamento antecipado da dívida com o FMI (aproximadamente R\$ 14 bilhões) anunciado em dezembro de 2005 na mídia nacional pelo ministro Palloci, com vencimento previsto apenas para 2007; dinheiro que poderia ter sido investido em políticas sociais (saúde, educação, segurança e moradia), efetivando melhoria de vida

²⁴ Cumpre recordar que o governo que o antecedeu (FHC) esteve mais empenhado nas privatizações, por exemplo, sendo nesse aspecto mais fiel ao programa neoliberal. Com relação aos feitos do governo petista, cabe também enfatizar, em termos de diferença: abertura de universidades públicas e centros tecnológicos, ampliação de contratação de funcionários públicos, aumento do piso salarial dos professores da educação básica pública (FUNDEB). No tocante à transferência de renda, tem implementado programas que vão além daqueles promovidos na era FHC (fato, contudo, que não gera emprego ou mudanças sólidas do ponto de vista social e econômico), entre outros aspectos de diferenciação com relação às gestões anteriores; contudo, o governo petista, guardadas as devidas diferenças, apresenta indícios neoliberais como os citados ao longo de nosso texto, dentre outros.

²⁵ Para atualização, recentemente, durante as eleições presidenciais 2010, foi iniciado o processo de investigação contra a então Chefe da Casa Civil por tráfico de influência e corrupção.

²⁶ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instalada para apurar denúncias de corrupção na referida estatal (Correios), envolvendo políticos, empresários e outras estatais.

²⁷ *Diário do Nordeste*, jornal de circulação regional.

aos brasileiros, caso o Partido dos Trabalhadores tivesse realmente priorizado o desenvolvimento humano e a ascensão socioeconômica da classe trabalhadora.

Outro elemento de relevância é a política de juros altos (embora desde a segunda metade do ano de 2006, tais taxas tenham “timidamente” caído), que favorece aos credores da dívida pública nacional. Cabe também mencionar a reforma da previdência direcionada ao setor público, uma vez que a do setor privado já havia sido implementada pela gestão do PSDB.

Não se conhecem, ao certo, os motivos de tais mudanças de paradigmas desse governo (Lula); o fato é que ou por inoperância ou pelos mesmos preceitos dos tantos outros governantes, dos mais diversos países (citados por Anderson e Antunes), tais líderes políticos se elegeram com um discurso pouco condizente com a prática, por estarem imensamente comprometidos com os interesses de expansão do capital, mostrando o alcance da hegemonia neoliberal. Contribui Dalarosa:

Nessa ótica liberal, esconde-se a responsabilidade pelos rumos da política, da corrupção, do suborno e da “maracutaia” política da qual os próprios liberais são os grandes responsáveis, uma vez que eles estão hegemonicamente representados no Estado. Induzem a sociedade a pensar que a privatização e o abandono da educação pública se justificam pelo simples fato de o Estado ser ineficiente. Sequer é questionado o fato de o Estado não estar representando os interesses da própria sociedade e sim de uma pequena parcela – os donos do capital. (2001, p. 200).

Apesar de incluir-se no receituário neoliberal, o Brasil possui características próprias nessa incursão. No que se considerem as diferenças, cabe esclarecer que o Brasil, por exemplo, antes das investidas neoliberais, ao vivenciar o modelo de Estado Interventor, segundo Teixeira e Oliveira (1998), não chegou a atingir o bem-estar social desfrutado nos países capitalistas centrais. A este respeito, vale enfatizar que o Estado de Bem-Estar Social não pôde ser implementado no Brasil, entre outros motivos, porque

[...] na sociedade brasileira (...), a intervenção estatal foi estruturalmente incapaz de propiciar um mínimo de bem-estar material para a grande maioria da população. (...) Longe de minorar as desigualdades sociais, o Estado Interventor, no Brasil, aprofundou-as cada vez mais. Isto porque ele nasce no Brasil sob uma base econômica herdada do período colonial e, por isso, com uma estrutura extremamente brutal de concentração de renda, o que não aconteceu com seus congêneres do mundo industrializado. (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1998, p.p. 221 - 222).

Ora, veja-se aqui, a intervenção estatal surge a fim de criar uma industrialização tardiamente consolidada, enquanto nos países centrais já se vivenciava a franca expansão das forças produtivas, mediante potente inovação tecnológica, abrindo-se, pois, maiores possibilidades de equidade de renda. Além disso, segundo Teixeira e Oliveira (1998), o Brasil teve como herança um contexto histórico recente, marcado pela colonização e pela escravidão, posicionando-se como um mercado consumidor das grandes potências - por conseguinte, caminhando a passos lentos, em busca de compartilhar as supostas benesses do capitalismo, fato que lhe atribui uma posição subalterna, periférica, ante o capitalismo central.

Como podemos observar lendo Teixeira e Oliveira (1998), mesmo não desfrutando do bem-estar social (consequência do Estado Intervencionista), o Brasil teve seu modelo de maximização estatal, que também provocou crise, por motivos (de acordo com referidos autores) semelhantes aos das principais economias capitalistas: crise fiscal, inadequação do modelo produtivo às novas demandas de mercado (crise de superprodução), necessidade da retomada das taxas de lucros (também ameaçadas por algumas conquistas trabalhistas advindas da solidez do movimento operário durante a fase anterior), entre outros fatores. Acrescenta Paula (2005):

No Brasil, o processo de imposição da ordem neoliberal foi mais complexo e tardio. As lutas sociais, desde o final dos anos 1970, estavam na base da derrubada da ditadura militar e da construção de instrumentos políticos e organizativos – o PT em 1980, a CUT em 1983, o MST, em 1984 – que buscavam a transformação social do ponto de vista democrático e popular. Assim, o que foi implantado em vários países da América do Sul, nos anos de 1980, versões do neoliberalismo na periferia, no Brasil foi interdito, em grande medida, até o início dos anos 1990. (...) O neoliberalismo instalar-se-á no Brasil, com todas as suas consequências, em 1994. (P. 32).

Pode-se, então, perceber que o Brasil foi alicerçado por elementos peculiares na adoção e adaptação das teses neoliberais em seu receituário político. Embora tardiamente, no entanto, não deixou de cumprir com a agenda neoliberal que solidifica as relações exigidas pela fase atual do capitalismo. Com efeito, é necessário retomar a ideia de que, desde Collor (1989), passando pelos oito anos de FHC (a partir de 1994), até a era Lula (a partir de 2002), o Brasil enfrenta severos níveis de desemprego²⁸, precarização das relações trabalhistas, significativa existência do

²⁸ Embora o governo petista tenha melhorado estes índices em sua gestão.

mercado informal e do setor de serviços, dilapidação do patrimônio público, índices alarmantes de violência urbana (reflexo direto do notório aumento da pobreza), juros altos combinados com câmbio flutuante e política fiscal austera, entre inúmeros outros elementos nocivos resultantes das práticas neoliberais.

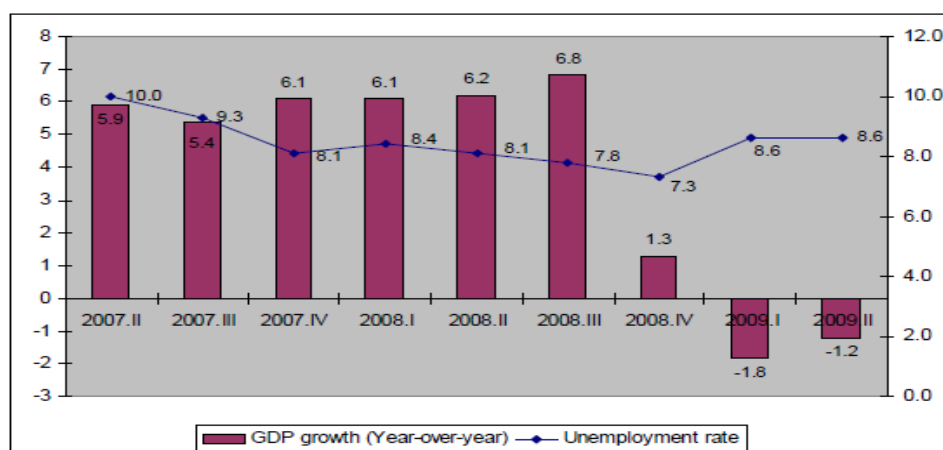
O Índice de Desenvolvimento Humano, todavia, indicador social ante as perspectivas de vida da população de um país, indica maior crescimento no Brasil durante o governo Lula, se comparado a gestão de FHC. Dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, computam a geração de 12 milhões 524 mil de novos empregos formais no período de 2003 a 2009, o que representou um incremento médio anual de 1,789 milhão, equivalente a um crescimento médio de 5,31%. Este comportamento, para o Registro Administrativo de Responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, é significativo na história recente do emprego formal, o que resultou no aumento da formalização da força de trabalho brasileira.

Comparados ao desmonte da era FHC, esses índices fazem-se expressivos, contudo, pensados sob a perspectiva de uma sociedade menos desigual, os dados distanciam-se de uma mudança social que modifique efetivamente as condições de vida da classe laboriosa. Outro cuidado que precisa ser tomado na análise dos dados da RAIS é o de que, em alguns discursos governistas inflamados, paira a ideia de “pleno emprego”, fato completamente descartado e confirmado pelas próprias estatísticas. Um crescimento médio de 5,31% ao ano, com relação a novos postos de trabalho, distancia-se de um Estado de Bem-Estar para a classe trabalhadora, mesmo do ponto de vista capitalista. Como também é fato explicitar que o desemprego e a subcontratação constituem fenômeno presente no Brasil. Só para não esquecer, analisemos os dados retirados da OIT, seção Brasil:

[...] o início da crise internacional em setembro de 2008 interrompeu o crescimento econômico e teve um impacto imediato e nítido sobre o emprego. O crescimento do PIB do quarto trimestre de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, reduziu-se para 1,3 por cento (o que implicou uma redução de 3,4 por cento em relação ao trimestre anterior e, ajustado sazonalmente) e houve uma perda líquida de 634.000 empregos formais no primeiro trimestre, em comparação com um ganho líquido de 10.400 empregos formais no quarto trimestre de 2007. Como resultado da recessão, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas pesquisadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) aumentou de 7,3 por cento no quarto trimestre de 2008 para 8,6 por cento no primeiro e segundo trimestres de 2009. (www.oitbrasil.org.br, novembro de 2010).

Temos, assim, mais uma clássica crise do capitalismo que apresenta seu caráter contraditório e cíclico, partindo sempre para estratégias de recuperação de lucros, diante do corte da folha salarial e consequente desemprego. Nestes termos, podemos até destacar a provisoriedade das taxas de emprego atuais uma vez que estas atendem a uma demanda do mercado e não da melhoria de vida dos trabalhadores. O fator de crescimento brasileiro está intimamente relacionado ao desenvolvimento capitalista nacional e não a uma mudança nas teses capitalistas. Assim, só uma economia planificada nos termos do socialismo poderia reverter este estado de sempre instabilidade socioeconômica própria do capital. É necessário, pois, pensar criticamente a conjuntura que se apresenta.

Para complementar o debate, vejamos a tabela abaixo retirada do site <http://www.oitbrasil.org.br>. Brasil: taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego por trimestre (em porcentagem).



Fonte: Banco Central, IBGE

Por fim, observa-se que a contínua expansão do capital, no Brasil e nas outras nações capitalistas, esboça um contexto histórico que conserva as contradições sociais, enfraquece a força sindical e desarticula os movimentos sociais. É viável, no entanto, a resistência a esse sistema, por meio, por exemplo, do fortalecimento das lutas de classes. A educação, portanto, constitui potente ferramenta para esse fim, mesmo que precise ser vinculada a mudanças de bases político-econômicas, uma vez que a educação, isoladamente, não pode trazer solução para complexo quadro social que se

configura. Com efeito, as mudanças não podem ocorrer somente no campo das ideias, mas precisam ter uma base material, sintetizando teoria e prática de luta.

Para tanto, faz-se necessária uma formação comprometida com a politização e a consciência classista. Possivelmente assim, as pessoas possam vir a recuperar muitas das características indispensáveis aos valores coletivos, alimentando a necessidade da *práxis* revolucionária e, por meio de uma cultura de confronto e resistência, se afastem gradativamente do “mal-estar social” evidenciado pela sociedade contemporânea. Isso resulta da necessidade urgente do fomento de opções para a formação da consciência de classe, a fim de reaver o mínimo de controle social e produtivo, no intuito de, pelo menos, se questionar a ordem do capital e sua lógica destrutiva.

A educação brasileira, no entanto, em grande extensão, amarra significativos laços com o mercado extrator de mais-valia. Seguindo, pois, o paradigma da contemporaneidade, está aliada aos interesses dominantes, correspondendo ao *ideal de formação para o trabalho*. Lembramos aqui que esse processo, dentro de uma razão capitalista, não se direciona para a emancipação e a realização humana. Pelo contrário, ao passo que produz riquezas para os donos do capital, segundo Marx (2004), traz miséria e estranhamento para o trabalhador.

O contexto abordado traz aspectos que fundamentam nossa investigação, com suporte em Marx e Engels (1968), ao observarem que, enquanto a classe trabalhadora se restringir a lutas que apenas objetivam reformas dentro do capitalismo, como as eleições burguesas, por exemplo, não atingirá gloriosas conquistas. Sob tal razão, o máximo que se pode conseguir são algumas conquistas que, temporariamente, amenizam a exploração.

Marx e Engels (1968) anunciam, todavia, a relevância dos sindicatos/associações e dos embates sociais para a tomada de consciência da classe trabalhadora - fato evidenciado pelas discussões no SINTIGRACE, que fomentam um movimento em torno do esclarecimento da classe trabalhadora no que diz respeito à necessidade de fazer frente à subordinação capitalista, mesmo arrastando um complexo quadro de combate às conquistas sociais, que fragmenta e individualiza os trabalhadores:

Temos esse problema de tentar convencer os companheiros da necessidade da formação intelectual e da formação classista mesmo, através da própria consciência de classe. Esse é um desafio muito grande, para convencer os companheiros a se dispor a vir estudar, a se dispor a dá um tempo da sua vida, mesmo depois de toda uma jornada de trabalho, ainda tirar um pouquinho de tempo para buscar conhecimento de classe, para ver a sociedade e o mundo que a gente vive com outros olhos. (2008).

Nossa presença nas reuniões do SINTIGRACE, por meio de observação e entrevistas, nos ensejou perceber a complexidade dos inúmeros elementos gradativamente revelados para análise, que vão desde o contexto político até as características peculiares ao grupo: sua dinâmica, ritmo, tempo, impactos e possibilidade de transformação subjetiva dos sujeitos. Consideramos que, assim, como analisa Kosik (2002, p. 13), a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem, pois só um contato mais profundo com o objeto pode possibilitar uma compreensão que ultrapasse a representação fenomênica e consiga atingir níveis conceituais mais próximos do real.

Isto porque “o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa”. Neste movimento de substrato em substrato passamos a compreender que a formação da consciência/politização no SINTIGRACE acontece sob diferentes níveis e de forma heterogênea vinculando-se as experiências reais de cada sujeito e suas possibilidades de compreender o mundo, perante avanços e retrocessos. Assim como na escola, cada um aprende sob determinada singularidade, fatores que não desmerecem a luta coletiva e os princípios marxistas.

Nessa trajetória, compreendemos que o *devoir* investigativo, nessa práxis humana, não pode se dar de imediato, “à primeira vista” (KOSIK, 2002), pois pede um detido aprofundamento das reflexões feitas, com dados colhidos e observações desencadeadas. Foi necessário, então, um tratamento mais profundo às abordagens, principalmente por se tratar de um estudo que busca se deter em aspectos relacionados à subjetividade dos sujeitos investigados, porquanto “o indivíduo se move em um sistema formado de aparelhos e equipamentos que ele próprio determinou e pelos quais é determinado, mas já há muito tempo *perdeu* a consciência de que esse mundo é criação do homem”. (KOSIK, 2002, p. 74).

Em outras palavras, a aproximação com categorias como a consciência de classe envolve uma teia de relações amplamente relacionada a determinações próprias

de um sistema que busca se apropriar até da subjetividade do trabalhador. Tal relação de subsunção, própria do capitalismo, torna nosso campo investigativo ainda mais tortuoso, por tentarmos apreender esse movimento contraditório que confronta a simples *consciência de si* (MARX, 1998) dos sujeitos com sua efetiva *consciência para si*.

Importa ainda ressaltar que a aproximação com o campo foi fundamental, pois essa vivência permitiu a fomentação de novos debates e, gradativamente, a busca por transcender a aparência fenomênica desse movimento e atingir a dialética de sua essência. Essa experiência, que nos possibilitou conhecer uma forma diversificada de educação, nos levou também à reflexão sobre a aprendizagem que os sujeitos de nossa investigação optaram por desenvolver. Tal perspectiva nos remete a um instigante ponto suscitado por Mészáros (2005):

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades? (P.47).

Estivemos, por fim, diante de complexa temática, por esta conciliar aspectos formativos, políticos, ideológicos e sociais; perspectivas que suscitaram a aproximação com trabalhadores em providência de um espaço educacional diferenciado que, para nós, constitui experiência de autoemancipação no sentido da consciência de classe, revelando, em parte, as limitações das instituições formais de ensino e a possibilidade de transformação/reflexão pela educação aliada a luta. Desta feita, nosso objeto de estudo localiza-se num âmbito de (re)inserção político-educativa de trabalhadores em tempos de (re)conquista de si, partindo de intenções coletivas que demonstram autodeterminação admirável e mantêm evidentes interesses classistas.

Nesse caminho investigativo, apreendemos aspectos formativos de uma subjetividade operária em processo de organização e os fundamentos dos princípios marxistas que favorecem a práxis desta pedagogia subversiva, capaz de relacionar categorias como cultura, educação e resistência social, a fim de aproximação com o processo constituidor da consciência de classe. Na intenção de pôr em prática o método científico dialético, que se orienta pelo princípio da contradição - dialogamos desde limites e possibilidades desta ação educativa aliada à luta de classes.

4 RESISTÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE: a capilaridade do tema e seus desdobramentos

Cada coisa sobre a qual o homem concentra seu olhar,
 A sua atenção, a sua ação ou a sua avaliação,
 Emerge de um determinado *todo* que o circunda,
Todo que o homem percebe como um pano de fundo
 Indeterminado, ou como uma conexão imaginária,
 Obscuramente intuída.
 Como o homem percebe os objetos isolados?
 Ele os percebe sempre no horizonte
 De um determinado *todo*, na maioria das vezes
 Não expresso e não percebido explicitamente.
 (KOSIK, 2002, p. 31).

Neste capítulo, apresentaremos, por intermédio de um relato analítico, uma experiência que perpassou nossas investigações e que se coaduna com o fenômeno experienciado no SINTIGRACE. Em contato com integrantes do grupo de formação política do Sindicato, e tocado pela formação ali vivenciada, um trabalhador desempregado e em retorno ao campo resolve vivenciar as propostas de Marx e Engels. Vale lembrar que os estudos e ações em curso no SINTIGRACE são frequentados por diversas pessoas que entram e saem, buscam apoio, informações e procuram se inteirar de suas leituras e práticas.

Estes transeuntes advêm de várias categorias profissionais, por isso, anteriormente, nos referimos à expressão solidariedade de classe dentro do grupo no SINTIGRACE, e dialogamos, também, sobre o envolvimento do grupo em lutas diversas, envolvendo inclusive pessoas do campo, ultrapassando a categoria dos gráficos. Toda essa diversidade de intenções revela um movimento interessante: grupos humanos organizando-se em torno da possibilidade de um modelo alternativo de sociedade.

Em meio a essa vivência, percebemos que a ação político-educativa em análise transcendeu o espaço do SINTIGRACE e a semente ali plantada pela convicção anticapitalista produziu novas sementes, que germinaram, cresceram e deram frutos. Outros lugares foram/são semeados e neles surgiram plantações de militantes que

arriscaram a possibilidade de agir, pensar e produzir a vida material e espiritual de forma diferenciada. O cultivo da ideia de contestar a exploração e de criar relações produtivas sem a propriedade privada dos meios de produção ultrapassou os muros da cidade e encontrou solo fértil no sertão cearense. Temos, então, a capilaridade dessa ação, fundindo campo e cidade, educação e ação revolucionária.

Nosso universo empírico ampliou-se, ao descobrirmos que sujeitos de nossa pesquisa mantêm trabalhos semelhantes ao do SINTIGRACE com pessoas do campo, ao que intitulamos de “capilaridade investigativa”. A ideia é justamente unificar a luta contra a exploração do homem pelo homem no campo e na cidade. Outro elemento importante é o aprofundamento dos estudos marxistas, fato que nos confirma a forte ligação entre essa militância e a educação/formação, ou seja, a importância dispensada pelos líderes dessa ação à formação política das pessoas envolvidas na luta.

Compreendemos que o grupo aliou o cotidiano de trabalho com um intenso processo de formação política. Os integrantes dessa vivência campesina, assim como no SINTIGRACE, incorporaram às suas vidas as leituras de Marx e Engels. Vale ressaltar que tais leituras aconteceram em razão da possibilidade imediata de transformar a realidade objetiva agudizada pela pobreza e pela exploração da força de trabalho.

Pois bem, voltando ao nosso relato..., em contato com um dos componentes do grupo de formação política do SINTIGRACE, alguns assentados²⁹ da zona rural de Pentecoste passaram a vivenciar uma ação político-educativa, semelhante à do SINTIGRACE, que transformou radicalmente seus valores culturais e práticas produtivas. Com esta perspectiva educacional que dialeticamente permeou uma ação que consideramos, nesta tese, de revolucionária³⁰, concluímos em anotar que o papel da educação nesse contexto fecunda atitudes humanas de emancipação e consciência para si.

Vejamos bem: não estamos afirmando que a educação em curso antecede uma ação revolucionária, entretanto, em nossa interpretação do fenômeno, o ato formativo que emergiu da práxis desses agricultores inaugurou uma concepção de mundo que nutriu a formação da consciência de classe e apontou para uma concepção dialética da educação, desenvolvendo-se com suporte em suas contradições, pois

²⁹ A identidade dessas pessoas será mantida em anonimato, a pedido de suas lideranças.

³⁰ No caso do assentamento de Pentecoste, ousamos a classificação de “uma ação revolucionária”, em virtude de, como veremos ao longo do capítulo, se tratar de uma experiência que tentou pôr fim a noção de propriedade privada, aspecto que, para nós, revoluciona as relações dentro de um quadro capitalista.

(...) a contradição não é considerada como “ilógica”, paradoxal, mas como o verdadeiro motor do pensamento, ao mesmo tempo que é o motor da história, já que a história não é senão o pensamento que se realiza. O pensamento não é mais estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) daí à síntese (conciliação). (GADOTTI, 2003, p. 18).

Foi nesse movimento entre afirmação, negação e conciliação que compreendemos a experiência em Pentecoste e sua relação com as ideias também observadas no SINTIGRACE. Este fato desvela a relação indissociável entre teoria e prática e a produção de uma consciência determinada pelas relações sociais dinâmicas e complexas que fundem educação e mundo do trabalho. Mesmo sendo inúmeras as contradições - como desemprego, ausência dos meios de produção, relações trabalhistas estranhadas, precário acesso a instituições de ensino e uma clara desarticulação das lutas de classes - encontramos uma tentativa de praticar os pressupostos de Marx apresentados no texto *A Crítica do Programa de Gotha*, publicado por Engels em 1891.

Nesse escrito, Marx apresenta uma análise sobre o Programa do Partido Socialista Operário da Alemanha, reunido em Gotha (1875), em virtude de um congresso transcorrido em maio daquele mesmo ano, no intuito de unificar duas organizações operárias alemãs. Para Marx, muitos equívocos e ambiguidades foram apresentados nesse documento, aspectos que, para ele, poderiam submeter a risco a ação e a credibilidade do partido e do movimento operário em organização: (...) *quando se redige um programa de princípios, expõem-se diante de todo mundo os marcos pelos quais é medido o nível do movimento do Partido.* (MARX, sem data, 213).

É nessa linha de raciocínio que as análises dos princípios apresentados pelo partido são debatidas por Marx. A intenção é aprimorá-los e, em contrapartida, apresentar uma proposta que atinge fatalmente as relações capitalistas, inaugurando, assim, outro modelo para as relações de produção:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades. (MARX, sem data, p. 214/215).

Segundo relatos colhidos em entrevista, a escolha do texto ocorreu pelo fato de este trazer elementos propositivos a uma produção coletiva, sem padrões e com a justa divisão dos produtos do trabalho: *De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades*. (MARX, sem data, p. 215). É fascinante o fato de Marx, mesmo no século XIX, já conceber elementos hoje (século XXI) implementados como “novidade”. A expressão *segundo sua capacidade* apresenta a compreensão dele sobre os diferentes ritmos dos sujeitos que, mesmo com a capacidade produtiva diversa, receberão *segundo suas necessidades*.

Tais aspectos demonstram que o trabalho na sociedade defendida por Marx existe para suprir necessidades coletivas, sem a corrida desenfreada pelo enriquecimento, e admitindo o acesso aos produtos do trabalho mesmo àqueles que possuam limitações para o ato produtivo, capacidades diversas. Esses ensinamentos desencadeiam uma “vontade” de viver/produzir diferente e a coragem de praticar esse desafio.

Nesses termos, a experiência da produção coletiva em Pentecoste, inspirada pelos pressupostos marxistas e apoiada por pessoas que dedicam a vida a essa causa, começou em virtude do contato com uma concepção de mundo que favorece o bem-estar comum. Desta feita, calejados pelo cotidiano de espoliação da força de trabalho e protagonistas de uma realidade de desemprego estrutural e precarização das relações trabalhistas³¹, estes indivíduos, gradativamente, foram tocados por pensamentos/ações capazes de transformar a produção material/espiritual de suas existências:

[...] eu já estava aproximadamente há uns dois anos no Assentamento, não compreendia muito essa questão da Reforma Agrária, eu tinha ido para o Assentamento em função da perda do emprego aqui na capital, Fortaleza. No Assentamento eles falavam muito dessa questão do coletivo, mas era só na fala, na prática não existia nada. Isso era no Assentamento Barra do Lemi, na comunidade Estrela Dalva em Pentecoste, realmente eu não compreendia muito bem a importância da Reforma Agrária no campo. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

³¹ A classe trabalhadora sofre atualmente o cruel impacto dessa mais nova e devastadora fase do capital. O fato é que, de acordo com Antunes (1995) e Harvey (1992), não se trata mais de um movimento essencialmente cíclico, pois as estruturas sociais estão profundamente abaladas. O panorama contemporâneo de expansão do capitalismo é acometido por problemas como o desemprego estrutural em massa, e não mais uma falta de emprego ocasional, de recuperação da conjuntura. O número de desempregados só tem aumentado em uma perspectiva puramente capitalista; começa a tornar-se irreversível.

Para esse trabalhador³², no retorno ao campo em virtude do desemprego na capital - Fortaleza, em um movimento de busca pela sobrevivência, o contato com uma proposta alternativa de produção, ocorre quando

[...] conheci o Professor³³, ele já exercia na área do Assentamento um trabalho de formação política de alguns jovens, daí a gente teve o primeiro contato, ele tomou conhecimento do nosso grupo de trabalho, mas nós já trabalhávamos normalmente, nós tínhamos um trabalho coletivo, mas sem compreender o que era isso mesmo, coletivo, trabalhávamos juntos, mas não tínhamos compreensão disso. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Observemos os elementos dessa fala. Esse grupo de assentados já trabalhava “junto” e a formação política os mostrou que “junto” nem sempre é trabalhar coletivamente. Perceberam, também, a contradição entre o que se propunha no discurso e a prática, elemento de reflexão e avaliação do próprio percurso, o que, em nossas hipóteses, interpretamos como uma tomada de consciência importante à emancipação. Arriscamos concluir, com assento em Marx (1998), que estes sujeitos passam a produzir a si mesmos quando demonstram capacidade de transformar a própria realidade e ainda quando se posicionam como homens da práxis.

Então, segundo os relatos, o encontro com o Professor trouxe as primeiras conversas sobre a importância do fundo de reserva³⁴ para o êxito de um trabalho coletivo, como também o debate a respeito do rigor necessário à organização social dessa ação produtiva comum. Assim, nesta práxis político-educativa, assumiram o compromisso de que todos receberiam de acordo com o que produzissem, consoante ao que trabalhassem, ou seja, ante a efetiva participação nas atividades de produção.

Nesta análise, percebemos um minucioso cuidado no intuito de evitar a exploração, a apropriação indevida dos produtos do trabalho. Evidenciou-se aqui a articulação dos princípios marxistas com ação vivenciada: *Cada passo de movimento real vale mais que uma dúzia de programas.* (MARX, sem data, p.207).

³² Referido personagem desta narrativa foi o nosso contato com a experiência de Pentecoste, pessoa que levou a proposta de produção coletiva e de propriedade comum aos outros assentados. A ideia surgiu de sua aproximação com um dos membros de formação política no SINTIGRACE.

³³ Integrante do grupo de ação político-educativa do SINTIGRACE.

³⁴ Para Marx, no texto *Crítica ao Programa de Ghotá*, o fundo de reserva era uma quantia a ser retirada da produção coletiva a fim de assegurar a sobrevivência dos produtores em caso de acidentes, transtornos decorrentes a fenômenos naturais etc.

Segundo Marx (sem data), ao supormos *uma sociedade na qual os “meios de trabalho são patrimônio comum e todo o trabalho é regulado coletivamente”*, precisamos ter atencioso cuidado na repartição dos produtos do trabalho coletivo. Alerta para o fato de que o resultado do trabalho não pode ser “repartido” com imprescindível equidade, uma vez que,

[...] antes dessa parte chegar à repartição individual, dela é preciso deduzir ainda: Primeiro – as despesas gerais de administração, não concernentes à produção; Segundo – a parte que se destine a satisfazer necessidades coletivas, tais como escolas, instituições sanitárias, etc; Terceiro – os fundos de manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho, etc; em uma palavra ao que hoje compete a chamada beneficência oficial. (MARX, sem data, p. 212).

E ainda ressalta a necessidade de repor os meios de produção consumidos, investimento para ampliar a produção e o fundo de reserva. Vemos, então, que, não ao acaso, essa produção coletiva exige disciplina e consciência do bem comum, fato este que aprendemos dessa experiência em estudo. Importa anotar que fizemos a leitura desse texto de Marx ante a demanda apresentada pela pesquisa de campo e, esta apropriação teórica ante a tentativa de sua efetivação na prática nos tornou também aprendizes...

Em retorno ao histórico do grupo,

[...] inicialmente tivemos algumas reuniões de orientação, éramos um grupo de cinco pessoas, cinco famílias, eu digo famílias, mas só atuava mesmo vamos dizer assim os titulares da família, os homens. A família em si ela não chegou a experimentar essa prática, mas de qualquer forma os cinco homens começaram a entender e decidiram iniciar esse trabalho mais organizado. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

No início do ano 2000, fizeram esse curso de formação política³⁵ que versava sobre as ideias de Marx e constituía proposta advinda do grupo de vanguarda que se reúne no SINTIGRACE. Foram apresentados ao texto *A Crítica ao Programa de Gotha*. Desde então, passaram a debater sobre a necessidade da organicidade do grupo

³⁵ Referido curso teve a participação de alguns membros do SINTIGRACE que se deslocaram nos finais de semana para a zona rural, no intuito de contribuir com a ação em curso.

de cinco homens³⁶ e de todas as ações dentro da prática coletiva. Cada decisão em conjunto precisaria ser rigorosamente executada conforme o decidido. A disciplina compunha elemento inadiável para que não incorressem no erro de reproduzir as relações capitalistas de produção. Outro aspecto enfatizado no curso foi a importância das anotações, pois, as decisões seriam sistematicamente registradas, como também as atividades comporiam um registro no livro de ata e ainda a existência de uma ficha chamada “Controle de frequência”, onde ficavam especificados as atividades exercidas e o período.

Os relatos indicam que muito se debateu sobre como gerir a produção sem que houvesse exploração entre partícipes. Todos estes elementos trouxeram à reflexão aspectos que dão notoriedade ao plano pedagógico em curso: os sujeitos desta análise vivenciaram etapas pedagógicas de registro das ações, de rigor metodológico na execução de seus planos, de princípios éticos no respeito às decisões coletivas e ainda a oportunidade de uma avaliação³⁷ sistemática de cada experiência. Estes dados revelam, conclusivamente, o princípio educativo e politizador dessa experiência.

A aproximação com este achado empírico e o diálogo com seus sujeitos trouxeram informações que (re)afirmam nossa tese de que a educação, como ação reflexiva, cingindo-se a uma atitude engajada e autônoma dos sujeitos, é capaz de tornar os homens donos de si, considerando-se, entretanto, os limites históricos dessa afirmação. Mergulhemos em nossas análises:

[...] dentro dessa formação política, tem uma coisa que me parece fundamental, que é o debate sobre a exploração do homem pelo homem, isso também foi trabalhado, a partir daí foi quando agente começou a perceber a importância da Reforma Agrária, porque até então a visão que nós tínhamos era que nós estávamos dentro de uma terra que teria sido destinada para nós trabalharmos apenas isso. Nós não sabíamos o que era Reforma Agrária, para que é que ela servia, nem o que tínhamos que fazer dentro mesmo já sendo Assentado. No meu caso eu já estava com dois anos dentro do Assentamento. Quando entrei como cadastrado no CIPRA e no INCRA os demais já estavam lá desde 1996, ou seja, eles já estavam lá com quatro anos de vivência e não tinham noção, nem sobre o que era mesmo Reforma Agrária, você só sabia que tinha terra ali pra trabalhar. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

³⁶ Cada homem representava uma família.

³⁷ A avaliação vivenciada pelo grupo de Pentecoste atribui à experiência vivenciada um caráter pedagógico de aprimoramento e aprendizagem progressiva com base no erro e nas contradições.

Tiveram, dessa forma, a oportunidade de compreender que a reforma agrária era uma proposta de liberdade em decorrência da exploração implementada por fazendeiros e/ou latifundiários. Diferente, entretanto, das gerações de camponeses que os antecederam, estas experienciaram durante toda a vida o dissabor da exploração, pois, na melhor das hipóteses, lhes era cedido o espaço para o trabalho estranhado, mas teriam que pagar uma renda³⁸ anual para o patrão. Pelo menos um terço do que era produzido se destinava aos donos dos meios de produção.

[...] até a forragem que eles produziam era deixada para o patrão, eles não podiam criar nada. Quando muito umas galinhazinhas no terreiro, uma porquinha, só isso, não podia criar gado, ovelha, bode, não podia criar essas coisas, por que só quem podia fazer isso era o patrão. Eles só produziam grãos e um terço era deixado para o patrão como uma forma de arrendamento, na época se produzia algodão e o algodão a metade era do patrão enfim. E as pessoas agradeciam ao patrão, o patrão era considerado uma pessoa muito boa, porque tinha terra pro trabalhador produzir os grãos pra sua segurança alimentar. Então por conta disso tudo nossos pais viam o patrão como um Deus, era uma pessoa muito boa. O patrão não plantava uma cova de milho e era o que mais lucrava. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Como subversão dessa lógica, reproduzida ano após ano no cotidiano campesino, o texto de Marx (sem data), em Pentecoste, estimulou a reflexão e fez aqueles agricultores compreenderem que a divisão (repartição) dos produtos do trabalho tem que ser a cada um de acordo com a sua participação na produção. Nas relações campesinas capitalistas, o patrão não produz e ainda se apropria³⁹ do trabalho de todos, por possuir a propriedade privada dos meios de produção. Assim, as necessidades do grande grupo não são supridas e os camponeses em formação política, gradativamente, perceberam que havia alguma coisa errada. As leituras e a tentativa de novas relações de produção os fizeram coletivizar princípios e valores e, sobretudo, ações.

Munidos da esperança de transformar a realidade e apropriando-se dessa cultura coletiva, até então ignorada, iniciaram o trabalho. Começaram a plantar sem padrões e, pela condição de assentados, em posse dos meios de produção e donos de

³⁸ A renda era uma forma de mais valia no campo.

³⁹ Na sociedade em que vivemos, o proprietário dos meios de produção também é dono do produto do trabalho.

suas decisões, mas, com o crivo das decisões coletivas. Alternando-se as tarefas laborais, reuniam-se todos os finais de semana para planejar a semana seguinte, avaliar a anterior e continuar os estudos marxistas.

Levaram a sério as orientações recebidas pelo grupo de formação política que os acompanhava e foram rigorosos em cumprir a socialização irrestrita da produção, “e tudo isso era registrado, o que é que nós estávamos fazendo, onde nós estávamos fazendo e pra quem nós estávamos fazendo, nós tínhamos esse cuidado de registrar tudo”. (Agricultor entrevistado, 2008).

No primeiro ano dessa experiência, conseguiram produzir por todo o Assentamento⁴⁰. O Assentamento era formado na época por 41 famílias e a produção das cinco famílias do grupo superou toda a produção dos assentados que não quiseram fazer parte dessa produção coletiva. Eram 41 famílias e, no primeiro ano, as cinco famílias conseguiram produzir mais do que as outras 36.

Eu lembro mais ou menos que o nosso grupo fez na questão do milho duzentos e cinquenta e seis sacas de milho, plantamos mais ou menos uma saca e meia, o recurso inicial nós já tínhamos, era tradição da gente guardar as sementes. Enquanto as trinta e seis ficaram em torno de cento e quarenta e duas sacas, que foi somado. Eram quatro grupos, todos trabalhavam em grupos, mas só quem aceitou acatar as orientações dadas pelo curso de formação política foram esse grupo de cinco pessoas, então nós conseguimos superar a produção de todo o Assentamento. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

As orientações do curso de Economia Política foram: planejar a produção, estabelecer metas coletivas para cada período e para cada atividade produtiva e não admitir que alguém trabalhasse menos e recebesse igual a quem trabalhou mais ou igual aos demais. Outra condição, acertada pelo grupo, era de que todas as vezes que um membro, sem justa causa, se ausentasse das atividades que haviam sido determinadas, seria apenado com a diária de cinco reais.

A diária destinava-se ao fundo de reserva que, por sua vez, de acordo Marx (sem data), deveria ser revertido em benefícios para a comunidade e assegurava a produção em caso de seca ou desastres eventuais. Estas condições foram acatadas em

⁴⁰ Apesar de morarem em um assentamento (não vinculado ao MST), pouco tiveram de adesão dos outros assentados e constituíram o grupo de produção coletiva e divisão comum dos produtos com apenas cinco homens/famílias.

conjunto e registradas em ata. Criaram, por fim, um regimento para organizar e sistematizar, em nosso entender, pedagogicamente, essas práticas.

Temos aqui a rica possibilidade de observar a efetivação de ideias que, por tantas e infindáveis vezes, se perderam pelos corredores da academia. Pessoas aparentemente tão simples e capazes de ações tão complexas, homens da práxis, produtores de si, como diria Marx (2009). Vale ressaltar que este relato data do século XXI, elemento que mais uma vez aponta para a atualidade dos postulados de Marx, na contramão das falácias contemporâneas de falência dessas ideias/ações.

Muitos são os dados revelados por essa entrevista. Precisamos de cautela para analisar atentamente cada detalhe, pois o objetivo é debater e observar as contradições dessa experiência. Importa, por exemplo, mencionar que o grupo enfrentou tortuosos caminhos no enfrentamento de cada tarefa. Afinal seria um equívoco acreditar na completa harmonia do campo investigado. Assim, complementa Thiago de Melo: “Não, não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar”.

Vale observar que algumas dificuldades foram enfrentadas, ao começar pela falta de recursos:

[...] claro tem algumas práticas que nós não poderíamos dar conta sozinhos por que nós só éramos cinco, por exemplo, para o plantio nós plantamos quase duas sacas de milho, nós trabalhamos com dezesseis hectares de terra, e nós só éramos cinco pessoas. Por exemplo, pra você ter resultado você tinha que fazer a planta no máximo em dois dias, toda essa plantação, então nossa primeira dificuldade, nós não tínhamos recursos pra arranjar trabalhadores para nos ajudar a fazer a planta no máximo em dois dias. Então foi aí que nós recebemos apoio financeiro do grupo de amigos liderados pelo professor Machado, nos foi dada certa quantia na qual não me recorde no momento, mas foi dada certa quantia equivalente a quinze diárias de trabalhador na época. Então nós fizemos a planta e não levamos dois dias, levamos um dia e meio pra fazer a planta, quando ela nasceu foi praticamente igual. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Começaram a aração do solo. De “sorte”, era época de eleição e, tradicionalmente, como forma de assegurar uma prática corrupta de conseguir votos, alguns candidatos ou pretensos a cargos políticos passaram a distribuir alguns “benefícios” à população. Em Pentecoste, o prefeito (desse período), candidato à

reeleição, forneceu recurso para aração da terra nos assentamentos daquele perímetro territorial.

Cada família foi beneficiada numa equivalência de dois e até três hectares. Com isso, o grupo em estudo não precisou pagar essas horas de trator. A soma dos fatores - ajuda da Prefeitura e o momentâneo recurso advindo do “grupo de amigos” - tornou possível a realização da primeira etapa da produção. Mesmo, porém, estando postas as condições objetivas necessárias a ação coletiva em curso, fatores subjetivos pairavam sobre as práticas cotidianas

Todos foram bem disciplinados, todos com exceção de um, tivemos um companheiro que sempre foi problemático, ele bebia e estava sempre tentando burlar as determinações das reuniões dos finais de semana. Todos os sábados à tarde tinham as nossas reuniões pra avaliar o que tinha sido feito e para planejar as atividades da semana seguinte. A idéia do grupo era trabalhar três dias por semana com uma observação de que se houvesse necessidade nós trabalharíamos a semana inteira, mas o determinado era três dias por semana dentro do grupo de produção. Isso porque tínhamos nossas atividades individuais, nosso roçado individual, porque também fazíamos isso, exatamente pra que não viesse a comprometer a produção coletiva. De repente no inicio da produção se precisasse fazer uma pamonha, uma canjica, quebrar um milho pra assar, e se você não tivesse o seu individual você teria que mexer lá na área coletiva. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

O detalhe da produção individual foi uma orientação apreendida no curso⁴¹ de Formação Política que vivenciaram na composição deste grupo. A ideia era manter um meio de sobrevivência individual, pois, caso a experiência coletiva não desse certo, esses camponeses não passariam fome. Cabe ainda anotar que as atividades individuais constituíam uma agricultura de subsistência. A lógica, em síntese: trabalhavam três dias por semana, dentro do grupo de produção, na linha de produção coletiva, e os demais dias eram destinados à produção familiar, momento em que as mulheres e as crianças se integravam.

Chegada a primeira colheita, destinaram 30% do produzido para o fundo de reserva. Referida quantia ficava armazenada para atender outras necessidades do grupo, sendo esta uma forma de fortalecer e assegurar o patrimônio coletivo. O restante da produção era dividido em partes iguais, caso todos tivessem trabalhado igualmente. Estas relações humanas, entretanto, constituídas em meio a novas relações de produção,

⁴¹ Vinculado ao Professor – SINTIGRACE.

encontraram obstáculos e as experiências foram organizadas/refletidas pelo grupo como veículo de aprendizado:

Outra dificuldade que tivemos foi o caso do companheiro que quase toda semana faltava dois dias, um dia, o fato é que quando ele chegou ao final de toda a atividade do ciclo de produção ele tinha muita falta e aí nós cometemos um pecado, nós tivemos pena dele e não cobramos o devido, descontamos só uma parte de suas faltas. Em primeiro nós não conversamos sobre isso no curso de formação política, pela questão do companheirismo, da solidariedade, porque a gente via que ia prejudicar muito o companheiro e foi um erro isso. Porém alertamos o companheiro de que no ano seguinte nós não íamos mais aceitar isso, e no ano seguinte o companheiro veio com mesmo vício, estava sempre se ausentando das atividades. As diferenças da partilha dele foram para o fundo de reserva que ele ainda continuava sendo beneficiado, quer dizer não ficava sendo uma penalidade tão cruel pra ele, que foi aí onde nós erramos. Porque o correto mesmo seria repassar para cada um de nós aquilo que fosse retirado dele, para que ele não viesse a se beneficiar. Entretanto a gente ainda não tinha amadurecido muito essa idéia, então nós levamos para o fundo de reserva. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

A narrativa demonstra que hábitos, valores e costumes não são práticas facilmente tocadas pela mudança, fazendo-se necessário um contínuo e intenso processo de convencimento e conscientização, ao que consideramos uma educação de si; elementos estes que se nutrem de uma prática reflexiva e ideologicamente consciente de suas intenções. Toda uma cultura de trabalho e de vida carece de transformação ante uma produção sem padrões e sem exploração. Corpos e mentes durante séculos habituaram-se a uma forma estranhada de viver e produzir, não sendo instantânea tal mudança.

Entre avanços e retrocessos, contudo, o grupo de Pentecoste continuou em sua missão de revolucionar a si e a produção material para provimento de uma existência coletiva. Por conta dos investimentos no fundo de reserva, após o primeiro ano, no qual a produção contou inicialmente com recursos externos, o grupo de agricultores conseguiu autonomia financeira e iniciou a plantação do ano seguinte com recursos financeiros próprios.

Passaram o verão de 2000 a 2001 produzindo milho e feijão, abóbora e capim. Construíram uma área produtiva às margens de um açude. Não era uma produção em grande escala, mas apenas para consumo interno. Nesse período, não faltou comida à mesa dessas famílias: “nós passamos o verão todinho comendo verde, tínhamos batata, coisa que não existia essa prática. Nós tínhamos batata, feijão maduro,

milho verde”. A relação com o grupo de apoio (político, pedagógico e produtivo) vinculado ao SINTIGRACE acontecia em paralelo a todas essas ações, sendo estas exitosas ou não. Continuamente orientados pelo “professor e seus amigos”, tomaram conhecimento sobre o ciclo de plantação⁴². O objetivo dessa prática era o (re)abastecimento sistemático dos mantimentos para a segurança alimentar daquelas famílias.

Em 2001, deram continuidade à mesma prática. Enfrentaram, entretanto, condições climáticas pouco favoráveis, uma vez que os açudes não haviam recebido água. A margem ficou muito distante da área produtiva e a produção foi prejudicada. Em 2002 produziram bastante, mas, mesmo plantando a mesma área, em torno de 16 hectares, não chegaram mais a atingir a primeira produção de 256 sacas de milho. O inverno em 2001 e 2002 foi instável e, além da perda do ritmo produtivo, tiveram prejuízos na plantação por falta de chuva. O restante do Assentamento também enfrentou dificuldades e, mais uma vez, o pequeno grupo subversivo superou a produção do Assentamento em quase cem por cento.

Como observamos, em 2002, tiveram frustração de safra por conta da quadra chuvosa que não foi muito regular, mas, mesmo assim, produziram umas 150 sacas de milho. Enquanto todo o Assentamento, em vivência de um trabalho individualizado, perdeu em torno de 80% da produção, o outro grupo teve um prejuízo bem menor: em média, 30%.

A prática da agricultura possui saberes próprios e o plantio deve respeitar alguns princípios naturais. Aprendemos com estes agricultores que normalmente se deve plantar após a primeira chuva, por eles intitulada de “chuva boa”. E o que é a chuva boa? É aquela que molha o solo em até quinze centímetros de profundidade, tornando a terra ideal para o plantio. Outro aspecto peculiar ao trabalho deste grupo é a utilização da terra de croa, pois nesta a chuva consegue penetrar até 20 centímetros, fato que favorece ainda mais a produção.

As croas são terras baixas que ficam às margens dos riachos e rios, constituindo solo fértil e adequado ao êxito da agricultura. Neste tipo de solo, as sementes são logo fertilizadas e os agricultores não precisam esperar muito para colher. Assim, com esses conhecimentos e a troca de experiências no trabalho coletivo, no qual

⁴² O ciclo de plantação é o estabelecimento de uma diferença de dez a 15 dias de uma plantação para outra. Essa prática produtiva permite tanto a diversidade de alimentos produzidos como evita o esgotamento do solo.

tudo era debatido e planejado, o grupo em estudo, mesmo na adversidade climática, conseguiu se organizar para observar as melhores condições de semeadura. Enquanto os outros – restante do Assentamento - ficavam esperando que chovesse mais, pois aquela produção, em nosso entender, acontecia anarquicamente, sem um estudo do cenário climático e estrutural experienciado:

Enquanto o nosso milho tinha vinte centímetros de tamanho, os deles estavam começando a nascer ou tinha alguém plantando, aquela coisa do comodismo. Nesse ano em dois mil e um, por exemplo, o Assentamento não teve produção, alguns fizeram um pouquinho pra comer verde, alguns litrinhos de feijão. Ai nesse ano nós fizemos umas cento e cinquenta e pouca sacas de milho e o Assentamento não fez nada. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Mesmo assim...

Penso que nós não conseguimos chamar a atenção, nós não servimos de modelo para eles. Penso que na verdade nós servimos foi para gerar uma causa de ciúme, eles começaram a concorrência. Pensaram até em tomar as nossas áreas, que nós tínhamos feito, porque eles achavam que era muita terra para um grupo muito pequeno. Segundo eles diziam. Eles convidaram o professor Machado para dar uma ajuda, o professor se prontificou ficou em uma reunião com eles, e na primeira reunião a proposta que saiu era de um grupo de onze famílias tomarem a área pronta de um grupo de cinco famílias, que no caso éramos nós. Aí o professor orientou-os, porque ao invés de eles fazerem isso, eles não iam preparar área também? Pra ampliar a área de produção dentro do Assentamento? Aí eles não se animaram muito com o professor, porque parece que eles queriam mesmo era tirar vantagem. Conhecendo o professor, porque sempre que era necessário ele contribuía com ajudas financeiras ao grupo. E ao que parece todos previam apenas isso, não era com a intenção de produzir coletivamente, daí a área deles foi se acabando, deixaram de melhorá-las, não ampliaram. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Esta reflexão, mais uma vez, nos apresenta um paralelo entre duas realidades, fato que demonstra o quão difícil é trazer para o plano real um modelo de sociedade sem bases no trabalho estranhado; como também, suscita o debate sobre a formação da consciência de classe: que bases históricas/materiais agem sobre a mente dos sujeitos para a ação consciente e revolucionária? Como tornar possível a dissolução dessa realidade objetiva historicamente reificada, baseada em relações capitalistas?

Para Lukàcs (2003), as condições objetivas reificadas pelo capitalismo, apesar de hostis aos homens, são formações sociais inerentes ao contexto histórico e não

acontecem independentemente da vontade humana. O espectro do capitalismo se faz presente mesmo em meio à miséria e à precarização. Mesmo exploradas e excluídas da acumulação de riquezas, muitas pessoas optam por ações individualistas e reproduzem a ideologia burguesa, pois esta foi internalizada como cultura/verdade hegemônica.

Lukács (2003) alerta, entretanto, para o fato de que não podemos subjugar todo o papel decisivo do processo histórico à consciência. Ainda ensina que a consciência precisa ser analisada “como aspecto da totalidade histórica à qual pertence, como etapa do processo histórico em que age”. (P. 140). Assim, é necessário compreendermos o cenário em estudo como um todo complexo que se constitui em meio a contradições de classe, observando tal realidade como algo transitório/passageiro, sendo permeável a mudanças.

Sabemos, entretanto, que a forma clássica das relações capitalistas apresenta um caráter cíclico para atender à expansão das forças produtivas, sendo marcada por momentos de rupturas e continuidades, com amparo nos quais o *velho* e o *novo* se confrontam em um movimento contraditório e dialético. As crises cíclicas rompem com formas ultrapassadas da acumulação de riqueza, mas não perdem o vínculo com os princípios essenciais de exploração do homem pelo homem. Nessa virada de século, no entanto, o que temos não é mais um ponto de desequilíbrio corriqueiro, pois, nunca se presenciaram tantos esgotamentos e decadências. As mudanças assumem um perfil de descontrole nos mais diversos âmbitos sociais. Denuncia Kurz (2004):

Vivemos hoje uma situação muito estranha. Nunca na história da modernização – nos últimos duzentos, trezentos anos – deu-se a situação de uma crise social mundial que erigisse um tal potencial de devastação ecológica e alcançasse tanta destruição e abandono cultural até a tendência em direção a uma nova barbárie. (P.11).

Vejamos o dilema que temos à nossa frente - a convivência entre duas realidades: de um lado, um pequeno grupo de pessoas na tentativa de vivenciar propostas marxistas de produção coletiva em tempos de crise e precarização e, de outro, um assentamento com todos os vícios do capitalismo. A contradição é imediata e ainda que chances esse “oásis socialista” tem de sobreviver em meio a todo um império de valores antissociais? Continuemos...

Em 2002, receberam um investimento federal gerenciado pelo INCRA.

[...] foi aí onde às coisas se complicaram mais um pouco para o lado do grupo, porque você já ia mexer com muito dinheiro e isso despertava, eu acho, que a ambição de alguns companheiros do nosso próprio grupo mesmo, ou seja, de está sempre querendo dinheiro. Pra gente conduzir esse processo, foi um processo muito doloroso, porque você recebia o dinheiro pra aquisição de bens reprodutivos era menos de 30% do valor geral do investimento. No nosso caso a gente conseguiu fazer alguns cálculos e via que era inviável você pagar, por exemplo, um projeto de R\$ 6.063,00 que era o que vinha pra cada um, com a aplicação de menos de 30% em mês reprodutivo, o resto era pra preparo de área, para infra-estrutura, coisa que não dava lucro nenhum, aí nós vimos que pra que a gente pudesse ter condição de pagar esse projeto nós tínhamos que fazer as atividades, cobrar apenas as diárias nas atividades. E aplicar todos os recursos em mês reprodutivo. Como nós tínhamos sido muito bem orientados nessa questão do fundo de reservas. Qual era a importância dele, que era fortalecer o patrimônio do grupo, o patrimônio coletivo do grupo, então nós fomos orientados a aplicar isso, quando houvesse a possibilidade de aplicação em bens reprodutivos. No nosso caso lá nós optamos por gado, em dois anos e meio de trabalho mais ou menos foi quando entrou o investimento nós já tínhamos cinco cabeças de gado. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Compraram o gado com parte do fundo de reserva, pois estavam desenvolvendo uma ação chamada por eles de “reservas estratégicas”. Como ainda não tinham conta bancária, investiram uma parte da venda do milho para a compra de gado, do qual alimentavam as crianças com leite e a outra parte guardavam em espécie para futuras necessidades. A institucionalidade do grupo estava na Associação Comunitária, que mais ou menos em dois anos e meio passou a se beneficiar dos produtos do trabalho. Famílias que outrora não tinham o mínimo para a sobrevivência passaram a comer carne três vezes por semana e a ter acesso a leite diariamente. Quase todos os dias comiam: pão de milho com leite, batata com leite e jerimum com leite.

Isso é uma raridade no interior, pois, trabalhador rural come carne, quando muito, aos domingos, às vezes mata um frango do terreiro, compra um quilo de carne de porco se houver dinheiro, “mas quando não tem, come aí come o feijão, com farinha e rapadura, feijão com pão de milho, se tiver o milho né”. Com a experiência coletiva, tiveram seus primeiros bens produtivos: cinco cabeças de gado e algumas ovelhas. Do Assentamento, o que desfrutavam era da terra para moradia e produção da existência material. Esse coletivo maior estava, segundo os relatos, preso a uma gestão que não tinha muito compromisso com o assentado.

Retornemos aos problemas surgidos em virtude do projeto de investimento do INCRA. O projeto consistia em uma espécie de empréstimo. Eles receberiam por volta de R\$ 6.000,00 por família, dinheiro que deveria ser investido em bens

reprodutivos - gado, por exemplo - e, depois, passado determinado período, precisava ser devolvido ao banco. Além do investimento citado, o dinheiro também serviria para estruturar a produção. Era um projeto de R\$ 286.000,00, dividido para 41 famílias. A possibilidade de acesso a essa quantia começou a ocasionar conflitos dentro do grupo de produção coletiva: ideias consumistas e de caráter individual constituíram lacuna à prática igualitária até então implementada.

A proposta de continuar investindo em um patrimônio coletivo que garantisse uma sobrevivência digna às cinco famílias começou a ruir com a posse desses R\$ 6.000,00: compraram moto, roupa e exageraram no consumo de álcool, desviaram a finalidade do recurso produtivo para bens de consumo imediato que, no momento, não deviam ser postos como prioridade, uma vez que o provimento mínimo à existência ainda não estava garantido. Começou a surgir no pequeno grupo, segundo os relatos, a intenção de tirar vantagem e os sentimentos de competição e rivalidade permearam aquelas relações produtivas.

Como, no primeiro acesso ao dinheiro, algumas atitudes individualistas foram praticadas, o grupo passou a desentender-se. Algumas famílias, como mencionado anteriormente, gastaram indevidamente o empréstimo. A vontade irremediável de possuir bens de consumo, nunca antes possível de realizar, foi mais forte do que a possibilidade de adiar essa aquisição para um momento tal em que todo o grupo pudesse desfrutar desse privilégio. Os quase três anos de conscientização/educação pareciam frágeis ante o fetiche das mercadorias. As novas condições objetivas faziam aflorar desejos individualistas ainda latentes: afinal o ideário burguês é muito competente na constituição de hábitos e valores. Sobre essa consciência em fase de formação/transformação, reflete Lukàcs (2003):

Ao relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens *teriam tido* numa determinada situação da sua vida, *se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente* essa situação e os interesses dela decorrentes, tanto em relação a ação imediata, quanto em relação a estrutura de toda a sociedade conforme esses interesses. Reconhece, portanto, entre outras coisas, os pensamentos que estão em conformidade com sua situação objetiva. (P.143). Destaques do autor.

Em análise à totalidade do fenômeno apresentado, parece-nos que algumas questões não foram completamente compreendidas pelos sujeitos em estudo. Aqueles que gastaram o dinheiro com bens de consumo não contaram com o fato de que o

recurso precisaria, em um dado período, ser devolvido ao banco, como também não refletiram sobre os prejuízos e o retrocesso das conquistas até então obtidas. A situação objetiva imediata de possuir determinados objetos, até então inacessíveis, foi mais contundente do que o fato de sobreviver em longo prazo. As condições subjetivas postas, nesse caso, estavam ainda permeadas por vontades ilusórias de enriquecimento individual, distantes, portanto, de uma transformação social efetiva. Lembra Marx:

Tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridade histórica, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é verdadeira capacidade. (...) Todas as paixões e toda atividade têm, portanto, de naufragar na cobiça. Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, E só é permitido querer viver para ter. (2004, p. 142).

Ainda assim, o pequeno grupo conseguiu administrar melhor o dinheiro emprestado para a produção que o restante do Assentamento, onde as contradições e os prejuízos foram ainda maiores. As cinco famílias lograram gerenciar parte do empréstimo de forma coletiva e produtiva. Vale ressaltar que a forma como esse “projeto de investimento do INCRA” chegou à realidade em foco foi catastrófica. Isso porque aquelas pessoas não foram preparadas, do ponto de vista técnico-formativo, para administrar o recurso cedido. Somando-se a carência à ausência de informação: o projeto foi bloqueado por má aplicação dos recursos.

Uma sindicância do INCRA foi instaurada no Assentamento e foi diagnosticado o desvio de finalidade do dinheiro. Parte dos recursos simplesmente “sumiu”, não foi aplicado em nada, nem em bens de consumo, inclusive o dinheiro de famílias que não faziam mais parte do Assentamento. Quando foi implantado o projeto, só havia 33 famílias, oito já haviam migrado para a cidade e o recurso foi destinado para 41. De acordo com as entrevistas, a gestão do Assentamento se apropriou desses recursos.

O grupo das cinco famílias aplicou o dinheiro destinado à infraestrutura em bens reprodutivos: compraram bovinos. Ficaram com o total de 72 cabeças de gado enquanto todo o resto do Assentamento possuía apenas 30⁴³. Todo o dinheiro destinado à estrutura do projeto o pequeno grupo aplicou em bens reprodutivos. Até a verba

⁴³ Destino dos bovinos comprados no assentamento: uns venderam, outros nem compraram e ainda houve alguns que, por falta de comida, os consumiram como alimento.

destinada para aquisição de caprinos, por falta de assessoria técnica, “resolvemos por conta própria comprar bovinos. Aí nós também somos citados nesse relatório do INCRA, por desvio de aplicação. Nós não tínhamos noção de que isso causaria problema para o grupo”.

Começaram as dificuldades: a maioria do grupo⁴⁴ não compreendia o significado do patrimônio coletivo e muito menos da dívida adquirida com o banco. Não conseguiram ter maturidade para continuar produzindo até quitar a dívida e ainda preservar os recursos em comum. Os relatos demonstram que deixaram de trabalhar com afinco e a produtividade caiu drasticamente. Passaram a querer dinheiro pelo que trabalhavam dentro do grupo como se fossem trabalhadores assalariados e tivessem um patrão.

Percebemos nesse momento que a experiência político-educativa vivenciada até então não havia constituído, efetivamente, uma prática coletiva consciente. O grupo perdeu em produção e começou a ficar insatisfeito, pois trabalhavam e não podiam, de imediato, se beneficiar da produção: “Nós tínhamos muito medo de não poder dar conta das responsabilidades com um Banco, se a gente fosse começar a ir beliscando, ou seja, dilapidando o patrimônio que existia”. (Agricultor entrevistado, 2008).

Continuaram trabalhando coletivamente, mas nesse momento o objetivo não era mais a produção comum, a constituição de um patrimônio coletivo e o trabalho livre da exploração do homem pelo homem. Estavam juntos até quitar as dívidas no banco. O pequeno grupo possuía dinheiro para a quitação do débito das cinco famílias, entretanto, o contrato não permitia que as pendências financeiras fossem encerradas individualmente, todos os assentados precisavam cumprir com o pagamento do empréstimo. Assim, a situação ficou ainda mais acirrada, pois a maioria dos assentados não tinha patrimônio para quitar suas dívidas no período certo. Começaram a entrar em inadimplência com o Banco e, mesmo em posse de bens dentro do Assentamento, não podiam solucionar o problema. Irremediavelmente estavam, mais uma vez, atrelados ao grande grupo.

A experiência mais dolorosa era produzir e ter que guardar tudo para depositar no banco em pagamento de juros. Não podiam mais usufruir dos produtos do trabalho. Ganharam um novo patrão: o banco. Caso o capital financeiro não freie sua

⁴⁴ Grupo das cinco famílias. Cabe esclarecer que todos os assentados ficaram inadimplentes com o Banco do Brasil, entretanto, os sujeitos de nossa pesquisa (pequeno grupo), embora também tenham gastado indevidamente o dinheiro do empréstimo, possuíam bens para a quitação da dívida.

articulação excludente, o mundo gradativamente atingirá o colapso social, a exemplo da última crise enfrentada pela Argentina, onde parte da população teve que passar por sérias privações para satisfazer às imposições dos credores.

Tal precedente é a consequência concreta do suposto apogeu capitalista, que beneficia de forma incontida um grupo cada vez mais restrito de indivíduos. A sociedade caminha, assim, para os extremos do individualismo, disputando de forma praticamente selvagem as poucas “oportunidades” e escassas “conquistas” do dia a dia. O consumismo e a necessidade de assumir valores puramente materiais tornam o homem visivelmente afastado de seu papel político e histórico de transformador da realidade social.

Em tempos de inadimplência, ficava o consolo de “que seria melhor a gente sofrer agora e no final a gente tirasse algum saldo, aí a partir daí a gente começava uma vida mais tranqüila sem ter débito com os bancos”. (Agricultor entrevistado, 2008). Essas medidas, no entanto, não aconteciam em consenso, pois alguns que não concordavam exigiam algum dinheiro em troca do trabalhado ou até mesmo daquilo que entendiam como sua parte. Os conflitos eram constantes.

Negociaram⁴⁵ por quase três anos junto ao Banco e ao INCRA, INCRA e Banco. Foi então que tiveram contato com um advogado, por meio do Professor ⁴⁶, e foram orientados juridicamente sobre como individualizar a dívida e quitar o débito. Até que, em 2006, após seis anos de desgastes e conflitos, renegociaram a dívida e fizeram um depósito de 600 reais por família. Tão logo conseguiram individualizar a dívida e começar a pagar as parcelas, individualizaram também o patrimônio “aí nós não tava atrelado mais a nada”. (Agricultor entrevistado, 2008). Cada família (das cinco) ficou com o equivalente a onze cabeças de gado e um total de R\$ 1.460,00. Estas pessoas, antes da formação do grupo, não possuíam o mínimo à sobrevivência, e após a dissolução do coletivo, cada núcleo familiar ficou em média com R\$ 10.000,00.

[...] quitando sua dívida no Banco ainda saldaria em torno aí, aproximadamente três mil reais. E tem mais uma outra questão, o que mais doeu foi que de toda essa experiência, de todo esse avanço, eles não conseguiram compreender a importância do coletivo. Assim que eles encontraram uma brecha pra se individualizar, foi a primeira coisa que aconteceu.

⁴⁵ O pequeno grupo – cinco famílias.

⁴⁶ Apoio vinculado ao SINTIGRACE.

[...] é só o estranhamento da importância, eu penso. É o estranhamento que eles têm da importância das práticas cooperativas. Eu penso que é isso. Eu não consigo me dá como criado numa cultura individualista. Sempre o primeiro eu, e depois eu e depois eu de novo. Aquela idéia que o que é meu é meu, e o pouco que é teu se eu puder tirar é meu também. (Trabalhador Rural – Março de 2009).

O trabalhador rural entrevistado mostra-se decepcionado, pois ele foi um dos que buscou resistir à dissolução do grupo até as últimas consequências e atualmente continua em contato com o grupo vinculado ao SINTIGRACE. Juntos desenvolvem outras experiências no campo; ele é mais um militante agregado ao trabalho de formação política e luta anticapitalista em estudo.

Em análise dos fatos aqui apresentados, concluímos que o estranhamento e o enraizamento das relações capitalistas, tanto do ponto de vista social quanto econômico, são elementos decisivos para o desastre da experiência coletiva de Pentecoste. Outro aspecto importante e que, em nossa interpretação do fenômeno, parece claro, é a ausência da participação do grupo em lutas sociais efetivas. Isso porque os sujeitos em análise não tiveram engajamento em lutas coletivas, e um revolucionário se faz dentro da própria prática revolucionária; nos embates de classe, passam a tomar consciência da luta anticapitalista e do valor da coletividade.

Do contrário, a prática continua sendo um critério de verdade para tal vivência, pois, em termos práticos, tudo ao redor desse grupo pulsava em consumismo, individualismo e estranhamento e, a práxis coletiva não teve tempo de se tornar sólida. Ficou registrada, entretanto, como possível e indiscutivelmente produtiva.

A influência imediata das relações de produção capitalistas, ainda permanente nas práticas sociais do Assentamento, agudizaram as contradições. Um mundo capitalista feroz lhes batia a porta e suas convicções coletivas apenas ensaiavam florescer. A falta de compreensão imediata do significado do curso de formação política e dos estudos dificultaram a consolidação da práxis de outra relação de produção proposta. Às vezes até se perguntavam sobre quem eram aquelas pessoas. Que propostas eram aquelas? Por que os ajudavam? Será que não queriam parte da produção? Será caridade? E o grupo de apoio respondia, “só temos uma exigência: não pode haver exploração, deve ser de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade”. (Agricultor entrevistado, 2008).

Trata-se de uma profunda mudança cultural, que exige luta, esforço, disciplina, paciência, formação-política contínua e a certeza da provisoriade das

relações capitalistas de produção. Pedagogicamente analisando, estamos certos de que o aprendizado adquirido foi promissor e eficaz, não permitindo que a bagagem político-educativa se perdesse com o tempo. Tivemos notícia, no segundo semestre de 2010⁴⁷, de que eles resolveram começar de novo a experiência e, dessa vez, sem ajuda financeira⁴⁸ externa. (Re)iniciaram apenas com as próprias forças de trabalho.

4.1 Reflexões Sobre Trabalho Estranhado e Propriedade Privada

(...) somente a propriedade privada
 A partir de seu surgimento
 Pode exercer seu pleno domínio
 sobre o homem e tornar-se,
 na forma mais universal,
 um poder histórico-mundial.
 (MARX, 2004, p.102).
]

A experiência vivenciada em Pentecoste nos traz sérias reflexões sobre categorias marxianas como Trabalho Estranhado e Propriedade Privada, dado que as marcas do vivido demonstram o quão é difícil romper com relações de estranhamento quando os sujeitos envolvidos possuem severo enraizamento no modo de produção capitalista e a propriedade privada ocupa lugar de destaque em suas formas de (sub)existir. Afinal, o homem precisa ter o domínio de si para produzir em liberdade. É necessário, portanto, que as relações de produção favoreçam a sociedade como um todo, e que os meios de produção sejam de posse irrestrita da comunidade.

Ter-se-ia, então, um benefício comum, uma distribuição equitativa das riquezas. Do contrário, o homem se vincula a uma *atividade que lhe parece estranha*, que não é a sua *auto-atividade*, embebida de seus objetivos e consequência direta da autorrealização. O ato laborativo constitui, no sentido capitalista, *a perda de si mesmo* (MARX, 2004), em detrimento dos interesses de um grupo restrito de exploradores.

Aqueles que vivem do trabalho submetido à expansão do capital exercem, dessa forma, uma atividade com a qual não se identificam e, de acordo com Marx (2004), se negam, ao que podemos observar, por exemplo, em Pentecoste, antes e depois da experiência de produção sem propriedade privada. Produzem objetos externos

⁴⁷ Fomos até lá assistir a uma de suas reuniões de planejamento.

⁴⁸ Continuam em contato com o professor Machado e seus amigos.

a eles, distanciados, fora de seus domínios sociais e, por fim, se afastam de si mesmos e da natureza. A atividade laboral, que poderia ser fonte de realização, se apresenta como um fardo, um sacrifício, algo de caráter obrigatório, com a única função de suprir necessidades orgânicas. Transfere-se para o trabalho toda a insatisfação gerada pela negação do gênero humano, pois há a constatação, em consonância com a análise marxiana de que o trabalhador não trabalha para si, direcionado à sua realização, porém, produz em função de outro, um estranho, que se apropria da atividade alheia para enriquecimento individual:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. (MARX, 2004, p. 83).

Faz-se necessário esclarecer o que é, de acordo com raciocínio marxista, a negação do gênero humano, abordada no parágrafo anterior. Antes de mais nada, é relevante explicitar que alguns fatores caracterizam o homem na condição de ser genérico. Trata-se, pois, de sua universalidade, uma vez que ele interage consigo mesmo, com os outros de sua espécie e com a natureza de uma forma geral, como *um ser universal e por isso livre* (MARX, 2004, p.84). Assim, o gênero humano contempla toda essa diversidade relacional que inclui os elementos naturais, tanto como meio de vida imediato, quanto como meio para a produção, integrando também o mundo animal e social.

É essa combinação de elementos (orgânicos, inorgânicos e sociais) que faz do homem um ser genérico, capaz de transformar o mundo a sua volta, de forma livre e consciente. Com efeito, a ação produtiva, na medida em que deveria acontecer baseada em um indivíduo livre e consciente, como extensão da vontade e da convicção humana, garante sua universalidade, aspectos vivenciados por um curto espaço de tempo em Pentecoste. Tal experiência, contudo, foi suprimida pelo forte enraizamento que aqueles indivíduos possuem com as relações capitalistas de produção que alienam negativamente e individualizam os valores humanos.

Ante a expansão do trabalho estranhado, assim sendo, respaldado pelas *leis da propriedade privada*, nega-se a manifestação do gênero humano, de exercício de sua consciência. O caráter de universalidade do homem é podado, substituído, portanto, pela castração de sua essência:

Na medida em que o trabalho estranhado estranha do homem a natureza, e o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero humano. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2004, p. 84).

Subjugado por esse íterim alienante, o trabalhador perde a oportunidade de confirmar-se à vista da objetivação de seu trabalho. Para Marx (2004), é na efetivação da atividade produtiva que o homem pode transformar, conscientemente, o lugar onde vive e, assim, fazer o mundo à sua maneira, de forma a realizar-se, implementando seu aspecto universal e livre. Esses fatores nos instigam à reflexão: como pensar a emancipação e a realização sob condições inóspitas de trabalho? Denuncia o SINTIGRACE:

Vida de gado: Jornal O Povo massacra intercaladores

Recentemente, uma pesquisa divulgou que o jornal O Povo é o veículo de comunicação impressa mais lembrado pela sociedade cearense.

Mas, o que a sociedade não sabe é que este veículo trata os trabalhadores como gado. Talvez até pior. Os companheiros do setor de encarte que o digam.

Pra começar, eles ágoras são empregados da Companhia Cearense de Informação – CCI. Uma empresa do Grupo O Povo que também é dona da TV O Povo.

Na carteira de trabalho a função é de auxiliar de produção e não de intercalador, como é o nome correto da função.

Não existe mais horário de trabalho definido. De domingo a quinta-feira, a jornada é de seis horas diárias. Sem intervalo nem pra se coçar. Sexta e sábado a jornada é de 10 horas. Com uma hora de intervalo pra descanso.

No final do mês os intercaladores estão sempre devendo 6 horas à empresa. Daí porque não existe pagamento de horas extras. Muito pelo contrário. A companheirada é obrigada a entrar mais cedo, ou sair mais tarde, em função dessa permanente dívida. Se ninguém entrar mais cedo, ou sair mais tarde, as horas são descontadas em dinheiro na folha de pagamento.

Aos sábados, o intervalo mínimo de 11 horas entre uma jornada e outra não é cumprido.

Além disso, os trabalhadores perderam o direito ao vale transporte. São obrigados a ir trabalhar de bicicleta, numa área inóspita e violenta da região metropolitana de Fortaleza, o Distrito Industrial, em Maracanaú.

Pior: a empresa não cumpre a cláusula 15ª da Convenção Coletiva do Trabalho, que obriga as empresas de jornais e revistas a fornecer transporte aos trabalhadores no período entre 22 e 6 horas.

As condições de trabalho são as piores possíveis. Os intercaladores não recebem fardamento e nem EPIs. Os companheiros trabalham de sandálias de dedo.

São obrigados a transportar, num carro cerca de 500 quilos, o jornal impresso da impressão para a intercalação. O terreno entre um setor e outro é acidentado e com erosão. O risco de acidente é constante. Ainda mais em dias de chuva, quando o terreno fica escorregadio e a proteção é apenas para o jornal impresso.

Depois de todas essas mazelas os trabalhadores ainda têm de enfrentar ameaças constantes de demissão.

Adoecer é proibido na intercalação do Jornal O Povo. A empresa não acita atestados médicos.

Essa a face do Jornal O Povo que a sociedade cearense não conhece. O assinante ou leitor do jornal não tem ideia do quanto sofre um intercalador pra fazer chegar as suas mãos, o jornal mais lembrado pela sociedade cearense. (VOZ DO GRÁFICO, maio de 2009).

Ora, se o trabalhador depara a negação de sua liberdade produtiva, se o que produz não lhe pertence, se a natureza lhe parece estranha e hostil, se ele se afasta de si mesmo, restringindo-se a necessidades puramente físicas, alguém, assinala Marx (2004), outro homem, beneficia-se de tudo isso. Essa relação de estranhamento não é obra do acaso, do desconhecido ou sobrenatural, pois se efetiva sim na concretude da exploração do homem pelo homem, ao constituir o resultado da relação entre trabalho estranhado e propriedade privada.

Desta feita, tanto os intercaladores do O Povo quanto os camponeses de Pentecoste submetem-se a uma relação de trabalho estranhada, hostil e desumana, por conta da miséria que bate a sua porta e esta possibilidade de emprego/renda é uma das poucas que lhes resta, pois o desemprego/miséria é uma realidade latente para os gráficos/trabalhadores e camponeses no Ceará.

Paira, no entanto, a dúvida sobre se a propriedade privada é o produto ou a causa da exteriorização do trabalho. Baseando-nos na teoria do Pensador alemão em estudo, entretanto, “A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. (2004, p. 87). Concluimos, pois, que “mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca”. (P.88).

O fato é que só a ruptura consciente com essa interação (trabalho estranhado x propriedade privada) pode propiciar a emancipação da classe trabalhadora, porquanto a dilapidação do gênero humano está francamente envolvida com as relações produtivas do capitalismo, provindo delas várias outras consequências sociais. É por isso que Karl Marx optou por dedicar sua vida à tentativa de apontar uma saída para a dissolução

desses preceitos desumanizadores, contestando a *coisificação do mundo dos homens* e reafirmando os valores que correspondem à essência humana. Sua proposta consistia na coletivização dos meios de produção e na repartição equitativa da riqueza (o socialismo).

Seria, assim, o advento de uma nova sociabilidade, na qual os trabalhadores poderiam superar um longo processo histórico de exploração, recuperando o domínio de si mesmos e de sua atividade laboral. É na presença, pois, de tais aspectos de estranhamento que, até nossos dias, grande parte dos trabalhadores realiza (ou não) a própria história, e a conscientização torna-se tarefa árdua para aqueles que ainda acreditam em uma sociedade diferente. Sabe-se, todavia, que a classe trabalhadora, gradativamente, ergue suas conquistas, embora vivencie, de quando em quando, alguns retrocessos.

5 NARRATIVAS DO MUNDO DO TRABALHO: REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, DESEMPREGO ESTRUTURAL E LUTA DE CLASSES NO SINTIGRACE

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Em continuidade às nossas análises e reflexões, intencionamos discutir, nesta etapa do texto, os rumos político-ideológicos que assumiram as organizações trabalhistas e seu papel formativo nos constantes (re)ajustes e ataques à classe trabalhadora. Como exercício metodológico, constituímos nossas análises e conclusões articulando o local, o nacional e o transnacional. Mesmo que modestamente, a intenção foi relacionar singular e plural como elementos que se relacionam em um todo complexo e dialético.

Esta ideia cinge-se a compreensão de Mézàros (2002, p. 175), da tese antissocial do sistema do capital que “é a total incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo”. Tais implicações são duramente sofridas pelos trabalhadores na contemporaneidade. Tocados por essa perspectiva, algumas questões fomentadas pelo cenário capitalista contemporâneo inundaram nossos anseios investigativos: 1) Como as frentes de resistência da classe trabalhadora, brutalmente atacadas pelo (neo)liberalismo e o desemprego estrutural, sobrevivem? De que forma se organizam? 2) Estaríamos diante de um profundo “retrocesso” de conquistas adquiridas historicamente pela luta dos trabalhadores? 3) É possível pensar em formação política e consciência de classe no sindicalismo de hoje? Mais do que enfrentar a ansiedade por estas respostas, entretanto, procuramos mergulhar no tortuoso tecido que as alimenta.

Podemos considerar que o sindicalismo se encontra em um quadro de crise sem precedentes. A proposta de ser o sindicato espaço de resistência e acirramento da

luta de classes é palco de contradições e questionamentos. Não nos privamos, então, de afirmar que tais transformações constituem na realidade cearense/brasileira um retrocesso do ponto de vista das conquistas proletárias. Em nosso percurso de pesquisa o que ficou claro e concluído é que cada vez menos os operários buscam se organizar em lutas coletivas e as centrais sindicais se desarticulam e se distanciam dos interesses da classe trabalhadora.

Vejamos um exemplo simples, mas que durante nossas investigações nos chamou atenção e afirmou, junto a outros elementos, o que destacamos neste texto. Notícia o SINTIGRACE:

Unidade Sindical Movimento Avançar pra Conquistar Começa Terminando

No último dia 23 de agosto foi lançado o Movimento Avançar para Conquistar. E já começou com cara de quem nem devia ter começado. No lançamento, a Fetrace que devia comandar o ato, chegou atrasada. Não se sabe ao certo se foi de propósito. Foi o bastante pra CUT assumir o comando do ato de lançamento do Movimento.

O que se viu nos discursos dos sindicalistas, com raras exceções, foi a tentativa de desviar a culpa pelos ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo, pra cima da justiça do trabalho. Ou seja: os governos Lula, Cid e Luiziane não tem culpa de nada.

Pra nós diretores do Sindicato dos Gráficos, o Movimento já nasceu morto. A justiça brasileira, nós sabemos, não é nenhuma flor que se cheire. Aliás, no sistema capitalista é normal a justiça atacar a classe trabalhadora em favor dos patrões. Omitir os ataques dos governos Lula, Cid e Luiziane, como fizeram a maioria dos companheiros e a CUT, é má fé. É querer colocar pirulito na boca dos trabalhadores.

Pior foram os desdobramentos após o lançamento do Movimento. A reunião que havia sido marcada pra encaminhar várias ações não se realizou. Os representantes dos sindicatos não compareceram. Somente a representação do nosso Sindicato compareceu a reunião.

Tá mais do que provado: qualquer movimento que a CUT participe, não anda. Porque o único interesse desta central traidora da classe trabalhadora é frear qualquer ação dos trabalhadores que possa atingir o governo Lula. Pelo andar da carruagem, este movimento nem vai avançar, nem conquistar. (VOZ DO GRÁFICO, setembro de 2007).

O SINTIGRACE, como alguns poucos sindicatos de resistência que conhecemos ao longo da pesquisa e por intermédio do próprio SINTIGRACE, tem uma posição bastante crítica com relação à CUT, que deveria ter a função de organizar e mobilizar a classe trabalhadora e, do contrário, assume posição governista e pouco combativa. Este panorama, em recorte histórico, e conectado com todas as outras análises apresentadas nesta tese, atribui significado e coesão às afirmações que

levantamos neste estudo e que procuramos fundamentar numa relação dialética entre a experiência dos gráficos e os textos aos quais fazemos referência.

Assim, configura um pouco da crise sindical cearense/brasileira uma vez que, na voz dos próprios trabalhadores, é anunciado: “o único interesse desta central **traidora da classe trabalhadora** é frear qualquer ação dos trabalhadores que possa atingir o governo Lula. Pelo andar da carruagem, **este movimento nem vai avançar, nem conquistar**”. Referem-se a um profundo desgaste do modelo sindical após a chegada do PT ao poder, como também demonstram o quanto é difícil articular o movimento sindical para uma luta efetiva: “qualquer movimento que a CUT participe, não anda”.

A análise/registro das narrativas dos trabalhadores em estudo, por exemplo, propiciam aproximação com vivências dessa classe não hegemônica, que experiencia os dissabores de uma sociedade cerceada pelo antagonismo social. Uma nova realidade histórica está posta e, com ela, inúmeros obstáculos se impõem às camadas populares que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Há uma incontestável mudança no *ser da classe trabalhadora*, que parece se desorganizar e se distanciar do movimento coletivo, perdendo forças em relação à hegemonia do capital:

A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do *sindicalismo e dos movimentos sociais classistas* dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico *sindicalismo* de participação e negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. (ANTUNES, 1995, p. 35).

Assim, é possível assinalar, de acordo com Alves (1998), que o sindicalismo brasileiro, experimentando a *nova ofensiva do capital*, desarticula-se, uma vez que se encontra debilitado com a fragmentação daqueles que vivem do trabalho, problema este que se intensifica com o desemprego e a terceirização, pelo fato de que tais aspectos diminuem drasticamente o número de trabalhadores sindicalizados. Há, dessa forma, uma evidente precarização das relações trabalhistas e um sensível aumento da informalidade e da falta de vínculo empregatício⁴⁹.

⁴⁹ Dados estatísticos apresentados, por exemplo, na página 79 deste texto trazem estes apontamentos.

Evidencia-se uma situação alarmante que desfavorece significativamente a manutenção das lutas de classes: por um lado, os sindicatos quase se extinguem⁵⁰ pela falta de associados e, por outro, os trabalhadores se fragilizam no confronto com o capital, em um movimento de individualização, ou seja, de um possível abandono das causas coletivas. Para complementar esta análise, observemos os dados propagandeados pelo SINTIGRACE:

NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

6000 – É o número de trabalhadores em empresas gráficas, segundo o Sindicato dos patrões.

403 – Foi o número de trabalhadores sócio-contribuintes em janeiro de 2008.

R\$ 2.699,76 – Foi o déficit do nosso Sindicato em janeiro de 2008. Déficit é o que falta pra complementar uma quantidade necessária ou prevista. No nosso caso, foi o que faltou pra cobrir as despesas em janeiro de 2008.

1000 – É o número de sócios que garante o equilíbrio entre receita e despesa do nosso Sindicato. (VOZ DO GRÁFICO, MAIO DE 2008).

Ao que lemos nas linhas de seus jornais e observamos em seu dia a dia, compreendemos o quanto os sindicatos de resistência perderam em luta e em número de sindicalizados, precisando de bastante força de vontade e disciplina para continuar combativos. Instalou-se um universo de incertezas/estranhamento, fazendo crer que estamos diante do fim das lutas de classes, como se fosse possível abafar o grito da fome, da inclusão subalterna das classes menos favorecidas e das injustiças sociais.

É fundamental, porém, compreender as contradições evidenciadas nesse processo, uma vez que não podemos analisar tal movimento ante elementos lineares e apenas fenomênicos que não nos permitem enxergar além do capital, pois cabe considerar que nem todos os movimentos organizados de trabalhadores e da sociedade civil se curvaram às imposições reformistas (neo)liberais.

Com amparo nos indicadores da nossa pesquisa de campo, convém destacar, como fizemos no todo deste texto, tentativas de resistência dos trabalhadores ao mal-estar socioeconômico em consolidação em nosso País, guardando-se, contudo, as devidas limitações desse movimento. É importante (re)afirmar o fato de que o SINTIGRACE, em nossa interpretação, ainda configura realidade diferenciada nesse

⁵⁰ Segundo dados cedidos pelo SINTIGRACE, em observação a esta primeira década do século XXI, o número de gráficos sindicalizados foi reduzido em aproximadamente 30%.

quadro de inércia a que está submetida grande parcela do movimento operário brasileiro. Vamos ao destaque de mais um exemplo desta práxis:

Gráficos e jornalistas realizam manifestação no O Povo

O nosso Sindicato e o Sindicato dos Jornalistas se uniram pra enfrentar a truculência e a falta de ética dos patrões.

No último dia 6 de março, os dois sindicatos realizaram um ato em frente ao jornal O Povo.

A manifestação reuniu quatro centrais sindicais, três federações e 11 sindicatos. Quatro vereadores também se solidarizaram com os sindicatos em campanha salarial.

O Jornal O Povo fez de tudo pra melar a manifestação. Contratou segurança armada e cercou de grades o pátio da empresa.

Mostrando que é no mínimo mal educado, o presidente do Sindicato Patronal e advogado do Jornal chegou querendo briga. Empurrou manifestantes, e esbravejou que não queria conversa com ninguém. Escapou fedendo de levar uns cascudos.

Ao final da manifestação o Sindicato Patronal informou que iria retomar as negociações com os dois sindicatos na segunda-feira dia 9 de março.

Uma coisa é certa: se os patrões não melhorarem as propostas, as manifestações e paralisações continuarão. (VOZ DO GRÁFICO, fevereiro de 2009).

Este ato de manifestação e coragem, pelo simples fato de não terem estabilidade no trabalho e sofrerem demissões e perseguições por serem militantes, demonstra a contínua atuação do SINTIGRACE na luta/consciência de classe no Ceará. Mostra também o quanto desagradam e incomodam os patrões que dificilmente querem abrir mão da larga margem de lucro que os enriquece, em detrimento do empobrecimento dos trabalhadores. Estas ações, contudo, se tornam escassas no mundo do trabalho cearense contemporâneo e, mesmo quando acontecem, como mencionado no trecho do *Voz do Gráfico*, contam com um número mínimo de sindicalistas e sindicalizados. Cabe-nos, por conseguinte, o questionamento: qual o futuro do sindicalismo brasileiro?

A possível resposta para tal inquietação aponta para a implementação do (neo)liberalismo no Brasil, que desenha um quadro marcado pela desregulamentação social, e permite instalar-se, entre outros elementos, um verdadeiro exército de desempregados, compondo filas intermináveis em busca de algum tipo de remuneração. Pode-se até arriscar a afirmação de que poucas seriam as possibilidades, dentro da lógica capitalista atual, de reabsorção integral desse contingente de pessoas fora do

mercado formal, pois a fase atual revela uma crise que abala estruturalmente a sociedade em âmbitos políticos, sociais, econômicos e produtivos.

Neste sentido, para sobreviver, muitos gráficos submetem-se a condições precárias de trabalho, denuncia/fiscaliza o SINTIGRACE:

Mororó dá o ar da graça

Eu podia jurar que a Gráfica Mororó já tinha batido as botas. Eis que outro dia fui refrescar as asas na lagoa de Parangaba e, passando pela Zé Bastos me conta que ela tá lá. Vivinha da silva. E mais: cheia de marmotas. Lá tem operário sem carteira assinada. E, em pleno janeiro, a rapaziada ainda não recebeu o décimo terceiro. Vige! Agora torou dentro! Se sem Crise o homem não pagou, imagina agora que a crise tá no mei da canela. Mesmo assim vou pedir pro seu Papito passar por lá. Se liga Mororó! (VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2009).

Em suas andanças pelas indústrias gráficas o SINTIGRACE depara cotidianamente estabelecimentos de grande e médio porte que burlam de todas as maneiras os direitos trabalhistas. Como se não bastasse todo o amparo legal e os incentivos fiscais destinados aos empresários, estes, na busca irrefreada pelo enriquecimento, ainda tornam a vida operária mais precária e desprotegida, com intuito individual de acumular riquezas e oprimir absurdamente a força de trabalho. Um salário mínimo já não é muita coisa. Imaginemos sem o mínimo de seguridade trabalhista: décimo terceiro salário, férias, licença-maternidade, seguro-desemprego, contribuição para um dia se aposentar, etc. Denuncia ainda o SINTIGRACE:

Marmota Dinâmica

Ali nos 7 Prédios, na Barra do Ceará tem umas bacurotas só o filé. Mas tem também a gráfica Dinâmica. Que é só dinâmica pra botar no trabalhador. A empresa não assina a carteira de ninguém há muito tempo. Mas é melhor a empresa aproveitar o ano novo pra fazer diferente. Não vai demorar e a SRTE vai passar por lá. Aí não vai adiantar o patrão dizer que ficou beréu porque comeu manga com febre. Se não assinar, multas vão rolar. (VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2009).

Em diálogo com esta narrativa, constatamos que a denúncia retirada da imprensa dos gráficos aponta para uma situação grave: centenas de operários gráficos

trabalham, no século XXI, em condições preocupantes de saúde⁵¹ e pauperizada situação social e econômica. A reivindicação do Sindicato transcorre dentro da legalidade acordada pela própria burguesia e, mesmo assim, enfrenta dificuldade para seu cumprimento. Os trabalhadores das gráficas Mororó e Dinâmica submetem-se à referida precarização por precisarem sobreviver diante do desemprego que ronda suas vidas e, sobretudo, por não possuírem acesso a outras possibilidades de produção da vida material. Pensamos ainda sobre a importância da sindicalização e organização em ação coletiva destes sujeitos.

No concerto produtivo, segundo Harvey (1992), há uma reconversão tecnológica, uma transformação do padrão técnico, que passa da eletromecânica para a microeletrônica e a robótica. Com tal avanço nas formas capitalistas de produzir, o trabalhador perde, de forma preponderante, a centralidade nos postos de trabalho, sendo gradativamente descartado e desprotegido das leis de mercado que legitimam o aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais. Nesta perspectiva histórica, anuncia o SINTIGRACE:

Gráficas cearenses investem US\$ 34 mi em modernização

Apesar da choradeira na mesa de negociação, os patrões anunciaram que investiram 34 milhões de dólares este ano em máquinas novas. A notícia foi divulgada pelo Jornal O Povo, no dia 3 de dezembro de 2007. Chegarão 23 novas máquinas de impressão em 2008. Ao preço de US\$ 1,5 milhão cada uma.

Na matéria, os patrões informaram que conseguiram redução e isenção de ICMS. Quando compram produtos de outros estados, pagam apenas parte do ICMS do produtor. Pois o governo do Estado, desde o ano passado, não cobra mais a parte que lhe cabia do imposto. Quando compram máquinas e equipamentos fora do país, não pagam mais ICMS.

Mas eles ainda querem mais. Querem também diminuir o ISS, que hoje é de 5%, para pelo menos, 2%.

Observando o resultado das negociações e o anúncio que as empresas investiram em máquinas e equipamentos, percebemos que os patrões só estão pensando em mais lucros. Pro trabalhador, só muita exploração e humilhação.

A modernização do setor cantada em verso e prosa pelos patrões, não trará benefícios para os trabalhadores. Para os patrões, se o trabalhador quiser melhorar a situação de vida, terá que se matar na hora extra, como acontece hoje.

O que nos deixa com a pulga atrás da orelha, é que nem o Governo do Estado, nem a Prefeitura de Fortaleza, que se dizer de esquerda, e

⁵¹ Em conversa com alguns trabalhadores sobre as denúncias em análise, tomamos conhecimento, por exemplo, das instalações inóspitas as quais são submetidos os trabalhadores das gráficas Mororó e Dinâmica.

foram eleitos com votos de muitos trabalhadores gráficos, procuraram, ou procuram saber qual a contrapartida social para a redução destes impostos.

Não querem nem saber quanto será investido nos trabalhadores, ou na sociedade.

Do jeito que foi feita, a redução e isenção dos impostos, só beneficiou os patrões.

Companheiros, o crescimento e a modernização do setor, deverão vir acompanhados também, da melhoria da nossa condição de vida. Afinal de contas somos nós que operamos as máquinas e produzimos os impressos.

Não podemos ficar esperando que os patrões retirem nossos direitos e nos joguem, apenas, as sobras das suas mesas, como está acontecendo nesta campanha salarial.

Devemos nos unir pra exigir nossa parte na riqueza que produzimos, mas que só os patrões embolsam. (VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2008).

Ante as observações delineadas nesta matéria da imprensa operária, tornou-se possível compreender como ocorre a reestruturação produtiva no setor gráfico cearense. Com incentivos fiscais, entre outros aspectos, a indústria gráfica moderniza a maquinaria, fato que acelera a produção e os lucros, uma vez que, segundo narrativas dos trabalhadores, as máquinas compradas produzem mais, em menos tempo e com um número cada vez mais reduzido de trabalhadores empregados. Por isso, o texto imediatamente anterior suscita a necessidade da “contrapartida social e trabalhista” do setor em crescimento e a observância das instâncias governamentais neste sentido.

A reestruturação produtiva mencionada não previu ganhos sociais. Do contrário, polarizou o enriquecimento e intensificou a exploração da força de trabalho. Como denunciou o SINTIGRACE, logo após a compra da maquinaria nova, os patrões mostraram-se resistentes às negociações para a campanha salarial de 2008 e, tampouco estiveram preocupados com o favorecimento, por menor que fosse, dos trabalhadores. Ou seja, o crescimento e a modernização não beneficiaram a massa produtiva, apenas ampliaram as possibilidades de expansão do capital.

Inaugura-se, ao lado disto, uma incansável busca por “qualificação profissional” demandada para o uso das novas tecnologias produtivas, uma vez que este aspecto é cada vez mais exigido no discurso do mercado de trabalho automatizado. Tal fato, no entanto, não constitui garantia de empregabilidade e ascensão social, contudo é fortemente difundido como nova demanda para o perfil do trabalhador “empregável”.

Experienciando esses dissabores, as práticas do grupo em reunião/formação no SINTIGRACE articulam-se em outra direção. Fundamentados em uma compreensão comunitária de mundo, evidenciam um movimento interessante de corporificação da

teoria estudada. Longe de assumirem um caráter meramente teórico, demonstram participar ativamente da práxis cotidiana de luta, estando sempre engajados em campanhas salariais, greves, debates, fiscalização implacável das condições de trabalho nas empresas gráficas, ocupação de empresas, piquetes em porta de fábricas, embates com patrões; solidarizam-se com outras categorias laborais e, sobretudo, levantam a bandeira da formação política e da intelectualização da classe como aspecto preponderante ao fortalecimento das lutas anticapitalistas.

Percebemos em seus textos/falas o quão são empenhados numa conscientização guardiã, que busca acompanhar/apoiar aqueles que, desprovidos do mínimo à existência, submetem-se à pauperização e à miséria no trabalho cearense. Como não são impermeáveis ou perfeitos, sabemos que possuem limitações e cometem erros nesse percurso de luta e resistência operária.

Cumpramos ainda enfatizar a especificidade dessa organização, fato que nos remete a Marx (1998), quando este acentua que a formação da consciência de classe não é um processo que se reduz à crítica intelectual, pelo contrário, é essencialmente práxis social, ou seja, os indivíduos se conscientizam com base na ação combativa:

[...] chega, por conseguinte ao resultado de que todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não por meio da crítica (espiritual) intelectual, pela redução à “consciência de si” [...], mas unicamente pela derrubada efetiva das relações sociais concretas [...] (1998, p.36).

É importante enfatizar que a educação, tal como assinala Gadotti (2003), consiste em uma atividade ampla e dinâmica que se pode efetivar em ambientes formais ou não formais. Na sociedade burguesa, todavia, os âmbitos educacionais se mostram atrelados a interesses econômicos, sem a intenção de manter uma educação para a classe trabalhadora comprometida com a emancipação humana. Temos, assim, uma das características da maioria dos componentes do grupo⁵²: baixo índice de escolarização, pois, a maioria não concluiu o ensino médio e muitos nem o ensino fundamental. Isto compromete a aprendizagem dos sujeitos e a deficiência de escolarização dificulta a formação política. Em que sentido, porém, acontece essa dificuldade?

Podemos chegar a essa resposta mediante as observações feitas, pois percebemos que grande parte dos envolvidos apresenta dificuldades de interpretação e

⁵² Grupo em formação/ação político-educativa no SINTIGRACE.

leitura, fato que interfere na compreensão dos textos selecionados - principalmente se levarmos em consideração o fato de que a base teórica (Marx) exige certo nível de letramento, ou seja, maior possibilidade de abstração teórica e entendimento interpretativo. Assim, antes de qualquer coisa, necessitam trabalhar aspectos educacionais de base, que possibilitem uma formação mais ampla e diversificada. Por consequência, a reivindicação de educação geral para os trabalhadores é de interesse da própria classe, pois são claras as lacunas deixadas pela formação de pouca qualidade direcionada a eles.

O acesso à cultura geral e à leitura dos conteúdos clássicos, partindo-se para a apropriação significativa do saber sistematizado, contribui fortemente para a formação plena do indivíduo. Assim, nos foi solicitada uma formação paralela, direcionada à leitura e interpretação de textos, em dias diferenciados aos encontros do grupo, para os trabalhadores com dificuldade de acompanhar o ritmo das leituras. A maioria dos sujeitos envolvidos aderiu à nova proposta e a nós coube aceitar o desafio, com a ciência da responsabilidade que nos foi conferida. Mencionada formação, caracterizando-se como uma tentativa de letramento, foi ministrada por nós durante seis meses em 2006, semanalmente, às quintas-feiras à noite, na sede do Sindicato.

Estes momentos nos aproximaram ainda mais do contexto sociocultural destes indivíduos. Percebemos o quanto foi deficitária a formação escolar recebida e como, no dia a dia, possuem pouco acesso a uma cultura letrada. Mesmo trabalhando com a impressão de livros, revistas e jornais, os trabalhadores investigados não possuem o hábito de leitura e exercem a função profissional de forma mecânica e alheia. Comentam que depois de serem convidados pelo Sindicato a participar do grupo de estudos é que perceberam como estão distantes da compreensão do material impresso/escrito fruto da atividade laboral que exercem.

É produtivo ressaltar, contudo, que a formação almejada por esses trabalhadores não se distancia da práxis, ou seja, eles não pretendem estudar a teoria pelo simples fato de obter conhecimento teórico. Pelo contrário, há um movimento em busca de esclarecimentos suscitados pela prática e que serão utilizados nela, no cotidiano; saberes que tornarão claro para o trabalhador, por exemplo, como acontece a extração da mais-valia, quais os objetivos da relação de produção capitalista, como se deram as conquistas trabalhistas ao longo da hegemonia do capital e qual o papel de transformação da classe trabalhadora diante de tudo isso:

Iniciamos atualmente um estudo básico sobre a legislação trabalhista, conhecer a CLT e outro sobre a história do movimento operário. Pra quê? Para que a gente possa ter o conhecimento da legislação e ver através da luta operária que ela não veio de graça, não caiu do céu. Vieram das lutas dos trabalhadores, através dos tempos. Depois vamos passar para a história do movimento operário no Brasil, observando as lutas, até chegarmos à questão da consciência de classe. (Fala de um dos trabalhadores em formação, 2008).

Os estudos buscam também fortalecer a consciência da necessidade de luta, seguindo o caminho da conscientização histórica e política dos trabalhadores, principalmente em face do momento atual.

Hoje a gente está vivendo um momento em que a luta de classes, em função do próprio desemprego, ela não está se dando assim tão arraigada, tão forte no dia-a-dia como em outros tempos. Estamos vivendo um desemprego muito forte, uma cultura do individualismo na sociedade. Então nesse tempo, o próprio Marx diz, a melhor coisa que você pode fazer é formar a classe trabalhadora para os embates que virão. (2008).

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores propiciam, além da formação política, um importante acesso à cultura geral, fato que permite a formação do que Gramsci (1989) intitula de uma *competência intelectual coletiva*; ou seja, nos debates e inúmeros estudos feitos, os trabalhadores envolvidos em um movimento de aprendizagem coletiva enriquecem com a partilha, entre si, de saberes, experiências e, sobretudo, no engajamento na luta por interesses da própria classe.

Têm-se a gradativa aquisição de conhecimentos e a indiscutível formação política, que contribui bastante com a elaboração de uma *consciência para si* e o então fomento da necessidade de luta por melhores condições para a classe trabalhadora, ou seja, engajamento político-ideológico. Isso porque, com essas leituras feitas ao longo dos encontros, uma sucessão de descobertas históricas desencadeia-se, partindo-se do princípio de que as conquistas sociais, até então alcançadas, foram fruto de muita luta e, principalmente, se originaram historicamente da organização das classes não hegemônicas.

Concluimos, assim, que há no SINTIGRACE uma ideia de educação que contrasta fortemente com aquela em voga nos espaços escolares. Nestes, a formação é tratada de forma que a prática social e as relações sociais sejam abstraídas como se

relação alguma tivessem com a escola. Ao contrário disto, a concepção que dirige a prática do grupo de trabalhadores em foco cinge-se à tese de que a educação é parte fundamental do conjunto das relações sociais, portanto, determinada por estas relações mais amplas, bem como constitui instrumento de manutenção ou de mudança da realidade social. Foi nesta perspectiva político-educativa que no SINTIGRACE, implementaram em 2009:

O Cine-Vídeo Cultural – Todo mês na sede do Sindicato, um filme diferente para despertar a consciência política dos trabalhadores

A secretaria de Formação do SINTIGRACE lança mais uma atividade pra ajudar aos trabalhadores na formação da consciência de classe. É o CINE-VÍDEO CULTURAL. Toda primeira segunda e quinta-feira do mês, às 18 horas, um filme político, cultural e de arte para os trabalhadores. E o primeiro é *Germinal*. No próximo dia 13 de agosto, às 18 horas. (VOZ DO GRÁFICO, JULHO DE 2009).

Compreendemos um potente papel desempenhado por esse Sindicato, experiência um pouco deslocada do sindicalismo atual, mas que nos toca ao que Marx e Engels (1968) consideravam preponderante às associações trabalhistas: o ato politizador. A necessidade de acesso à cultura ampla e à arte é elemento indiscutível aos operários gráficos, e a possibilidade de conciliar estes aspectos à politização é atitude ainda mais produtiva do ponto de vista da consciência/luta de classes no SINTIGRACE. Observamos mais uma atitude importante e desafiadora assumida pelo grupo de formação/ação política em estudo, porquanto muitos trabalhadores, depois de intensa jornada de trabalho, precisam de muita motivação para frequentar esta atividade política, cultural e artística.

Vale destacar, também, a escolha do primeiro filme – *Germinal* - obra marcante e emocionante que retrata o processo de organização e luta de operários em tempos de opressão e desumanidade, cenário que merece ser compreendido pelos trabalhadores contemporâneos. O intuito foi perceber como se deram as conquistas trabalhistas ao longo da história do movimento operário. Desta feita, os debates transcorridos após os filmes e as relações e ressignificações pertinentes ao tempo presente tornam esta aprendizagem significativa à luta de classes e à formação política.

Ainda sobre as narrativas do campo, vale ressaltar um aspecto que revela um desdobramento: no início de nossa investigação, contávamos com a existência de apenas um grupo de estudos aberto à comunidade, não se restringindo aos trabalhadores

gráficos. Configurou-se, contudo, um interesse diverso e foi iniciado o segundo grupo só para os gráficos, que demonstra características bastante peculiares⁵³.

Assim, as reuniões acontecem semanalmente, em dois momentos distintos: às terças-feiras, contando somente com trabalhadores gráficos do chão de fábrica, dirigentes sindicais e alguns integrantes da anteriormente mencionada organização de esquerda, que atua como suporte intelectual às discussões ocorridas. O segundo momento acontece aos domingos, assumindo um caráter mais eclético, uma vez que é composto por universitários, dirigentes sindicais, trabalhadores de outras categorias profissionais, trabalhadores rurais, como também trabalhadores gráficos e os mesmos mediadores citados no primeiro.

Importa notar que os dois grupos trabalham a mesma perspectiva teórica e parecem unir-se visando a objetivos semelhantes. Apesar de o primeiro se direcionar mais às questões sindicais da atualidade e aos embates do dia a dia dos gráficos, e de as discussões do segundo assumirem um caráter mais universal, detendo-se mais na discussão sobre Economia Política, Marxismo, Filosofia, Neoliberalismo, entre outros temas, os debates de ambos os grupos suscitam temáticas comuns relativas aos desafios e contradições enfrentados pelos trabalhadores no atual estágio do capitalismo.

Outro aspecto constatado é que os dois grupos contam com certo número de sujeitos fixos, que dificilmente se ausentam dos encontros, e uma parte móvel; ou seja, há certa quantidade de pessoas que só aparece esporadicamente, como um grupo de “curiosos” que vai a dois ou três encontros e não aparece mais, pois uns desistem e chegam outros novos. Percebemos, no entanto, que a forma como os grupos em estudo tratam o aspecto formativo desperta o interesse de outros indivíduos, apesar da quase-ausente divulgação dessa atividade. Este elemento nos remete à relevância de referidos estudos, que direcionam o indivíduo a uma melhor compreensão da realidade política e econômica de que são parte, como também contribuem indiscutivelmente para a elevação intelectual dos envolvidos na formação.

Estamos, pois, diante de dois grupos, vinculados a uma instituição sindical, que investe esforços no intuito de estudar elementos esclarecedores acerca da realidade objetiva da classe trabalhadora. A escolha por Marx como teórico bem elucidada os

⁵³ O grupo de estudos restrito aos trabalhadores gráficos também estuda Marx e Engels, mas revela interesses diferenciados: busca esclarecimentos acerca da CLT, dos movimentos e manifestações da categoria, das possibilidades de luta e enfrentamentos. Esse novo grupo parece aproximar-se ainda mais de um movimento que nos remete a um possível fortalecimento das lutas de classes, por meio da formação de “quadro para o movimento sindical”.

questionamentos transcorridos ao longo desse processo educativo. Com efeito, a apreensão do conhecimento assume um papel preponderante: (...) *a gente sempre se preocupou com essa coisa de criar condições para que o trabalhador adquira conhecimento, não é uma coisa fácil porque o pessoal não tem a prática da leitura.* (Fala de um dos mediadores do grupo, junho/2006).

Refletimos, então, sobre a necessidade de retomada da luta pela superação do estranhamento que, até nossos dias, acomete as classes não hegemônicas. A conscientização torna-se tarefa árdua em tempos de individualização e perda de conquistas. Sabe-se, todavia, que as classes menos favorecidas, gradativamente, erguem suas “vitórias”, embora vivenciem, de quando em quando, alguns “retrocessos”.

É nesse movimento contraditório que emerge a necessidade de (re)ocupação dos sindicatos e de outras organizações sociais que, mesmo sem romper radicalmente com as relações de produção capitalistas, buscam defender interesses contra-hegemônicos, amenizando os abismos sociais agudizados, neste caso, pela reestruturação produtiva contemporânea. Importa destacar o fato de que não estamos anunciando uma manifestação de apoio ao reformismo, pelo contrário, a intenção é observar possibilidades de subversão dentro da razão capitalista, analisando aspectos objetivos/subjetivos que delineiam essa pedagogia supostamente capaz de revolucionar os homens e, a partir deles, as coisas.

5.1 Trabalhador Gráfico: Reestruturação Produtiva e Precarização da Força de Trabalho

Consideramos importante observar/analisar, neste espaço da tese, os impactos recepcionados pelo meio gráfico no que se refere à reestruturação produtiva contemporânea e suas consequências para a precarização desta força de trabalho, haja o fato de que, se a Revolução Industrial, nos seus dois primeiros estádios massificou os trabalhadores, jogando-os aos milhares dentro das fábricas e, em contradição com o capital, davam-lhes as mínimas condições, de forma coletiva, para defenderem suas consignas como assalariados, a terceira (microeletrônica, robótica, informática, telecomunicações, novos materiais, novas formas de energia, de comunicação) é

utilizada para a desagregação, individualizando-os, por meio de nova estratégia do capital: flexibilização produtiva. Narra um dos trabalhadores (2008):

(...) outra questão é o sindicalismo aí, que para muita gente é utopia, já é coisa do passado, muita gente está dizendo por aí que discutir sindicalismo hoje é coisa do passado, é coisa do século XX (...), e a gente não acredita que seja, porque para nós isso é coisa dos patrões dizer que sindicato não presta, é coisa de enganar o trabalhador, que é enrolação que não tem mais futuro, que hoje é parceria, já pensou parceria entre capital e trabalho? É mesmo que lobo com as galinhas não é? Ou então raposa com galinha, aí não dá para ter parceria é um comendo o outro, então essa briga, a luta de classes não vai acabar nunca, enquanto houver capitalismo vai ter luta e a gente aqui vai está estrebuchando de qualquer jeito, não adianta ficar parado. (Trabalhador – Março de 2009).

Com arrimo nos trabalhadores, abre-se o debate sobre o combate ao sindicalismo e a qualquer organização de trabalhadores que se articule como resistência ou confronto às razões do capital. Não podemos aqui identificar aspectos há tempos anunciados por Marx? Em nossas análises, enquanto estivermos experimentando a sociabilidade capitalista, estaremos fortemente aptos à utilização da práxis marxista.

Isso porque há um movimento do paradigma contemporâneo, em busca da cooptação/convencimento das classes não hegemônicas, tornando-as mais individualizadas/estranhadas e, por conseguinte, fragmentando-as como classe, o que tem como forte aliado o desemprego estrutural. Ao dispor desta ferramenta, contudo, o capital, contraditoriamente, ameaça seus fundamentos: o assalariamento e a extração da mais-valia, aspecto fenomênico de crises cíclicas analisadas por Marx.

Em decorrência dessa lógica de reorganização produtiva, segundo dados cedidos pelo SINTIGRACE, importa anunciar que muitos dos profissionais gráficos, experienciando a automação, foram banidos do mercado de trabalho. Alguns conseguiram aposentar-se. Outros, mesmo experientes, porém julgados pelo sistema como “residual”, vivem na informalidade e estão (des)sindicalizados. Tem-se o resultado claro da revolução tecnológica a serviço do capital, desenhando um novo perfil para o setor gráfico que enfrenta o desemprego e a individualização. Por isto, o SINTIGRACE, para sobreviver, lança uma campanha de sindicalização:

**Fortalecimento do Sindicato
Campanha de Sindicalização terá continuidade**

A partir deste mês de maio nosso Sindicato dará continuidade à Campanha de Sindicalização.

O objetivo é fortalecer, política e financeiramente a entidade, visando tocar os projetos necessários à luta da nossa Categoria por melhores condições de vida e de trabalho.

Mas não é só isso: a Campanha de Sindicalização é mais um momento de conscientização da Categoria.

É durante a Campanha de Sindicalização, que os trabalhadores poderão saber como, através da organização, teremos condições de melhorar nossas condições de vida. E compreender que sozinhos não somos nada. Unidos poderemos ser alguém.

Para sermos fortes coletivamente, será necessário fortalecer o Sindicato.

Só se associar basta? Não!

É preciso, além de se associar, participar ativamente da vida política do Sindicato.

Somente através da participação e união conseguiremos alcançar nossos sonhos.

Piso salarial; Dia do Gráfico na convenção; redução da jornada de trabalho pra 40 horas semanais; Cesta básica, são apenas algumas das conquistas, que dependem diretamente da nossa união e participação na luta.

Por isso companheiros e companheiras, quando a Comissão de Sindicalização chegar na gráfica que você trabalha, receba com carinho e atenção os companheiros.

Não só isso.

Participe das discussões e dê opiniões de como melhorar nosso Sindicato. Como podemos melhorar a união da nossa Categoria. Como fazer para alcançar nossos objetivos. (VOZ DO GRÁFICO, maio de 2008).

Muitas empresas gráficas ameaçam de demissão os trabalhadores que tencionam sindicalizar-se ou que frequentam as atividades do SINTIGRACE. Com isso, por muitas vezes, quando visitam as gráficas, os sindicalistas não são bem recebidos e alguns trabalhadores fogem desse contato. Como lemos, a tentativa é mostrar que o Sindicato é um apoio e não um inimigo e que, mediante a luta sindical (organização/união dos trabalhadores), muitos “sonhos” podem ser realizados: cesta básica, campanha salarial, redução da jornada de trabalho etc. Diante do texto do jornal *Voz do Gráfico*, ainda encontramos a ênfase na necessidade de conscientização, formação política, luta e resistência operária, ao que concluímos em nossas observações ser um caminho/missão tortuoso(a) e obstaculizado(a) pela organização e resistência burguesa que se demonstra forte e preparada estrategicamente para esse embate classista.

Subordinados, assim, às normas do capitalismo, muitos dos trabalhadores gráficos que permanecem empregados estão submetidos à polivalência, a jornadas de

trabalho abusivas e salários reduzidos, numa forma notória de precarização laboral. Dessas experiências, o SINTIGRACE compreende a necessidade de (re)organização da categoria em ciclos de debates e estudos que desencadeiem uma práxis subversiva a essa ordem; haja vista o fato de que

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção. (BENJAMIN, 1994, p. 226).

Dados estes fatos, a modo de exemplo das transformações discutidas, analisamos a categoria trabalhista, alvo de nossa investigação, que sente os reflexos da reestruturação produtiva vivenciada nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI: os gráficos na cidade de Fortaleza – CE. Depoimentos de trabalhadores que vivenciaram as metamorfoses experimentadas pelo mundo do trabalho sob a óptica capitalista, contando também com dados cedidos pelo SINTIGRACE, explicitam os elementos encontrados. De acordo com os entrevistados, a partir da década de 1980, em Fortaleza, houve uma mudança gradativa na forma de produção gráfica, substituindo-se a composição a quente (linotipia) pela forma a frio (offset).

Esta substituição de maquinaria, embora tenha afirmado a modernização da forma de impressão, não ocorreu, simultaneamente, a uma especialização para o quadro de profissionais, aspecto que ocasionou desemprego nesses setores. O resultado é que as máquinas, tornadas obsoletas, foram sucateadas ou guardadas em galpões, sem uso. Como exemplo, o caso das linotipos e impressoras da Imprensa Oficial do Ceará, extinta em 1997, algumas das quais se encontram até hoje jogadas na calçada em frente ao prédio desocupado da referida entidade. Com elas, desapareceram as funções correlatas, reaparecendo, com um número reduzido de empregados, em um novo setor, que passou a ocupar o seu espaço na produção gráfica, por uma exigência do mercado automatizado: a computação.

Com efeito, percebemos, pelas narrativas do campo, que a nova ferramenta (o computador) extrapolou as atividades administrativas e desempenha hoje, de forma asséptica (ausência de insalubridade), funções gráficas como tipógrafo, linotipista, paginador, diagramador, artefinalista, desenhista, entre outras, sintetizando-as em apenas uma: editor eletrônico. Evidencia-se, então, o desemprego em sua forma estrutural. Outro aspecto apontado pelos trabalhadores foi o de que esse novo setor não

está isento, pelas exigências que lhes são peculiares, caracterizadas pela longa exposição dos trabalhadores a esforços repetitivos, de doenças ocupacionais, dentre elas, a DORT⁵⁴.

Com relevância, um dado colhido no Sindicato dos Gráficos em muito se relaciona à exigência dos padrões citados há pouco: no ano (2004), em Fortaleza, organizados pelo sindicato patronal, o UNIGRAFICA, empresários de gráficas de porte médio (de 30 a 90 empregados), montaram um projeto de qualificação em produção *offset* voltado para os jovens, num processo de reciclagem profissional. As exigências de admissão ao curso técnico na entidade formadora, no caso o SENAI-Ceará, apoiado pelos estágios de revezamento nas empresas, assim foram definidas pelo UNIGRAFICA:

Os impressores a serem formados na sistemática proposta devem ser pessoas com 18 anos ou mais, com formação de nível médio, dinâmicas e com os conhecimentos condizentes à sua formação. Devem ter acuidade visual e perfeita sensibilidade cromática. (Revista UNIGRAFICA, janeiro de 2004, ano II, nº 09).

Segundo depoimentos dos trabalhadores, o resultado não foi o esperado. Ocorreu uma série de desistências por parte dos cursistas, precisamente pelas condições de trabalho e propostas de salários oferecidas, originando, inclusive, situações conflituosas, esbarrando na Justiça Trabalhista. O importante a ressaltar, porém, é a motivação que levou o sindicato econômico⁵⁵ a adotar essa medida. Para os entrevistados, o objetivo era oxigenar o setor industrial sob vários aspectos: substituir trabalhadores antigos com salários altos, portadores de “vícios” profissionais e de adaptação difícil às novas exigências organizacionais.

Neste ritmo, as estatísticas da ABIGRAF - Associação Brasileira da Indústria Gráfica - apresentam dados que evidenciam o desemprego ocasionado nesse setor, em face da automação deste início de século XXI. Em 2002⁵⁶, no Brasil, por exemplo, havia 15.178 empresas gráficas e 195.899 trabalhadores. Em 2004, 15.516 empresas e 201.996 trabalhadores. Vale dizer, um crescimento numérico de 338 empresas e de 6.097 empregados. Em contrapartida, porém, em São Paulo, onde a

⁵⁴ Doença Ocupacional Relacionada ao Trabalho.

⁵⁵ Sindicato econômico é uma instituição sindical fundada e administrada pelos patrões, não defendendo, assim, os interesses dos trabalhadores.

⁵⁶ Remetemo-nos a esta data por ser significativa no processo de automação no setor gráfico, como também por situar-se na primeira década do século XXI, momento histórico em que concentramos as principais análises desta tese.

automação é mais intensa e a reestruturação produtiva é seguida à risca, o número de empresas caiu de 5.436 para 5.367 no mesmo período e o total de empregados reduziu de 90.129 para 83.480, ou seja, 6.649 novos desempregados.

No Ceará, de acordo com números fornecidos pelo Sindicato em estudo, no mesmo período, em 2002, havia 320 empresas e 3.180 trabalhadores. Em 2004, 377 empresas e 4.529 empregados. Este crescimento de 4.24% em relação à mão de obra, porém, não representou benefício aos trabalhadores locais atingidos pela mudança de padrões tecnológicos, mas sim aos imigrantes vindos de outras regiões brasileiras, dispostos a empregar-se com baixos salários. Pelos incentivos fiscais, denunciam os trabalhadores entrevistados e, patrocinados pelo Governo do Estado, surgiram de outras localidades, principalmente da região Sul, “plantas inteiras” (máquinas e trabalhadores) do setor de embalagens (produção gráfica), almejando baixos custos.

A própria ABIGRAF, analisando o quadro conjuntural em relação ao emprego, comparando 2004 com 2005, confirma:

Quando analisamos as empresas por porte, comparativamente ao ano anterior, verifica-se que a tendência de redução de quadro de pessoal ampliou-se mais significativamente nas empresas de maior porte, ou seja, empresas acima de cinquenta empregados. (www.abigraf.org.br).

De acordo com os dirigentes sindicais entrevistados, a reestruturação produtiva também afetou, consideravelmente, o comportamento do movimento sindical, fato que nos remete às explanações de Antunes (2003) e Perry Anderson (1995). As contradições de classe foram postas de lado. A prioridade eleita pelas centrais sindicais, principalmente pela Central Única dos Trabalhadores, afirmam os sindicalistas, foi a da parceria, da colaboração de classes, em nome do equilíbrio, da proteção à economia nacional, numa suposta preservação do emprego. Denuncia um deles:

Não foi sem causa, que surgiram as câmaras setoriais, o banco de horas, as comissões de conciliação prévia, etc. A idéia, era a garantia do emprego, que de fato não aconteceu. Inúmeros acordos foram quebrados. Ao aceitar simplesmente a política de negociação, o movimento sindical perdeu a sua força, de proteção e defesa da classe trabalhadora. Passou a negociar perdas, deixando-se cooptar, aceitando as novas regras do jogo neoliberal. (PRESIDENTE do SINTIGRACE, em 2006).

Percebe-se, por fim, que o setor trabalhista analisado (gráficos) vivencia o contexto concreto de precarização e desregulamentação social idealizado por F. Hayek

(1990). O banco de horas, por exemplo, substituí, em alguns casos, férias remuneradas e pagamento de horas extras. As comissões de conciliação prévia, em sua maioria cooptadas, convencem os trabalhadores a abrir mão de direitos. Como observamos em análises conclusivas, o neoliberalismo fincou raízes no Brasil. Basta particularizar cada categoria laboral para perceber o viés desse programa, que viabiliza a identificação de tais preceitos antissociais. Com efeito, por meio dos depoimentos coletados, podemos constatar que muitos gráficos perderam, não só o emprego, mas também a função produtiva, em virtude da automação a serviço do capital e vivem na informalidade ou na miséria.

5.2. O Esfacelamento do Valor de Uso das Mercadorias

(...) em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que leva a subverter deliberadamente sua qualidade.
(ANTUNES, 2003, p. 51).

A fim de observar, em sua totalidade, o contexto do nosso objeto de estudo, faremos aqui e nos próximos tópicos deste capítulo uma análise das transformações do mundo do trabalho em tese. Estes fundamentos teóricos trazem uma compreensão mais ampla e complexa da necessidade de emergência das categorias deste estudo: consciência/luta de classe, resistência/organização operária, princípios marxistas e formação humana.

Cabe, portanto, rememorar o fato de que, desde o fim dos anos 1970, seguindo o ideário neoliberal, o mundo capitalista ocidental implementa e adapta as técnicas toyotistas⁵⁷ em suas empresas. Isto porque, se tratava de uma avançada prática de reestruturação produtiva, em resposta à superação do modo de produção em massa estadunidense. Outro ponto relevante foi o notório desenvolvimento econômico japonês baseado no Sistema Toyota de Produção, mesmo depois de enfrentar sérios problemas sociais e financeiros com o segundo pós-guerra.

⁵⁷ Tais técnicas podem ser observadas no meio gráfico com a chegada de novas máquinas (fim do século XX e início do século XXI) e o processo de reorganização do trabalho nas empresas gráficas que reestruturaram as funções laborais e “enxugaram” a mão de obra; como também, submeteram o quadro efetivo à polivalência e à terceirização: características da flexibilização produtiva - toyotismo.

Como consequência da crise fordista, muitas foram as empresas dos Estados Unidos que depararam o desequilíbrio econômico, a exemplo do que aconteceu com uma de suas principais indústrias automobilísticas, a General Motors⁵⁸. Nessa conjuntura, as empresas japonesas invadiram o mercado dos Estados Unidos e, naquele momento, foi esse país que precisou abrir espaço à utilização das técnicas orientais em suas indústrias. É produtivo ressaltar que as dificuldades nos âmbitos produtivos não foram “privilégio” dos empresários ianques, pois todo o Ocidente foi atingido.

Essa abertura ao toyotismo, como forma de enfrentamento à crise de superprodução, implicou radicais mudanças no modo de produzir do Ocidente, precisando da aderência à acumulação flexível japonesa. Foram, por exemplo, introduzidos os *Círculos de Qualidade*, com suporte nos quais, seguindo os interesses do capital, os trabalhadores passaram a ser estimulados à formação de grupos para discussão e avaliação do desempenho de suas atividades, no intuito de aprimorá-las, desde a chamada *gestão participativa*.

Essa foi uma forma, não utilizada no fordismo, de apropriar-se da subjetividade⁵⁹ dos indivíduos em serviço, intensificando o trabalho, expandindo as forças produtivas e criando obstáculos para fomentar a consciência de classe. Isso porque significativa parte dos trabalhadores, como ocorre no meio gráfico, se convence de que está sendo mais valorizada, agora que “participa das decisões” e, sobretudo, começa a sentir-se cúmplice do processo e, supostamente, menos explorada.

Outras transformações ocorreram no âmbito da produção: foi implementado o trabalho em equipe somado à prática multifuncional; articularam-se os princípios do *just in time*⁶⁰ e do sistema *kanban*⁶¹, no intuito de alcançar taxas mínimas de estoque; utilizou-se alta tecnologia com a automatização da maquinaria; e expandiu-se a terceirização dos serviços, precarizando a força de trabalho, ao que observamos, na

⁵⁸ Em meados dos anos 1970, a General Motors enfrentou sérios problemas financeiros, ocasionados pela crise da superprodução fordista/taylorista, principalmente em sua fábrica em Detroit, precisando investir altos custos em tecnologia e na implementação do toyotismo.

⁵⁹ Esta categoria pôde ser discutida nesta tese a partir dos trabalhadores gráficos: estão resistentes à sindicalização, têm se afastado da luta de classes e introjetado os valores burgueses etc. Parte se deu em virtude da nova forma de organização do trabalho e do processo de cooptação das lideranças.

⁶⁰ Termo utilizado para nomear um dos pilares do Sistema Toyota de Produção, significando “...que, em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessários e somente na quantidade necessária. Uma empresa que estabeleça esse fluxo integralmente pode chegar ao estoque zero” (OHNO, 1997, p. 26).

⁶¹ Instrumento operacional do Sistema Toyota de Produção, é uma espécie de etiqueta utilizada para o manuseio e a garantia da total eliminação de desperdício na produção. A utilização dessa ferramenta possibilita ao operador saber exatamente o que é necessário produzir, sem que haja excessos na produção e consequente prejuízo.

reestruturação produtiva à moda cearense, a partir de depoimentos/denúncias do jornal *Voz do Gráfico*, por exemplo, encontrados nesta tese em seu segundo capítulo. Inaugurou-se, então, um receituário diferenciado, aperfeiçoando a extração da mais-valia.

Dentre os inúmeros reajustes citados anteriormente nesta tese, um elemento merece ser francamente esclarecido - a manutenção da “qualidade total” nos processos produtivos. Considerado por Antunes (2003) como o “aperfeiçoamento do supérfluo”, tal aspecto tem, na prática, pouca relação com a semântica proposta pela expressão. Nessa perspectiva, um dos objetivos foi reduzir o tempo de vida útil das mercadorias, para garantir a rotatividade do consumo. O consumidor depara um mercado onde é cultuado o caráter descartável dos produtos.

A produção da empresa moderna e enxuta é voltada ao esfacelamento do valor de uso das mercadorias, para garantir e expandir seu valor de troca; e, além de tudo - é claro - diminuir os custos, investindo menos na qualidade do material utilizado. Instala-se a lógica destrutiva do capital, implementando a expansão de seus lucros. Conclui Antunes:

Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para durabilidade [...] (2003, p 51).

Temos a corrida em busca da boa aparência, pois, na verdade, essa articulação não pode ser assim tão explícita. Os produtos devem aparentar qualidade, e as empresas não de “garantir” a durabilidade. Isso tudo estimula imensamente a competitividade e o poder de persuasão dos empresários, apoiados na completa liberdade de mercado. Essa tendência depreciativa do tempo de uso das mercadorias estimula também o processo de inovação dos produtos. Para driblar a concorrência, é necessário apresentar “novidades” aos consumidores, modelos mais e mais avançados. Mesmo mudando apenas detalhes, os objetos de consumo devem se mostrar mais atraentes e tecnologicamente mais avançados.

Toda essa perda do valor de uso dos produtos agrava o crítico quadro de desumanização da sociedade. Os indivíduos, levados pelo consumismo exacerbado, “coisificam-se” e, ludibriados pelo caráter fetichista das mercadorias, destituem seus valores humanos em troca de expressões puramente mercantis. Desta feita, tudo se

transforma em mercadoria e esta passa a valer mais do que os próprios homens. Assim, alertou Karl Marx:

As pessoas, aqui, só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, de donos de mercadorias. [...] os papéis econômicos desempenhados pelas pessoas constituem apenas personificação das relações econômicas que elas representam, ao se confrontarem. (1890, p.95).

Evidencia-se, pois, mais uma estratégia do mercado que busca freneticamente o restabelecimento dos lucros e, com ele, a troca de valores humanos por valores puramente comerciais, fato que muito compromete a ação dos trabalhadores uma vez que estes, em virtude das atuais relações de trabalho, são atingidos tanto em dimensão objetiva quanto subjetiva. Em outras palavras, a classe trabalhadora, os trabalhadores gráficos em *locus* de análise, como o observado neste capítulo com dados da própria ABIGRAF (em 2002, 2004 e 2005), vivenciam, desde o final do século XX, e, de modo mais intenso no início do século XXI, um momento crítico e singular: perdem centralidade no ato de produzir e são submetidos a um movimento que combina repressão e cooptação, havendo um aprimoramento das estratégias de extração de mais-valia. Os sindicatos são, assim, fortemente atacados e as lutas de classe entram em franco declínio.

Estas práticas subordinam ainda mais os trabalhadores ao universo capitalista, pois a articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico, como aprofundaremos no tópico seguinte, ocasiona drásticas mudanças para a organização dos trabalhadores na qualidade de classe, anunciando, segundo Antunes (1995), uma ressignificação do papel da classe trabalhadora, aspecto que se contrapõe ao modelo combativo dos anos 1960/1970. Há, por conseguinte, nessas novas formas de organizar e gerir a produção, uma evidente tendência a desarticulação da autonomia e à coesão dos trabalhadores. No discurso da acumulação flexível, porém, argumenta-se, contraditoriamente, sobre a eficácia da *gestão participativa* e da *horizontalização dos processos de trabalho*.

Por esse prisma, a fragmentação e a individualização dos trabalhadores, somadas à automação e ao modelo de empresa “enxuta” da contemporaneidade, constituem solo fértil para a intensificação do trabalho estranhado e das relações de

exploração. Tais fatos dificultam ainda mais a ação dos sindicatos, uma vez que fomentam um controle maior do capital sobre a força de trabalho, desfavorecendo, conseqüentemente, as vitórias trabalhistas.

5.3. A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DIRETA DO TRABALHADOR NA PRODUÇÃO EM DETRIMENTO DA AUTOMAÇÃO

Mesmo o dilúvio
 Não durou eternamente.
 Veio o momento em que
 As águas negras baixaram.
 Sim, mas quão poucos
 Sobreviveram!
 (Bertold Brecht)

Sabe-se que a forma clássica das relações capitalistas apresenta um caráter cíclico para atender à expansão das forças produtivas, sendo marcada por momentos de rupturas e continuidades. Com amparo nos quais o *velho* e o *novo* se confrontam em um movimento contraditório e dialético.

As crises cíclicas rompem com formas ultrapassadas da acumulação de riqueza, mas não perdem o vínculo com os princípios essenciais de exploração do homem pelo homem. Nessa virada de século, no entanto, o que temos não é mais um ponto de desequilíbrio corriqueiro, pois nunca foram presenciados tantos esgotamentos e decadências. As mudanças assumem um perfil de descontrole nos mais diversos âmbitos sociais. Denuncia Kurz (2004):

Vivemos hoje uma situação muito estranha. Nunca na história da modernização – nos últimos duzentos, trezentos anos – deu-se a situação de uma crise social mundial que erigisse um tal potencial de devastação ecológica e alcançasse tanta destruição e abandono cultural até a tendência em direção a uma nova barbárie. (P.11).

A classe trabalhadora é objeto atualmente do cruel impacto dessa devastadora fase do capital. O fato é que, de acordo com Antunes (1995) e Harvey (1992), não se trata mais de um movimento essencialmente cíclico, pois as estruturas sociais estão profundamente abaladas. O quadro contemporâneo de expansão do

capitalismo é acometido por problemas como o desemprego estrutural em massa, e não mais uma falta de emprego ocasional, de recuperação da conjuntura. O número de desempregados, entre avanços e retrocessos⁶², aumentou em uma perspectiva puramente capitalista e começa a tornar-se irreversível⁶³.

Cabe destacar o fato de que Marx (1890) considerava o desemprego como um “exército industrial de reserva”, isso porque, no momento histórico vivenciado pelo referido autor, os trabalhadores sem emprego ficavam à espera de uma reabsorção do mercado quando este retomasse o processo de valorização do capital. Esse movimento, todavia, parece ter sido substituído por um modo de produção que, implementando altos índices de tecnologia, sobrevive com um número mínimo de empregados.

Percebe-se, pois, que, de ciclo para ciclo, com o desenvolvimento tecnológico a serviço do capital, o desemprego foi-se tornando “natural” e crescente perante as relações capitalistas, mesmo quando os índices apontam para o aumento da geração de emprego em períodos curtos de crescimento econômico. Como já mencionamos com dados do Governo Lula (até 2010), há uma constante e considerável quantidade de trabalhadores que não volta ao mercado de trabalho⁶⁴. O homem (o trabalho vivo) perde paulatinamente a centralidade nos processos de trabalho, enquanto as máquinas⁶⁵, “inteligentes”, passam a ser o centro do ato laborativo.

A racionalização organizacional do sistema empresarial contemporâneo, imposta pela reestruturação produtiva mundial, elimina preponderantemente a força de trabalho, incidindo no aumento da produtividade de tal forma que ultrapassa, segundo Kurz (2004), a capacidade de absorção de trabalho vivo pelo capital em sua valorização. Isto é o contrário do que acontecia nas crises anteriores, em que, com a retomada do crescimento econômico o trabalhador sem emprego, em um número considerável, era (re)absorvido pelo mercado em tempos de recuperação de produtividade.

⁶² De tempos em tempos, esses índices variam diante do próprio movimento de crescimento e crises do capitalismo.

⁶³ A título de exemplo, podemos citar o assustador aumento/descontrole do crime no Brasil e a guerra civil vivenciada neste final de ano de 2010, no Estado do Rio de Janeiro. Isto porque não podemos simplesmente considerar que a criminalidade aumentou porque os brasileiros preferem o crime à estabilidade de um emprego bem remunerado.

⁶⁴ Aspecto que observamos com clareza no meio gráfico: tivemos acesso a vários trabalhadores desempregados, que tiveram, por exemplo, que voltar para o campo como opção de sobrevivência. A maioria deles há pelos menos uma década não conseguiu voltar ao mercado de trabalho.

⁶⁵ Importa ressaltar que somos a favor dos avanços tecnológicos, contudo, defendemos a ideia de que os benefícios proporcionados por eles devem ser direcionados a todos e não a uma minoria.

Essa outra fase capitalista, inaugurada ao final da década de 1970, consolidou a dissolução das fronteiras nacionais e projetou para âmbitos internacionais as novas investidas do capital, sendo, portanto, considerada a era da “globalização” dos mercados e da ascensão do capital financeiro, mas convencionalmente intitulada de “a mundialização do capital”. Esse avanço das forças produtivas, como já discutimos, aconteceu vinculado ao desenvolvimento da informática e à utilização de novas fontes de energia, acoplando-se a uma geração de máquinas que incorporam a microeletrônica e a robótica, fatores básicos para um funcionamento versátil e flexível. Acrescenta Chesnais:

[...] o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. (1996, p.14).

Esse “progresso social” parece estar longe de ser atingido e certamente não constitui elemento integrante do receituário neoliberal. A degradação social espalha-se pelo centro do capitalismo, não sendo mais característica específica da periferia do capital⁶⁶. Não se trata apenas da desregulamentação da previdência social e do consequente desamparo da classe trabalhadora; e não se restringe ao desemprego estrutural e à informalidade dos serviços, pois aumenta em profundidade a desigualdade social, trocando-se o “exército industrial de reserva” por uma massificação de grupos completamente excluídos do processo produtivo.

Tais agrupamentos sociais vivem abaixo da linha de miséria, evidenciando um paradoxo inevitável: o desenvolvimento tecnológico não reflete bem-estar social, pelo contrário, ao longo da história, quando utilizado sob a razão do capital, é marco para o aprimoramento da exclusão social. Isto se configura de tal forma patente que o capitalismo, ao atingir a expressão máxima das suas forças produtivas, conseguindo prover alimentos em abundância, dissemina a fome em amplo contexto. Os desprovidos de riquezas materiais pagam altos custos pelo conforto da sociedade contemporânea.

A era da acumulação flexível massacra também os que estão empregados, transferindo-lhes os riscos e as responsabilidades da produção, reduzindo drasticamente, em contrapartida, os direitos trabalhistas. Os indivíduos flexibilizados afastam-se da

⁶⁶ A exemplo da convulsão social vivenciada pela Europa em 2010.

articulação dos movimentos sindicais que poderiam alimentar as lutas de classes e constituir forma de resistência ao capitalismo. Dessa maneira, aqueles que vivem do trabalho assumem posições isoladas, enfraquecendo-se diante da hegemonia capitalista. Conclui Kurz (2004):

Mas empregados manhosos e sem coesão social, que só sabem lograr seus superiores, os clientes e seus demais colegas, tornam-se também contraproducentes para a empresa. Com a total flexibilização o capitalismo não soluciona sua crise, antes a conduz ao absurdo e demonstra que só é capaz de suscitar forças auto destrutivas. (P. 211).

Caso o capital financeiro não freie sua articulação excludente, o mundo gradativamente atingirá o colapso social, a exemplo da última crise enfrentada pela Argentina, como adiantamos alhures, onde parte da população teve que passar por sérias privações para satisfazer as imposições dos credores. Tal precedente é a consequência concreta do suposto apogeu capitalista, que beneficia de forma incontida um grupo cada vez mais restrito de pessoas. A sociedade caminha, assim, para os extremos do individualismo, disputando de forma praticamente selvagem as poucas “oportunidades” e escassas “conquistas” do dia a dia. O consumismo e a necessidade de assumir valores puramente materiais tornam o homem visivelmente afastado de seu papel político e histórico de transformador da realidade social.

A “nova” configuração do capitalismo, que tem como eixo central o fortalecimento da liberdade de mercado, conduz a uma espécie de retrocesso social. Desenvolve-se uma legislação trabalhista decadente e flexibilizadora dos direitos sociais, privatiza-se praticamente tudo o que era de controle estatal e o sindicalismo assume posição de “inimigo central do neoliberalismo” (ANTUNES, 2003). O intuito é intensificar a relação de poder entre o Estado neoliberal e a classe trabalhadora, que passa a migrar para o desemprego estrutural.

Tem-se, com efeito, a constituição de “novos” agrupamentos sociais, o grupo dos excluídos, dos completamente desprovidos de meios para a sobrevivência. Estes se articulam para a luta como o Movimento dos Sem Terra e dos Sem Teto no Brasil ou vagam pelas ruas catando lixo, mendigando água e comida, encaminhando-se à violência urbana. É relevante apontar, contudo, que alguns trabalhadores buscam formas alternativas de resistência, procurando um movimento de reorganização e mesmo de retomada das lutas de classes, o que Antunes (2006) considera como “formas

contemporâneas de confrontação entre o capital social total e a totalidade do trabalho”. (p. 37). A esse respeito, ainda complementa o autor:

Podemos exemplificar isso com a explosão social dos negros em Los Angeles em 1992, a rebelião de Chiapas no México, a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil. Ou com as inúmeras greves ampliadas dos trabalhadores, como as dos empregados das empresas públicas na França, em novembro/dezembro de 1995, a longa greve dos trabalhadores portuários em Liverpool, que durou quase três anos, de 1995 a 1998, ou a greve de cerca de 2 milhões de metalúrgicos na Coréia do Sul, em 1997, contra a precarização e a flexibilização do Trabalho [...]. (2005, p.38).

É importante, por isso, destacar o fato de que seria ingênuo ou mesmo superficial considerar que, mesmo diante de fortes ataques e de um complexo quadro de fragmentação, a classe trabalhadora não manifestasse formas de resistência ao sistema opressor. Estaríamos, de tal modo, presos ao caráter puramente fenomenológico das transformações em curso no mundo do trabalho, prendendo-se apenas às aparências dos fenômenos, sem ir-lhes além, no intuito de contemplar as várias formas de suas dimensões, contradições e conseqüências.

De tal maneira, cabe ainda destacar que, com a expulsão dos trabalhadores do mercado formal, muitos destes se associaram em grupos de desempregados e fizeram piquetes na Argentina (início do século XXI), por exemplo, tornando-se agentes expressivos para as últimas transformações sociais, que quebram paradigmas do neoliberalismo naquele país; como também os movimentos indígenas que dão suporte aos governos anti-imperialistas da Bolívia, do Equador e da Venezuela (entre outros), com participação efetiva das camadas populares anteriormente excluídas do processo político conservador, exigem reforma agrária, nacionalização de seus recursos naturais, reestatização de empresas privatizadas etc. Entre outras manifestações em curso, podemos claramente perceber algumas formas de resistência *daqueles-que-vivem-do-trabalho* diante das recentes investidas do capital.

É nessa perspectiva de análise que compreendemos o grupo de formação política do Sindicato dos Gráficos no Ceará, o qual também busca opções de resistência ao modelo social vigente, pois, com base em suas discussões teóricas, passam a fundamentar suas ações, participando conscientemente de greves e manifestações em

sua categoria, como também aderem a lutas de outras categorias trabalhistas que lhes pedem apoio, como é o caso do Sindicato das Confeções do Ceará, dos Vigilantes, da Construção Civil, entre outros.

Tais trabalhadores, por conseguinte, não se restringem ao plano teórico, não se fecham em discussões meramente burocráticas. Como presenciamos, nossos sujeitos de investigação (em maioria) participam ativamente de embates sociais, ou seja, de acontecimentos políticos concretos, como, mais recentemente: greve dos trabalhadores do Jornal Tribuna do Ceará, que ocorreu em 2001⁶⁷, em Fortaleza; greve da GRAFISA – Gráfica Industrial S.A. (2006); implantação do CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas, Central Sindical, que nasceu após a cooptação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, pelo governo petista, em maio de 2006, no Congresso de Formação de Trabalhadores CONAT, manifestações/greves diversas nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, dentre outros movimentos.

Apresentamos então, em remate, um movimento que se aproxima do que Gramsci (1989) considera como síntese entre teoria e prática, fato que o autor italiano atribui como relevante para formar uma consciência revolucionária. Ou, nas próprias palavras de Marx (1998), os trabalhadores em estudo participam das *lutas de classes*, na busca do equilíbrio das leis salariais, funcionando como ambiente de formação da consciência de classe.

⁶⁷ Destacamos a participação nesta greve, por ter sido uma importante conquista da categoria e ter rendido muita opressão e confronto com a polícia e os patrões.

5.4 A Acumulação Flexível⁶⁸ e as Possibilidades de Organização/Associação dos Trabalhadores

A racionalização do processo produtivo,
Dotada de forte disciplinamento da força de trabalho
E impulsionada pela necessidade de implantar
Formas de capital e de trabalho intensivo,
Caracterizou a via toyotista de desenvolvimento
Do capitalismo monopolista no Japão e seu processo
De *liofilização* organizacional e do trabalho.
(ANTUNES, 2003, p. 55)

Em retorno a nossa análise de contextualização sócioeconômica e histórica do mundo do trabalho em pauta, nos deteremos mais um pouco na compreensão do que é a atual (entre rupturas, continuidades e adaptações nacionais) forma de produzir e extrair mais-valia do capitalismo contemporâneo. Essa forma de produzir, nascida da necessidade de sobreviver ao momento crítico vivenciado pelo segundo pós-guerra (1945), teve como objetivo central a total eliminação de desperdícios e, assim, pretendia chegar ao estoque mínimo, facilitando a convivência com o crescimento econômico lento.

Após a derrota na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 15 de agosto de 1945, o Japão enfrentou grandes problemas, tanto sociais quanto econômicos. Além de o confronto por si só já ter trazido perdas irreparáveis, os japoneses vivenciaram um pós-guerra particularmente diferenciado. Isso porque foram incisivamente atacados pelos Estados Unidos, vivenciando a eclosão de bombas atômicas dentro de seu território. Tal fato causou destruição em massa, em números humanos e financeiros, e o crescimento econômico atingiu índice zero em desenvolvimento.

Mesmo assim, lentamente, como que juntando os destroços, os japoneses tentaram se reerguer. E uma das principais metas era alcançar os Estados Unidos - caso contrário, a indústria desse país não sobreviveria. A saída era produzir e voltar ao mercado. Assim foi procedido, e, quase no final de 1955, a economia do Japão entrou em um período de notório crescimento, expandindo sensivelmente sua economia. Afirma Taiichi Ohno, o criador do “just in time”:

⁶⁸ O Modo De Produção Japonês (Toyotismo).

Assim que o Japão entrou no período de alto crescimento e corajosamente duplicou sua renda, os empresários japoneses pareciam perder de vista os meios japoneses tradicionais. Eles perderam a visão de uma economia exclusiva das empresas japonesas, e também da própria sociedade. Esta ‘perda de vista’ deu-se devido à aceitação do sistema americano de produção em massa e a crescente tendência pública de considerar o consumo uma virtude. (1997, p. 121).

Nesse período de alto crescimento, a produção beneficiava-se com a exacerbação do consumo. Tudo quanto se produzia era vendido. Os produtos estadunidenses inundaram o Japão, esportes competitivos de equipe foram “importados” e representavam a difusão da cultura ocidental naquele território. A indústria automobilística foi implementada com máquinas de produção em massa de grande desempenho, demonstrando inegável eficiência. A robótica e a automação entusiasmavam os detentores das forças produtivas. Os japoneses buscavam, contudo, técnicas genuinamente criadas por eles e correspondentes aos seus padrões culturais. Ora, é indiscutível que o Japão não pretendia se submeter aos padrões da cultura dos EUA e assim estabeleciam internamente um modo de produção próprio.

Seguindo esse preceito, em 1962, na indústria automobilística da Toyota, foi adotado o *Kanban* e junto a este instrumento operacional técnicas de aprimoramento produtivo foram surgindo no intuito de produzir com a eliminação total dos desperdícios. Tem-se o advento de uma maneira japonesa de administração que começa a oferecer resultado.

Esse período de glorioso crescimento, no entanto, não durou muito tempo. A crise do petróleo⁶⁹, no outono de 1973, ocasionou radicais mudanças para a economia japonesa. Não somente essa nação foi afetada, como também inúmeras foram as empresas e sociedades de âmbito mundial que sofreram o impacto da crise petrolífera, uma vez que o petróleo incidia diretamente nas transações comerciais de importação e exportação, sobretudo o Japão que pouco possui de matéria-prima. Por conseguinte, a economia japonesa, como tantas outras, enfrentou baixíssimos níveis de crescimento.

Todavia,

⁶⁹ Surgiu do boicote à venda de petróleo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), principalmente aos seus integrantes árabes. Tal restrição foi ocasionada por divergências entre a liga árabe e países que integravam o eixo de influência dos EUA, resultando na proposital queda abrupta da produção petrolífera do Oriente Médio e, conseqüentemente, no aumento exacerbado do preço do barril de óleo cru no mercado internacional.

[...] na Toyota Motor Company, embora os lucros tenham diminuído ganhos maiores do que os de outras empresas foram mantidos em 1975, 1976 e 1977. A diferença cada vez maior entre ela e outras companhias fez com que as pessoas perguntassem sobre o que estaria acontecendo na Toyota.” (OHNO, 1997, p.23).

É exatamente na crise do petróleo que o Sistema Toyota de Produção começa a mostrar a diferença, constituído por técnicas de essência puramente japonesa, pois na Toyota já se trabalhava com instrumentos de “enxugar” custos e eliminar desperdícios de forma radical, sendo, assim, mais resistente aos momentos de baixo crescimento financeiro. Referido modelo produtivo originou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, mas só se tornou centro de atenção na primeira crise petrolífera.

Isso porque a emergência econômica ensejou a necessidade de adotar esse modo genuinamente japonês de produzir em pequenas quantidades de muitas variedades, a baixo custo. Desta feita, o Japão, gradativamente, se afasta do modo de produção estadunidense, implementando os próprios instrumentos. A respeito desta característica capitalista de promover guerras e instabilidades/crises sociais para implementar seu campo de ação e exploração, reflete Gramsci:

As guerras foram feitas para o comércio, não para a civilização: os ingleses bombardearam inúmeras cidades da China porque os chineses não queriam saber de seu ópio. Nada a ver com a civilização! E russos e japoneses se massacraram para controlar o comércio da Coréia e da Mandchúria. A substância dos súditos é dilapidada, retira-se deles toda personalidade. (2004, p. 44).

É relevante destacar o fato de que, antes da crise do petróleo, os japoneses não haviam parado para observar o “novo modo de produção” que surgia e se desenvolvia no interior da Toyota. Para tanto, modificaram, gradativamente, a forma de gerir o processo produtivo, adotando como elementos centrais o *just-in-time* (o melhor aproveitamento possível do tempo de produção) e a *autonomação*, ou seja, a automação com um toque humano. Pode-se dizer que é uma transferência de inteligência às máquinas, que, além de elevado desempenho, são capazes de identificar problemas.

Tal medida tecnológica diminui sensivelmente o número de produtos com defeito, contribuindo para a erradicação dos desperdícios. Acrescentam-se às máquinas dispositivos ativados ao se depararem com qualquer situação que possa ocasionar danos à produção. Isto eliminou passo a passo cada excesso de produção, bem como muitos

dos trabalhadores que, ante essa nova forma de expansão das forças produtivas, como vimos no meio dos gráficos diante da informatização⁷⁰, perderam em grande parte a funcionalidade nas atividades laborais: “Como resultado, um trabalhador pode atender diversas máquinas, tornando possível reduzir o número de operadores e aumentar a eficiência da produção”. (OHNO, 1997, p. 28).

No caso do trabalho gráfico, grande parte de seus profissionais foi substituída por máquinas informatizadas que imprimem, produzem e reproduzem material impresso com o mínimo de trabalho humano. O aspecto criticado nesse debate é o **desemprego** que esta implementação tecnológica ocasiona diante de relações capitalistas, visto que em um modelo socialista de sociedade esta ação científica geraria mais conforto e bem-estar aos trabalhadores e não desamparo e miséria.

Sob essa perspectiva produtiva, referenciada em uma empresa “enxuta” e apoiada em avançados meios tecnológicos, o modo ianque de produção em massa foi sendo gradativamente substituído no Japão, uma vez que o mercado não mais estava respondendo à compra de tudo o quanto era produzido. O trabalho e o trabalhador assumiram, gradativamente, um caráter flexível, superando a rigidez da fabricação em larga escala, sem, no entanto, se desvincular da intensificação do ato laborativo, haja vista o aumento da responsabilidade e do teor das atividades do operário que precisava produzir mais, operando um número maior de máquinas no menor espaço de tempo possível. Contribui Antunes (2003):

[...] tem sido possível constatar exemplos crescentes de intensificação do trabalho onde o sistema just in time é implantado. [...] a ‘nova ortodoxia’, baseada na idéia de que as mudanças técnicas estão forçando os empregadores ao estabelecimento de um relacionamento mais cooperativo com o trabalho, está sendo revista pelas novas pesquisas que mostram tendências diferenciadas. (P.49).

Em meados dos anos 1970, seguindo a necessidade de superar o contexto crítico do padrão de acumulação taylorista/fordista, expresso como uma crise estrutural do capital – que se estende até os dias atuais - a era da acumulação flexível implementada pelo chamado toyotismo chegou também ao Ocidente, conquistando os países centrais do capitalismo. O capital, para se recuperar dos “ganhos sociais” proporcionados pelo *keynesianismo*, repondo seu projeto de dominação hegemônica, inaugurou um complexo processo de reestruturação produtiva. Nesse preceito, como já

⁷⁰ Como ressaltamos no início deste capítulo, com a informatização dos serviços gráficos, algumas funções laborais deixaram de existir, como o linotipista, o paginador, o colecionador etc.

vimos, abandonou-se o Estado de Bem-Estar Social⁷¹ e instalou-se o Estado mínimo, elegendo o mercado como regulador social, respondendo a uma política neoliberal.

O declínio da produção em larga escala, então, atingiu âmbitos mundiais, necessitando de um aprimoramento das forças produtivas. O mercado passou a exigir, por conseguinte, maior variação de produtos, sendo necessário produzir menores quantidades de grandes variedades, processo que já era implementado na Toyota desde 1945. A industrialização teve que se adaptar às novas demandas do mercado consumidor, que se tornava mais exigente e competitivo.

É imperativo realçar, no entanto, que, mesmo com as inúmeras transformações operadas pela forma flexível de acumulação do capital, a produção não perdeu seu caráter essencial capitalista. Pelo contrário, as mudanças são o reflexo da necessidade incontida do capital de expandir-se. Sendo assim, exige-se cada vez mais da classe trabalhadora, que passa proporcionalmente a valer menos para o estrato dominante.

Temos o advento do “discurso de exigência” de um trabalhador, mais qualificado, mais participativo, multifuncional e dotado de maiores responsabilidades, pronto a servir à nova empreitada do capital. Com a divisão dos mercados, porém, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica, a força de trabalho enfrenta o desemprego e a falta de amparo social.

Cabe esclarecer que essa qualificação profissional sugerida pela acumulação flexível não visa à formação cultural e crítica do trabalhador. Nada mais é do que uma forma de manipulação capitalista, em essência, propiciando um campo fértil para a proliferação do trabalho estranhado:

A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital. (ANTUNES, 2003, p.52).

Cumprir lembrar que o grande impacto do sistema industrial japonês no mundo ocidental se deu por sua forma flexível de acumulação, seu desenho organizacional e seu avanço tecnológico, além do fato de apontar uma saída para a crise do taylorismo/fordismo. Cada realidade nacional, naturalmente, fez as devidas

⁷¹ Não vivenciado no Brasil.

adaptações às suas particularidades. Essa reorganização do trabalho, refletindo a intensificação das condições de exploração da classe trabalhadora, tornou-se atraente por anunciar uma possibilidade de expandir o crescimento financeiro.

Tal proposta, a orientar-se por uma lógica puramente mercantil, demandou que as empresas passassem a dispor de um menor contingente de força de trabalho e que, apesar disso, tivessem maiores índices de produtividade, em contraposição ao apogeu do Modo Fordista de Produção e Regulação Social, em que a relevância empresarial era proporcional à quantidade de operários trabalhando.

As empresas toyotizadas possuem uma estrutura horizontalizada diferente da verticalização fordista, o que permite ao mesmo trabalhador executar mais de uma função no chão de fábrica. A maior parte da produção, contudo, não é realizada no interior da fábrica principal, ao transferir a terceiros grande parte do que é produzido, acarretando a terceirização e, com ela, a precarização das relações de trabalho, a exemplo do que vimos nas denúncias da imprensa (2007) do SINTIGRACE com relação aos intercaladores de O Povo, Diário do Nordeste e Serval. Isso porque parte dos trabalhadores perdeu o vínculo empregatício, passando a ser subcontratada por empresas menores (Serval) que prestam serviços, muitas vezes apenas temporários.

As empresas terceirizadas, por sua vez, também seguem os processos implementados pelo toyotismo, difundindo ainda mais suas técnicas. Referida transferência, como já discutimos, ocasiona a terceirização de serviços e, com ela, a dissolução dos vínculos empregatícios, causando a precarização do trabalho. Temos os exemplos de uma era produtiva, que origina uma fase capitalista denominada por François Chesnais (1996) de “a mundialização do capital”, caracterizada pelo controle de qualidade total, gerência participativa, sindicalismo de empresa⁷² e subcontratação.

A ocidentalização do toyotismo estabeleceu um misto entre os elementos presentes no Japão e as práticas exercidas nos países receptores, decorrendo desse processo modelos diferenciados e particularizados. Para adaptar-se à divisão mundial do trabalho, cada país reestruturou-se internamente dentro de inovações e permanências, a fim de lidar com as novas demandas. Essa assimilação realiza-se ainda tanto em empresas de países centrais quanto nos de industrialização intermediária, associando-se ao neoliberalismo.

⁷² Como a ABIGRAF.

A vigência do neoliberalismo ou de políticas sob sua influência, propiciou condições em grande medida favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente. Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideopolítico neoliberal. (ANTUNES, 2003, p.58).

Do que conseguimos depreender, percebemos que não há uma tendência única e absoluta nas novas demandas do mundo do trabalho. Como acentua Antunes (1995), houve um movimento contraditório e diferente que se instalou em cada nação capitalista, mas que, indiscutivelmente, de forma geral, fragmentou e fragilizou a *classe-que-vive-do-trabalho*:

Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e de sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. (ANTUNES, 1995, p. 54).

Pode-se então dizer que a tendência à intelectualização do trabalho manual, como anota Antunes (1995), corresponde às exigências vindas da automação e, por sua vez, a citada (des)qualificação é contemplada pela lógica depreciativa da economia de mercado. Com efeito, é mais uma vez importante nos perguntarmos sobre os possíveis caminhos para a classe trabalhadora e para a sociedade de uma forma geral, pois veem em curso a destituição de valores, a desarticulação dos movimentos trabalhistas, a individualização do proletariado e a perda de identidade de classe.

Mesmo compreendendo, porém, as inúmeras contradições do fenômeno em tese, em análise da experiência dos gráficos, podemos compreender o quão pode ser fértil o solo do associativismo e o quanto os movimentos coletivos podem constituir resistência à segregação e à pauperização social, pois “o conformismo, que sempre teve seu elemento na social-democracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas idéias econômicas”. (BENJAMIN, 1994, p. 227).

Reafirmando as lutas de classes, todavia, representantes da opressão se articulam para o confronto desigual dessas forças antagônicas, ou seja, esforçam-se para individualizar, descaracterizar e tornar estranhadas as ações dos oprimidos. Um novo/velho império de (in)verdades se instala, na afirmação de que é ultrapassada a ideia de retomar esse debate, como se o antagonismo econômico e a miséria não

incomodassem mais, na tentativa de desviar o ponto central das mazelas sociais: a exploração do homem pelo homem.

Como observamos com suporte na realidade do SINTIGRACE, os sindicatos/associações reúnem maior poder aos protestos da classe trabalhadora, pois, ao assumir um caráter coletivo, os movimentos sociais ganham solidez. Com suporte nessa práxis de luta, a consciência reivindicatória vai se constituindo e uma subjetividade subversiva se instala desde uma pedagogia revolucionária que intenciona superar a subsunção do trabalhador ao capital. Assim sendo, podemos ressaltar a relevância de tais organizações, mesmo sabendo-se que estas, em grande parte, se limitam a reivindicações preponderantemente econômicas (salariais) e reformistas, não conseguindo combater as raízes das relações capitalistas, conforme acentuam:

A história destas associações é um longo desenrolar de derrotas operárias, interrompidas por algumas vitórias isoladas. É evidente que todos estes esforços não podem modificar a lei econômica que regula os salários em função da oferta e da procura no mercado de trabalho. Dito por outras palavras: estas associações são impotentes contra todas as grandes causas que determinam a relação entre esta oferta e esta procura. (MARX E ENGELS, 1968, p. 07).

Os sindicatos/associações, para Marx e Engels (1968), na condição de organizações trabalhistas que fazem frente aos interesses capitalistas, são importantes como um ponto de partida/conscientização para possíveis transformações sociais, no entanto, não podem se limitar a uma simples adaptação *daqueles que vivem do trabalho* ao sistema, devendo, gradativamente, assumir caráter revolucionário. Nessa perspectiva, as lutas sociais não devem se restringir à legitimação de alguns poucos direitos dentro do capitalismo. Marx e Engels (1968) propõem algo bem mais radical, o fim da relação de exploração do homem pelo homem, ou seja, o fim do domínio capitalista, proposta que torna atual e inadiável a ética marxista de intervenção/transformação da realidade.

Isso porque, entre outros elementos, argumentam que nem sempre as lutas sindicais/associativistas obtêm resultados, pois se apresentam eminentemente limitadas às articulações das forças produtivas. Quando, por exemplo,

Surge a crise dos negócios, a própria associação se vê obrigada ou a reduzir salários ou a dissolver-se completamente. Assim como, quando a procura de operários aumenta fortemente, ela não pode fazer subir os salários a um nível superior ao que determina, de qualquer

modo, a concorrência entre capitalistas. (MARX E ENGELS, 1968, p. 07).

Nos momentos de crise do capitalismo, não adiantam grandes reivindicações, pois o desemprego em massa se torna inevitável, abalando profundamente o poder de negociação dos trabalhadores; entretanto, os sindicatos/associações, como frentes de luta, se tornam responsáveis por inegável processo de conscientização política, vital ao fortalecimento dos movimentos/conquistas sociais. Como experienciamos, em nossas conclusões, no SINTIGRACE, ao passo que a práxis do grupo propicia um momento ímpar de debate político, luta consciente e leitura de mundo emancipada.

Mesmo reconhecendo que, “as associações são impotentes para fazerem frente às causas principais que modificam o mercado de trabalho” (MARX e ENGELS, 1968, p. 08), é relevante, enfatizar a necessidade de manifestação do trabalhador, para que se organize, se mostrando consciente da necessidade de luta/protesto, não se deixando convencer de que a ele cabe apenas a pior parte do produto. Até porque “os sindicatos e as greves que eles empreendem têm uma importância fundamental, pois que são a primeira tentativa feita pelos operários para suprimir a concorrência.” (MARX e ENGELS, 1968, p.09).

A concorrência entre os trabalhadores enseja significativos lucros, fortalecendo a diminuição dos salários. É por isso que o exército industrial de reserva⁷³ é sempre tão saudável para as relações capitalistas de produção. No momento em que os trabalhadores decidem se unir para impor certos limites à ofensiva capitalista, tem-se um salto qualitativo na formação de sua consciência de classe, que se consolida quando de sua participação ativa nas lutas. Alerta Marx (2004) sobre o trabalho estranhado: “(...) na condição crescente da sociedade, a decadência e o empobrecimento do trabalhador é o produto do seu próprio trabalho e da riqueza produzida por ele. Conseqüentemente, a miséria surge de forma espontânea da essência do trabalho presente”. (P.71). Assim,

O salário só depende da relação entre oferta e procura e da situação fortuita do mercado de trabalho, porque os operários se deixaram tratar até agora como coisas que se vendem e compram. Decidam eles não se deixarem comprar e vender, imponham-se na determinação do valor propriamente do trabalho, como seres humanos, que para além

⁷³ De acordo com Marx (1890), é uma grande massa de trabalhadores sem emprego que concorre com aqueles, até então, empregados, facilitando a manutenção de baixos salários.

da força de trabalho têm também uma vontade [...]. (MARX E ENGELS, 1968, p. 10).

O movimento trabalhista apresenta caráter educativo e constitui espaço propício ao aprendizado/luta coletivo (a), causando bastante incômodo aos detentores das riquezas. Tal como observamos no SINTIGRACE, instituição fortemente atacada pelas ações patronais, de acordo com relatos, muitos gráficos sofrem ameaças de perder o emprego em decorrência da sindicalização, e os dirigentes sindicais, ao cabo de sua gestão, não conseguem mais se inserir no mercado de trabalho, por se constituírem como sujeitos combativos e, assim, nocivos ao empresariado.

Desta feita, por meio de seus atos de resistência à ordem estabelecida, proclamam parte de sua recusa ao sistema, mostrando-se portadores de uma ética peculiar aos revolucionários. As leis e o poder do Estado capitalista, todavia, se apresentam para conter possíveis rebeliões populares que venham a comprometer interesses hegemônicos, uma vez que as bases legais de uma nação legitimam os sistemas ideológico, político e econômico que a sustentam. Dessa forma, proclama-se a intangibilidade da ordem estabelecida em função dos detentores do poder econômico.

A lei é naturalmente sagrada para o burguês, pois é obra dele próprio, promulgada com o seu acordo, tendo em vista a proteção de lucros. Ele as sabe que, mesmo que esta ou aquela lei lhe possam causar um prejuízo particular, o conjunto do sistema de leis protege, todavia, os seus interesses. (MARX E ENGELS, 1968, p. 14).

Os sindicatos combativos, na categoria de associações criadas pelos trabalhadores, ajuízam ações em benefício de conquistas que garantam o mínimo de seguridade aos seus associados. Sua atuação, portanto, baseia-se no confronto permanente de segmentos sociais antagônicos, podendo se caracterizar como partícipes da luta de classes.

A luta por melhores condições de existência material e espiritual que ensejem o mínimo de dignidade é de inegável importância e aprendizado coletivo ante a constituição de uma subjetividade de engajamento e subversão; condição singular, que recai sobre as vivências observadas no SINTIGRACE, quando manifestam ações objetivas de tentativa de organização, politização e intelectualização daqueles que vendem sua força de trabalho.

Como quer que seja, o ato de protesto (...) tem o seu efeito: mantém dentro de certos limites a ganância da burguesia, e mantém viva a oposição dos operários contra a onipotência social e política das classes detentoras do poder. (MARX e ENGELS, 1968, p. 09).

Podemos, por fim, compreender o Sindicato dos Gráficos no Ceará como espaço que resistiu no tempo e preserva uma ética e uma subjetividade peculiares aos movimentos operários leninista-marxistas. Ainda é possível pensar em um modelo alternativo de movimento social que busque efetivamente a transformação e vislumbre uma *educação para além do capital*; ou precisamos nos curvar à falácia pós-moderna de que deve existir uma convivência humanizada e pacífica com a miséria econômica e social? Concordaremos com o fato de que milhares de pessoas jogadas ao desemprego e à fome precisam ser desconsideradas porque é muito “cristã” a ideia de querermos mudar/contestar tal situação?

6 TRABALHADORES GRÁFICOS EM FORMAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA

O Tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o
 Historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto,
 Enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos
 Ainda não se dissipou totalmente
 Enquanto ele ainda não tomou muita distância
 Do detalhe dos documentos brutos, e
 Estes ainda conservam todo o seu frescor.
 Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese
 Do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta,
 Torná-los sensíveis - como ele próprio
 o foi - às cores e aos odores
 das coisas desconhecidas.
 (PHILIPPE ÁRIES, 1981)

Retratamos aqui o frescor de nossas descobertas, no intuito de compreender a práxis formativa dos trabalhadores gráficos mediante relatos colhidos nas falas dos próprios e de nossa observação-participante. Em nossa compreensão, como já afirmamos, tais trabalhadores experienciam uma autoformação, que privilegia a educação como ação política propiciadora de uma cultura ampla e engajada nas causas coletivas. No que se refere à educação, cultura e resistência no SINTIGRACE, as reflexões norteadoras de nossas análises buscam respostas para algumas indagações: qual o significado da ação educativa que vivenciam? Qual é o papel da educação e dos sindicatos na formação e no desenvolvimento da consciência de classe desses trabalhadores? Que cultura pode ser (re)inventada no seio da classe trabalhadora? Que elementos objetivos/subjetivos constituem uma cultura combativa/reivindicativa?

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Para iniciar nossa reflexão, importa compreender esta concepção de cultura anunciada por Gramsci (2004) e o papel dela nas vivências humanas e no antagonismo social, indo além dos conceitos meramente técnicos que circundam este significado. Na perspectiva gramsciana, pensar a cultura é considerar a formação histórica do homem como sujeito de suas ações e inferências no mundo: ou seja, os aspectos culturais são

elaborados na tessitura das relações sociais, com base em valores extraídos da práxis humana, com vistas a conquistar consciência sobre as próprias atitudes. Estes elementos consolidam-se no SINTIGRACE, ao passo que os sujeitos envolvidos constituem desde a *práxis* de luta uma cultura de subversão, inspirados em uma ética marxista, até porque,

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, dos fundos dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. (BENJAMIM, 1994, p. 223/224).

Não seria, então, equívoco considerar que a classe trabalhadora, mesmo fortemente influenciada pelos valores culturais da classe dominante, tem cultura própria favorecida por suas vivências e leituras de mundo, desde aspectos coletivos consolidados ante as contradições sociais. Os trabalhadores em análise demonstram aspectos que nos remetem ao pensamento gramsciano: organizam-se em busca de crescimento intelectual em sentido amplo (política e cultura geral) e acreditam ser este um bom aporte para as lutas de classes, elemento que Gramsci (1989) intitula de a formação de um *círculo de cultura*, em busca de uma competência intelectual coletiva, no intuito de socializar conhecimentos e fortalecer a classe em termos culturais/intelectuais.

Sabemos, todavia, que nem sempre é assim. Na presente sociedade de consumo, as pessoas são estimuladas a cultivar o supérfluo e a atribuir às mercadorias, produto do trabalho humano, um valor que transcende os próprios homens, afastando-se estes de valores coletivos promotores do bem comum. Ainda assim, em Benjamin (1994), podemos mencionar que os atributos espirituais não são dádivas exclusivas do “vencedor”. Até porque a cultura dos detentores do poder não é unívoca e absoluta, pois alguns indivíduos, mesmo que em minoria, tentam fazer frente a tais preceitos. É este o caso dos trabalhadores que estamos investigando e é nesse movimento de complexidade das relações humanas que referidas pessoas, gradativamente, trilham sua história e consolidam sua identidade social.

É que só pouco a pouco, de estrato em estrato, a humanidade adquire consciência de seu próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se

afirmaram historicamente no momento anterior. (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Essa consciência não sucede sob a égide do espontaneísmo, como um movimento natural e “evolutivo” da humanidade. Pelo contrário, o que desencadeia essa atitude reflexiva, de acordo com Marx (1998), resulta da aquisição de uma consciência/subjetividade combativa/engajada, assimilada na prática cotidiana da luta de classes, diante da qual o indivíduo rompe com a superficial “consciência de si mesmo” e parte para um estádio crítico e comprometido com a transformação da realidade que lhe é imposta. Em outros termos,

[...] está claro que a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente de suas relações reais. É só desta maneira que cada indivíduo em particular será libertado das diversas limitações nacionais e locais que encontra, sendo colocado em relações práticas com a produção do mundo inteiro (inclusive a produção intelectual) e postos em condições de adquirir a capacidade de desfrutar a produção do mundo inteiro em todos os seus domínios (criação dos homens). (MARX, 1998, p. 34).

Foi possível observar que a práxis formativa dos gráficos investigados caminham, sim, na perspectiva anunciada por Marx (1998). As leituras, filmes e debates vivenciados por tais trabalhadores buscam relações práticas com a produção intelectual, objetivando a capacidade de apropriar-se de uma cultura ampla que lhes possibilite a conscientização política. Em diálogo com Marx (1998), percebemos que, assim como defende Gramsci (2004), a cultura é feita historicamente pelos homens com supedâneo em suas relações e práticas sociais. Os indivíduos precisam, assim, ter contato com uma cultura geral para que possam adquirir múltiplas capacidades de teor crítico-intelectual, passando também pelo reconhecimento de valores próprios e de um

Continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia-a-dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação. (GRAMSCI, 2004, p. 59).

Esta análise gramsciana está privilegiada no depoimento de um dos trabalhadores gráficos entrevistados, ao se referir ao curso de Formação Política investigado, ante a situação capitalista da contemporaneidade:

Num momento como esse, estamos vendo uma estagnação das lutas em si, dos confrontos, num momento como esse nós vemos uma importância muito grande na formação política, na formação intelectual, na formação de uma forma geral, por que isso? Nós temos uma carência muito grande de quadros no movimento sindical, além dos que já saíram, que a gente chama vulgarmente de “desbundados”, essa palavra de “desbunde”, quer dizer sair do movimento...Além do desbunde tem a cooptação que foi muito grande, além da cooptação em nosso caso particular nós temos uma carência, em nossos trabalhadores a formação é mínima, além da formação intelectual, a formação política e nós nos últimos tempos resolvemos investir nisso, na formação (...). (2008).

Está clara a consciência da necessidade de formação e cultura ampla para este trabalhador. Esforços pessoais e coletivos são investidos no intuito de capacitar-se como classe que precisa fazer frente aos ditames do capital, até porque “é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”. (BENJAMIN, 1994, p. 224). No relato, percebemos a leitura crítico-reflexiva realizada sobre a fase capitalista atual, como também o reconhecimento da carência cultural, cognitiva e política por parte dos trabalhadores em formação. Importa registrar que tal trabalhador nunca leu Gramsci ou Benjamin, mas nos dá a impressão de já haver feito, pois os argumentos utilizados muito se aproximam de tais perspectivas. Com a práxis e pela práxis, os trabalhadores investem em âmbitos informais em educação, consciência e luta:

(...) pra que isso (a formação)? Além da gente saber enfrentar os padrões, saber também como lá fora se manifestar politicamente nos movimentos como um todo, aí tanto enfrentar governo, enfrentar os padrões e o próprio movimento sindical que é eclético, tem um movimento que vai a luta mesmo, tem movimento que é só de fachada, a gente tem que tá batendo nisso. Então nós temos que estar capacitados em todos os aspectos, por isso nós resolvemos nesse momento, partir para essa questão, para nós é fundamental, a formação como um todo e principalmente política. (Depoimento de um trabalhador entrevistado em 2008).

É nessa linha de raciocínio que Gramsci (2004) anuncia uma “consciência unitária do proletariado”, ancorada em uma cultura que lhes é peculiar. Para esse autor, as rupturas sociais historicamente consolidadas, como a Revolução Francesa, por exemplo, foram precedidas por intensas fomentações socioculturais. Tal fato nos remete

ao que Marx (1890) intitula de *condições subjetivas*⁷⁴ que, uma vez aliadas às *objetivas*⁷⁵, devem favorecer um levante revolucionário. Rompe-se com a concepção de cultura enciclopédica, que restringe o seu significado a aspectos meramente instrumentais, impostos pela hegemonia da classe dominante.

(...) os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (Grifo do autor). (MARX, 1998, p.48).

Para Gramsci (2004), a formação de uma consciência unitária do proletariado ocorre com a crítica aos preceitos sociais, políticos e econômicos do capitalismo, como uma preparação da consciência que precede as revoluções:

É através da crítica à civilização capitalista que se forma ou se está formando a consciência unitária do proletariado: e crítica quer dizer cultura, e não evolução espontânea e natural. (P. 60).

E essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. O que significa que toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural (...). (P. 58).

Tal consciência, para Marx (1998), ocorre na ruptura com a submissão do trabalho ao capital, na tentativa de inaugurar uma sociedade baseada em homens “donos de si”, com relações de produção coletivas e livres da propriedade privada, superando o estágio daqueles indivíduos que vivem meramente em si mesmos, sem a perspectiva do coletivo e das relações com o outro. As classes não hegemônicas teriam que se submeter a um longo e árduo trabalho de conscientização, revendo seus conceitos e valores culturais e, principalmente, aprendendo e fortificando-se com a luta de classes, à práxis revolucionária.

⁷⁴ Condições, de acordo com Marx (1890), que dependem das ações, vontades, pensamentos e ideias humanas.

⁷⁵ Condições, de acordo com Marx (1890), que independem das vontades ou ações humanas, ou seja, já estão historicamente postas.

Essa transformação sociocultural proposta por Marx (1998) e reafirmada por Gramsci (2004) não ocorre em bases meramente *espirituais*, mas exigem profunda modificação no modo de produção da vida material dos indivíduos, na organização social do trabalho, partindo para uma apropriação coletiva dos meios de produção, como assistimos, em menor escala, na experiência de Pentecoste. Nas razões do capital, entretanto, os aspectos intelectuais estão associados às relações econômicas de cada sociedade e o acesso ao saber sistematizado e científico estrutura-se em uma evidente relação de poder: à classe dominante cabe a apropriação do saber intelectual e científico e às camadas populares resta o puramente técnico e industrial. Tem-se, então, a histórica separação entre saber intelectual e conhecimento manual.

No seio do Sindicato dos Gráficos de Fortaleza, entretanto, um movimento diferenciado está em curso. Nas leituras marxistas, realçando que eles estudam textos do próprio Marx (mesmo com séria defasagem escolar), tais trabalhadores apostam na formação como forte ferramenta de enriquecimento das lutas sindicais ou trabalhistas de uma forma geral, principalmente em um ambiente histórico de fragmentação da classe trabalhadora. Por isso, investem em leituras e debates sobre Economia Política, Filosofia, atualidades e fundamentos marxistas em geral, o que os torna cada vez mais interessados por uma cultura ampla, geral e revolucionária, como percebemos nas suas palavras:

A gente notou aqui até pelos nossos cursandos, que já disseram assim: “a gente deu um passo muito grande, nós não sabíamos de nada”. A maioria de novatos tem alguns veteranos, mas a maioria é de novatos, então o pessoal está gostando, a gente tá vendo que o pessoal tá vindo mesmo, tá criando condições para isso, eu acho que nós vamos dá um salto de qualidade muito grande em termos de formação aqui dentro do sindicato. (2007).

Em termos gerais, todavia, o acesso ao pleno desenvolvimento intelectual é privilégio dos possuidores de boas condições financeiras, não eximindo a possibilidade de que determinados indivíduos da classe menos favorecida consigam, por méritos individuais e pessoais, ascender a determinados postos que exijam primor intelectual. É factível ressaltar, porém, que, em aspectos mais gerais, a classe dona dos meios de produção também domina a *produção espiritual* (MARX, 1998) de cada comunidade dividida em classes sociais antagônicas.

Tem-se a clássica separação entre o “saber” e o “fazer”, ou seja, a dicotomia entre o trabalho intelectual e o técnico e industrial. As minorias historicamente conservadas no poder integram a elite intelectual de cada organização social que dominam, enquanto a grande massa desprovida dos meios de produção, apesar de possuir ciclos próprios de cultura⁷⁶, submete-se ao trabalho estranhado⁷⁷ e à falta de contato/usufruto com as mais ricas e solenes produções e descobertas espirituais.

Assim, por ser desprovida dos meios de produzir sua vida material, a classe trabalhadora também não é partícipe da aquisição dos elevados saberes intelectuais - mesmo porque não seria interessante aos representantes do capital favorecer um processo de esclarecimento intelectual àqueles que até então se encontram à margem desse privilégio e são, nessa óptica, fonte maior de seu acúmulo de riquezas. Por conseguinte, para ter acesso a uma formação emancipadora e reflexiva, a classe trabalhadora precisa criar espaços não formais organizados por seus intelectuais orgânicos para, então, coletivamente, ter acesso ao conhecimento amplo e irrestrito. Tal fato nos revela, pois, uma relação direta com o grupo de estudo/ação do Sindicato dos Gráficos.

É com base na tentativa de romper com essa expropriação histórica do saber intelectual das massas populares que Gramsci propõe um modelo de escola unitária, destinada a “desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral (...) o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida”. (1989, p.117). Este modelo tenta apontar uma nova prática escolar que se afaste da intensa diferenciação da especialização, particularização e segregação formativa, destinadas a atender as demandas de mercado, adotadas pelos atuais modelos de educação formal. O paradigma gramsciano busca contribuir, efetivamente, com a formação de sujeitos emancipados e conscientes de suas ações socioeconômicas e culturais:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (P. 125).

⁷⁶ Apesar de possuir manifestações culturais que lhes são peculiares, valores próprios inerentes a sua categoria social, constituídos de suas vivências e contatos com o mundo real e concreto que a envolve.

⁷⁷ Trabalho é exterior ao trabalhador, que lhe é estranho por ser fruto de relações de exploração e por ser destinado à produção de mais-valia e não à realização material e espiritual daquele que emprega sua força de trabalho.

Pode-se objetar a ideia de que a forma atual de organização escolar atende a um dualismo educacional constituído historicamente pela concentração de renda. Vimos, no depoimento dos trabalhadores gráficos, a imensa carência formativa vivenciada pela classe trabalhadora. Temos, de um lado, os que são preparados para assumir cargos de ascensão social exigentes de uma formação universitária de qualidade e, atinente à lógica segregadora do capital; no outro extremo, estão aqueles que, por circunstâncias socioeconômicas desfavorecidas, devem se apropriar de um saber meramente técnico que lhes possibilite, de forma subalterna, a venda de sua força de trabalho.

Evidencia-se o fenômeno que Gramsci (1989, p. 118) denomina “divisão fundamental entre escola clássica e profissional”. A clássica destina-se à classe dominante e seus intelectuais, enquanto escola profissional com saberes instrumentais é direcionada às camadas menos favorecidas. Nessa perspectiva, os trabalhadores desfrutam de uma educação muito mais voltada ao técnico-profissional, deixando em segundo plano uma formação cultural e intelectual plena, que permite, substancialmente, maior índice de criticidade e reflexão.

Por isso, vislumbrando uma formação ampla dos trabalhadores, e procurando garantir a estes melhores condições de atuação e (re)construção da história, ante novos moldes sociais, é que Gramsci (1989) propõe uma educação unitária em âmbitos formais e informais, por meio da qual todos os indivíduos possam ter acesso a todas as formas de *produção da vida espiritual da humanidade*. Desta feita, os indivíduos poderiam ter as mesmas oportunidades de ingresso no “mundo do conhecimento”; poder-se-ia, então, coletivizar os saberes intelectuais e culturais.

Tal evento tem como prerequisites transformações na produção da vida material dos homens, pois as duas formas de constituição da vida humana não se dissociam e agudizam-se em um processo de interdependência. Para romper com as relações sociais de exploração, a classe trabalhadora precisa adquirir uma consciência revolucionária e partir para a ação. Esse é um ato, porém, que, segundo Marx (1890), exige condições objetivas e subjetivas tanto de caráter material, quanto de feição espiritual.

Os trabalhadores precisam ter acesso a outra estrutura educacional. Parece-nos que a proposta de escola unitária gramsciana dificilmente conseguirá efetivar-se no seio da sociedade capitalista, pois é um modelo que não atende às exigências da subordinação cultural da classe trabalhadora. É necessário reconhecermos que essa

perspectiva educacional proposta por Gramsci (1989) favorece a manutenção de uma cultura revolucionária, voltada para valores e princípios coletivos, que precisam ser cultivados, mesmo ante a subsunção do trabalho ao capital. O que fazer, porém, para implementá-la?

É provável, em domínios do capital, que o caminho deva ser trilhado primeiro em âmbitos informais na tentativa de organização e conscientização, como tem acontecido no SINTIGRACE, uma vez que não precisam do reconhecimento do Estado Burguês, para depois, radicalmente, em um movimento ampliado e solidificado, ocupar/revolucionar a estrutura formal e segregadora da educação sob moldes capitalistas. Tais perspectivas alternativas de educação precisam acontecer em âmbitos informais, visto que a um Estado capitalista não interessaria a legitimação de uma educação que se voltasse aos interesses das classes menos favorecidas, haja vista o fato de a ignorância intelectual ser uma forte aliada para a hegemonia burguesa.

Acerca da possibilidade de enriquecimento intelectual e cultural dos trabalhadores, segundo Gramsci (1989), as camadas populares possuem seus líderes e intelectuais, aqueles que desempenham papel importante na organização da cultura de massa, como podemos observar dentro do grupo estudado no SINTIGRACE. Cabe-nos, entretanto, indagar: o que viria primeiro, na perspectiva da mudança, a conscientização ou a ruptura social?

Na verdade, tais fenômenos não acontecem em circunstâncias lineares, seguindo uma ordem de fatores postos e sobrepostos; a tomada de consciência e a ruptura social, segundo Marx (1998), se envolvem em um movimento dialético, sem uma ordem estabelecida. É nessa perspectiva dialética, com a união entre teoria e prática social, que os trabalhadores lócus desta tese interagem com as novas investidas do capital:

[...] notamos uma dificuldade muito grande de nossos dirigentes dentro das empresas, de enfrentar temas que os patrões estavam enganando eles, porque nós abordamos temas agora como a legislação trabalhista, que o governo atual quer acabar, criando mil maneiras de acabar, fazer reforma sindical, trabalhista e uma série de questões que já, já vêm à tona. Que vão de uma vez por todas, quem sabe, dá uma rasteira no movimento sindical, então nós abordamos aqui nos estudos esse tema da legislação trabalhista, para o trabalhador conhecer leis, então por isso já tá surtindo efeitos, já estão partindo para a luta consciente dentro das empresas (...). (Depoimento de um trabalhador em 2007).

Para contestar e ir de encontro à ordem estabelecida, é necessária a união de fatores diversos – consciência, organização, formação política, conhecimento de direitos e coragem para a luta radical - como podemos perceber pelo relato coletado. O indivíduo precisa, por exemplo, adquirir consciência da organização social que o oprime, porém tal consciência se adquire, sobretudo, por meio da práxis, do cotidiano de luta. Lembra Kosik:

O ser social determina a consciência dos homens, mas disto não resulta que o ser social se revele adequadamente na consciência dos homens. Na práxis utilitária do dia-a-dia os homens mais facilmente tomam consciência do ser social sob cada um dos aspectos isolados ou sob aparências fetichizadas. (2002, p. 194).

Isto porque:

A compreensão das coisas e do seu ser, do mundo nos fenômenos particulares e na totalidade, é possível para o homem na base da abertura que eclode na práxis. Na práxis e baseado na práxis, o homem ultrapassa a clausura da animalidade e da natureza inorgânica e estabelece a sua relação com o mundo como totalidade. (P. 227).

Tem-se o papel irrevogável dos intelectuais orgânicos para “a compreensão das coisas e do seu ser, do mundo nos fenômenos particulares e na totalidade” (KOSIK, 2002, p.227), pois cada grupo social possui a própria categoria de intelectuais, que exercem a função de organizadores socioculturais, criando condições de favorecimento ao grupo social que representam no sentido de uma práxis que ultrapasse a “clausura da animalidade” e atinjam a emancipação humana.

Dado isto, o intelectual orgânico, criado por parte de cada nova classe, desempenha funções legítimas, em âmbitos estatais e sociais, formais ou não formais, fato evidenciado na entidade trabalhista em estudo, uma vez que esta se organiza, sobretudo, baseada em seus intelectuais, formados por uma cultura de massa combativa e nutridos por uma ética marxista irrevogável que os torna uma vanguarda do movimento operário cearense. Quem seriam, no entanto, os intelectuais?

Primeiramente, é importante esclarecer que, para Gramsci (1989), não existem não intelectuais, pois, afinal, todos os indivíduos, mesmo que minimamente, desempenham atividades intelectuais criadoras. Assim, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na

sociedade a função de intelectuais”. (GRAMSCI, 1989, p. 07). Apesar de executarem atividades intelectuais, nem todos os indivíduos exercem a função de *organizadores de massas de homens*, nem todos contribuem para a reflexão sobre uma diferente concepção de mundo ou para formas inovadoras de interpretação do real e, aqueles que, no seio da classe trabalhadora, assim o fazem, possivelmente, inauguram outras concepções e ações contrapostas aos ataques capitalistas.

Mediante o aprofundamento cultural, os agrupamentos sociais poderão se desenvolver intelectualmente e organizar-se em atitudes políticas e ideológicas próprias que beneficiem o bem comum. Sem dúvida, no entanto, as imposições econômicas são marcantes e preponderantes nesse sentido e

[...] formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 1989, p.08).

O grupo social dominante, em uma sociedade capitalista, no caso do Brasil, é constituído por uma concepção individualista da humanidade, na qual a regra geral é a acumulação de riquezas baseadas na exploração do homem pelo homem. Nesta perspectiva, há intensa tentativa de cooptação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora pelo grupo social hegemônico, no intuito de fortificar-se socioeconomicamente, porquanto estes intelectuais lideram a organização social e cultural e são, nessa lógica, legitimados pelo grupo social que representam.

Podemos, então, retomar a discussão de que a classe trabalhadora, apesar de se encontrar historicamente submetida ao capital e a sua hegemonia cultural, possui uma cultura própria, baseada em *círculos de cultura*⁷⁸ desencadeados coletivamente. Até porque

O sujeito do conhecimento histórico é própria classe combatente e oprimida. Em Marx ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados”. (BENJAMIN, 1994, p. 228).

⁷⁸ Gramsci (1989) denomina de *círculos de cultura* um tipo de trabalho intelectual coletivo, no qual os indivíduos com as mais diversas especificidades intelectuais colaboram entre si para a formação de uma *competência coletiva*. Partem, então, para a socialização de certezas, dúvidas e críticas construtivas, até atingirem um grupo, na medida do possível homogêneo, de intelectuais.

Embora no decurso histórico os trabalhadores não tenham consolidado, até agora, a missão histórica de revolução a favor da própria classe, é nela que ainda depositamos as possibilidades de subversão. E é neste movimento que ainda percebemos a atualidade dessas possibilidades, pois não é por acaso que existe a clara intenção de cooptar os líderes trabalhistas por parte da classe dominante, uma vez que estes organizam a cultura de massa. Assim, denuncia um dos trabalhadores investigados, em desabafo sobre a atual situação do sindicalismo no Brasil:

[...] não tem mais oposição, a maioria dos partidos hoje são governo, as centrais sindicais hoje são governo, cooptadas, até eu brinco com os meninos aqui: olha dinheiro pouco e peia pouca não resolvem os problemas, resolve mesmo é dinheiro muito e peia muita, o que aconteceu com o movimento sindical? Dinheiro muito, gente que aqui mesmo no Ceará a gente foi para a porta dos Correios, gente que ganhava R\$ 700,00 trabalhando, hoje a empresa cooptou e tá ganhando R\$ 7.000,00, quer dizer as lideranças que tinham antes para fazer esta luta, para dizer que a coisa está errada, que o povo está sendo enganado em todos os aspectos, venda de empresas nacionais, privatizações esdrúxulas, as coisas horríveis do mundo não tem mais ninguém dizendo, tá todo mundo caladinho, o governo foi hábil na cooptação que aconteceu nesse país foi como nunca [...]. (Depoimento de um trabalhador 2007).

Mesmo com a intensiva influência da burguesia e até a cooptação dos líderes da classe trabalhadora, existem elementos concretos de uma subjetividade combativa, como podemos observar na fala acima, peculiares à referida classe, uma vez que cada grupo social não hegemônico tem os próprios traços culturais, que demonstram a possibilidade de organização dos oprimidos em direção à luta pela emancipação; ainda que ante o quadro de desarticulação dos trabalhadores contemporâneos, há chance de reorganização e resistência ao avanço do capital. Mesmo que seja com uma primeira tomada de consciência “para dizer que a coisa está errada, que o povo está sendo enganado em todos os aspectos, venda de empresas nacionais, privatizações esdrúxulas, as coisas horríveis do mundo”. (Trabalhador, 2007).

Os homens poderiam assim, atingir, na práxis, satisfatórios níveis de esclarecimento político e conscientização/luta de classe e até manter um contato maior com um mínimo de cultura geral, como se intenta compor no SINTIGRACE. Isto lhes possibilitaria a gradativa autonomia no ato de pensar e agir como sujeitos históricos e capazes de transformar a realidade objetiva que lhes é imposta, assim como refletira Marx ao depositar na classe oprimida a tarefa da revolução. Por isso,

(...) é preciso estar atento ao caráter histórico do pensamento de Marx e, assim fazendo, não confundir o *real* com o *existente*, com o dado imediato, com o *empírico*. Marx não se limitou a nos oferecer um retrato detalhado do capitalismo inglês do século XIX; mediante o estudo do “caso” inglês buscou entender as leis que regem a dinâmica do modo de produção capitalista, isto é, a realização de um universal (modo de produção), num particular (a Inglaterra do século XIX). Sua obra não pretende ser apenas uma descrição das particularidades do capitalismo na Inglaterra, mas sim a compreensão das leis operantes no modo de produção capitalista. (FREDERICO e TEIXEIRA, 2008, p. 144).

Desta feita,

por pensar dialeticamente, não identificava o *real* com o *existente*, pois a realidade é sempre entendida por ele como um *processo* que não se esgota em seus *momentos* passageiros, em suas manifestações empíricas, em sua imediatez. (FREDERICO e TEIXEIRA, 2008, p. 144).

Na perspectiva desta compreensão da realidade esteada no materialismo histórico-dialético, pautamos as análises do fenômeno em estudo: a práxis no SINTGRACE que se norteia por estes pressupostos marxistas no enfretamento anticapitalista, pensando ser a exploração um fenômeno passageiro possível de ser superado por meio da luta. Outro aspecto importante é o que Gramsci (1989) anuncia como a *aquisição de uma competência coletiva*, pois, para ele, com as atividades intelectuais/culturais coletivas, os indivíduos poderiam atingir equilibrados níveis de intelectualidade.

Assim, por meio dessa organização voltada à unidade de interesse do proletariado, estes poderiam inaugurar uma *cultura revolucionária* (MARX, 1890), e levantar-se conscientemente contra as minorias opressoras historicamente estabelecidas no poder.

[...] os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças: e, quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora. (GRAMSCI, 2004, p. 46).

Deparamos uma concepção revolucionária da história, marcada por complexas rupturas e continuidades, nas quais se deflagra um dialético movimento entre fenômeno e essência. O reflexo fenomênico dos eventos, a pouco e pouco, desvela o real, a essência histórica das lutas de classes constituídas ao longo do percurso dito civilizatório. Desse modo, não nos pode parecer improvável que, unindo a consciência proletária à práxis revolucionária/combativa, seja possível alcançar modelos diferenciados de organização social. Argumenta Gramsci (2004, p.46):

Muitos dizem que o homem já conquistou tudo o que deveria conquistar de liberdade e de civilização; e que agora, portanto, não lhe resta mais que desfrutar dos frutos de suas lutas. Penso ao contrário, que algo muito diverso ainda nos cabe fazer: os homens têm apenas um pequeno verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer a pele de lobo. Os instintos foram amansados, mas não destruídos; e o direito do mais forte é o único reconhecido.

Formulamos, portanto, uma indagação: o que, nos preceitos mencionados, viria a ser civilização? Convencionalmente, o que se considera civilização, como expõe Gramsci (2004), é uma forma pouco humana (ou muito humana talvez) que os sujeitos utilizam para viver em sociedade, “Porque parece cruel destino para os humanos serem dominados por este instinto, o de quererem devorar-se uns aos outros”. (P. 43). É isso mesmo, os homens, ou pelo menos grande parte deles, parecem possuir apenas “um pequeno verniz de civilização”, principalmente no momento em que, ludibriados, se curvam ao mundo das coisas e elegem como deus o dinheiro.

Nessa perspectiva, Marx (1927) em sua obra *Miséria da Filosofia*, divide, baseado numa concepção dialética da história, a classe trabalhadora em classe em si e classe para si. A primeira refere-se ao agrupamento social que tem uma existência objetiva e puramente voltada ao ato produtivo, sem consideração pelos aspectos políticos ou críticos em relação ao contexto social em que vive. A segunda define-se por sua posição consciente de seu papel histórico e transformador da realidade. Assim, além de sua participação direta na produção, impõe-se como um grupo que traça seus objetivos e, para tanto, se organiza.

Com esse preceito, para que haja uma conversão da classe em si em classe para si, é preciso que se instale um complexo esclarecimento, tanto teórico quanto prático, elementos perfeitamente observados por nós no SINTIGRACE. Nesses termos, gradativamente em contato com a prática revolucionária e em consonância com uma

educação voltada à criticidade e ao diálogo reflexivo, a classe trabalhadora pode vir a atingir progressivos níveis de emancipação.

6.1 Educação: Emancipação Humana ou Empregabilidade?

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel a eticidade quanto pode transgredi-la. (FREIRE, 1996, p. 110).

É possível, porém, constatar que, ao longo do decurso civilizatório, aquele homem que se apoderou dos meios de produção e que, em consequência disso, se apropriou do trabalho alheio, tornando estranho o produtor e ciente de seu ofício opressor, não admite uma formação voltada à politicidade para a classe oprimida e transvalora a eticidade, no sentido freireano. Uma educação fundada na consciência do inacabamento poderia pôr em risco sua estabilidade como grupo dominante. Por esse, entre outros motivos, a educação ao longo dos tempos no Ocidente apresentou-se como poderoso agravante das desigualdades sociais e distanciou-se de contribuir para a emancipação humana.

Em contrapartida, foram incontáveis as revoltas dos grupos oprimidos que incansavelmente tentaram se libertar da opressão. Mesmo tendo pouco acesso a uma formação reflexiva, a precária existência os estimulava à luta. São exatamente esses momentos que Paulo Freire (1987) considera como *práxis libertadora*, na qual o indivíduo/coletivo toma consciência de sua realidade baseado nas experiências diárias e, assim, deparando-se com a exploração, procura libertar-se. Essa busca configura um ato educativo e formador da consciência de classe.

Nas relações mercantis, no entanto, o homem tem, até nossos dias, composto sua história, perdendo valores humanos em troca de valores materiais, enaltecendo o “ter” em detrimento do “ser”. Ao distanciar-se de seus aspectos de criticidade, o indivíduo perde a noção de seu papel histórico de transformação da realidade e se deixa coisificar, perdendo a oportunidade de redescobrir-se e, assim, recriar seu contexto social. Temos o que Paulo Freire considera de “distorção na história”, em que a vocação humana do *ser mais* foi, ao longo do estabelecimento da

sociabilidade dos homens, surrupiada pela violenta sede do opressor de acumular riquezas e poder.

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são ‘coisas’. Para eles, há um só direito – o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam generosos. (FREIRE, 1987, p. 45).

Freire, nesta citação, traça com eficácia o perfil da classe dominante capitalista, ao mostrar que ela está, indiscutivelmente, comprometida com a manutenção da realidade de desumanização vivenciada pela sociedade contemporânea. No curso de nossa retrospectiva histórica, com arrimo na leitura do primeiro volume do *Capital* (1890), fazendo breve “recapitulação” acerca de algumas formas de organização social vivenciadas pelo Ocidente, percebemos que, no decorrer dessas transformações, as formas de exploração foram se aperfeiçoando de acordo com o avanço tecnológico e a conseqüente expansão das forças produtivas. Assim sendo, é notório que o “ato desumanizador” foi viabilizado socialmente, no entanto, é imprescindível destacar que esse quadro depreciativo pode se reverter.

Em acordo com a lógica freireana, a referida reversão torna-se possível no momento em que o oprimido busca se afirmar como sujeito de decisão, questionando as injustiças impostas pelo opressor e, dessa forma, lutando radicalmente pela transformação concreta da sua realidade. Essa mudança deve basear-se na formulação histórica do “ato humanizador”, mostrando a dialeticidade e a incompletude das relações sociais. Uma vez consciente de que a situação opressora é circunstancial, o indivíduo pode lutar para transformá-la, podendo promover a emancipação humana.

Em contrapartida, é relevante explicar que a busca pela conscientização e pela afirmação do homem como pessoa só faz sentido quando os explorados não se sentem interiormente exploradores, ou seja, não estão “contaminados” com a ideologia do dominador. Isto coincide com a percepção de Marx (1927) acerca da transformação da *classe em si* em *classe para si*, no intuito de garantir a revolução dos valores humanos, proporcionando a implementação de uma sociedade concretamente justa e humanizada. Tudo isso só é possível, porém, mediante a prática, a utilização direta de meios para a transformação, no exercício cotidiano da *práxis revolucionária*.

O diálogo reflexivo é apontado por Freire como ferramenta poderosa a ser utilizada na efetivação do esclarecimento, ajudando no desvelamento do real. A “dialogicidade”, aliada à educação, pode vir a constituir-se como uma forma de trazer, de convencer o desfavorecido a lutar por melhores condições de vida, deixando-o ciente de que a transformação é possível. Ao constatar que a desvalorização do homem não é uma “pré-destinação”, essa hipótese seria a negação da dialeticidade, pois a história é formada dia após dia e depende das atitudes humanas, podendo ser restabelecida a qualquer momento.

É justamente neste debate que reconhecemos mais uma vez nosso objeto de estudo, ao tempo em que relacionamos o observado empiricamente nesta tese com o teorizado/vivenciado por Freire. Ciente da possibilidade de uma educação dialógica e reflexiva, disposto a lutar por melhores condições de vida e trabalho e comprometido com a transformação social, o SINTIGRACE investe esforços para a formação política dos trabalhadores:

**Formação política e sindical
SINTIGRACE mantém grupo de estudos pra trabalhadores e dirigentes sindicais**

Visando melhorar a formação intelectual e política dos trabalhadores, nosso Sindicato mantém, há mais de três anos, um grupo de estudos político e sindical. O objetivo é melhorar o nível político e intelectual de trabalhadores e dirigentes sindicais tanto da nossa, como de outras categorias.

O grupo de estudo discute, permanentemente, temas como a legislação trabalhista e a história do movimento operário no Brasil e no mundo. Diversos textos e livros já foram estudados. Além de textos e livros, o grupo se utiliza de vídeos, filmes e documentários que auxiliam no entendimento dos assuntos.

O grupo de estudo é responsabilidade da Secretaria de Formação Sindical do SINTIGRACE, comandada pelo companheiro Juarez Alves. Ele informa que o grupo de estudos é aberto a qualquer trabalhador da nossa categoria, ou não. Nosso Sindicato paga passagens e merenda aos trabalhadores da nossa Categoria que participam do grupo de estudos.

As reuniões do grupo de estudos acontecem todas às terças-feiras, de 18.30h às 20.45h, na sede do nosso Sindicato. Participe! (VOZ DO GRÁFICO, junho de 2009).

Com a função de conscientizar, organizar e preparar-se para os embates classistas, o grupo de trabalhadores das terças-feiras lê e debate sistematicamente textos de Marx e Engels, entre outros, e, adota uma práxis dialógica e reflexiva como metodologia e sistematização da aprendizagem. A educação em termos formais toma

outros rumos, no entanto, configurando-se como categoria que poderia compor aliança com a reinvenção do homem. Os âmbitos educacionais oficiais apresentam-se, na fase atual do capitalismo, como um treinamento para o mercado de trabalho, trocando sua expressão de ampla formação por um caráter puramente informativo e tecnicista. A cultura é substituída pela “Era da Informação”, limitando-se ao instrumentalismo do ensino.

Temos, nessa contextura, a educação como mais uma lucrativa mercadoria (expressão maior do capitalismo). Este é um fato evidenciado com o empresariamento do ensino, pois os empresários passam a perceber que podem vender cursos e mais cursos, fazendo crer que estes constituem um requisito básico para a garantia de emprego. Na verdade, atualmente, o desemprego é consequência da crise estrutural do capital, que, entre outros aspectos, ocasiona a descentralização do trabalhador no ato laborativo, fazendo com que muitas categorias profissionais desapareçam. Além do mais, o modelo industrial vigente exige uma empresa “enxuta”, com o mínimo de custos, fato que inclui uma drástica redução na força de trabalho.

No interior desse preceito, mesmo atingindo elevado índice de qualificação, grande parte dos indivíduos continua enfrentando a escassa empregabilidade (KOBBER, 2004). Instala-se o mal-estar social, e as necessárias mudanças devem atingir a estrutura do sistema capitalista, pois a classe trabalhadora caminha para o colapso globalizado (KURZ, 2004), sendo efetivamente excluída das inúmeras regalias da sociedade contemporânea.

Essa lógica do capital impõe o fetichismo das mercadorias, fortificando a sociedade de consumo e fazendo crer que os produtos têm vida própria, sendo o motivo maior da existência. Estimula-se o supérfluo, tornando as relações humanas completamente descartáveis. Isso porque, sob uma política neoliberal, se elegeu o mercado como o regulador da sociedade.

O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois é contra ele.(...) O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz. (FREIRE, 1987, p. 183).

É por isso que, em busca do esclarecimento e da conscientização política, o grupo de estudos do SINTIGRACE investe seus esforços na autoformação,

compreendendo a educação como forte aliada para a *práxis revolucionária*. Compreendemos que seu objetivo é suprir a carência deixada pela educação formal, uma vez que esta, como podemos concluir, não é comprometida com uma formação crítico-reflexiva para os trabalhadores.

Os diversos cursos direcionados à qualificação profissional, por exemplo, bastante propagandeados pelo mundo do trabalho contemporâneo, vinculam-se a um “ideal de formação para o trabalho” e não para a emancipação humana, restringindo-se ao condicionamento às novas demandas do mercado de forma estranhada. Cabe aos indivíduos cientes da necessidade de mudança: a organização, a fim de encontrar saídas para a atual situação de crise estrutural vivenciada pelo mundo capitalista. E é na observação desse contexto que compreendemos como ocorre a emergência do movimento de (auto)formação operária em tese, visto que

A completa submissão das intenções sociais e humanizadoras às políticas do capital representa um esforço ideológico de convencimento e desmobilização de lutas reais engendradas pelas contradições da sociedade atual. Essa submissão à lógica reprodutiva do capital é a resultante de projetos políticos da propaganda e da ação social dos grupos aos quais interessam essas posturas, estabelecendo uma perspectiva hegemônica tornada senso comum, que inclui as idéias da inevitabilidade e irreversibilidade da globalização capitalista. (ARRAIS NETO, 2006, p. 28).

Na contracorrente da ideia de “inevitabilidade e irreversibilidade” das relações capitalistas, diversos sujeitos movimentam-se, no SINTIGRACE, em torno da possibilidade, propagandeada por Marx, de subversão dessa lógica. Por não se encontrarem convencidos do fim da história do movimento operário e, muito menos, da vitória definitiva da burguesia, mesmo timidamente, tentam (re)escrever páginas de reivindicação, resistência e luta no cenário proletário cearense.

Enquanto se nutrem de práticas/ideias combativas, deparam um momento de profunda crise estrutural no modo de regulação produtiva, econômica, política e social capitalista brasileiro/mundial, em cujos grandes centros urbanos se destacam o desemprego em massa e a terceirização de serviços, baseada em subcontratação, refletindo, entre outros aspectos, no aumento assustador, como no caso do Brasil, da violência e da criminalidade.

No campo, a situação não é diferente: é notório o aumento de pessoas desamparadas e excluídas do avanço das forças produtivas, sobrevivendo de políticas

assistencialistas⁷⁹ que favorecem a manutenção do clientelismo eleitoral. Em nossas idas a Pentecoste, tivemos acesso a pessoas que vivem na completa miséria e sem a menor possibilidade de trabalho: a seca do ano de 2010, por exemplo, deixou o sertão cearense sem a menor condição da prática da agricultura ou pecuária.

Pelas estradas, ficamos comovidos com os animais magros ou mortos, crianças desnutridas, esturricadas do sol, cheias de cárie, e inúmeras pessoas caminhando com latas na cabeça em busca de água⁸⁰. As escolas funcionam em lugares inóspitos: sem iluminação ou ventilação, não existe quadro negro e, quando sim, dificilmente há giz, carteiras quebradas e inadequadas ao tamanho das crianças. Brinquedos ou algum material lúdico-pedagógico são objetos desconhecidos por aquelas entidades nomeadas de escolas.

Os professores trabalham apenas com a força de vontade, experienciam salas multisseriadas e uma diversidade caótica de idades e dificuldades de aprendizagem. Os avanços tecnológicos não alcançaram estas pessoas que ainda precisam contar com preces e torcidas à espera da chuva e com a caridade, quase inexistente, para doação de roupas, calçados e alimentos. Felizmente, todavia, emergem do campesinato movimentos organizados que se propõem confrontar a lógica brutal de concentração de renda.

O momento pede profundas mudanças, tanto no âmbito das ideias quanto na forma de conduzir os valores sociais e, principalmente, na forma de produzir a vida material dos indivíduos. Os aspectos educacionais devem ser revistos, proporcionando transformações, no intuito de formar indivíduos conscientes e capazes de lutar por condições mais justas de existência. É mister ressaltar, no entanto, que a educação, desvinculada de mudanças estruturais em âmbitos político-econômicos e produtivos, não pode produzir resultados de grande alcance social até porque, de acordo com Marx (1998),

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens

⁷⁹ O Bolsa Família, a título de exemplo, mesmo tendo sido uma miserável ajuda de menos de R\$ 100,00 por família, não consegue trazer mudanças efetivas e muito menos garante uma vida digna. O sertanejo ainda vivencia extrema pauperização e alimenta-se muita mal para sobreviver.

⁸⁰ Estes chegam a passar dois dias com dois litros de água para toda a família e, quando têm acesso, consomem uma água que ficamos com dúvida se é realmente potável.

aparecem aqui ainda como emanção direta de seu comportamento material. (P. 18).

Dessa forma, as mudanças na esfera educacional devem estar aliadas a transformações na maneira de organizar a vida material. Enquanto isso, contudo, percebe-se que a formação profissional no Brasil e em grande parte do Mundo, por exemplo, mantém vínculo direto com as relações econômicas determinantes da atual fase de reprodução do capital. As transformações ocorridas nas últimas décadas, com o esgotamento do modelo fordista de produção e regulação social, posicionam a educação como um “elevador” para a ascensão social. Como acentua Kober,

Poucas idéias têm hoje a força consensual daquela que vincula educação, emprego e desenvolvimento. A saber, o investimento em educação geraria retornos, em termos de produtividade para as empresas, de conseqüente desenvolvimento econômico e bem-estar social para o país e de aumento de renda e possibilidade de inserção social para o indivíduo. (2004, p.7).

O pano de fundo dessa tendência, segundo Saviani (2008),

Está constituído pela teoria do capital humano, que, a partir da formulação inicial de Theodore Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo de dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (P. 365).

Como vimos em Saviani (2008) e Kober (2004), inaugura-se no Brasil na década de 1960 uma concepção produtivista⁸¹ da educação, por meio de uma metodologia neotecnicista, convertida em pedagogia oficial. Esta tendência surge para atender uma demanda de mercado e, a escola é chamada a contribuir com as novas exigências tecnológicas que, até os dias atuais, pulsam e se metamorfoseiam ao ritmo das novas descobertas. Dado isto, agudizam-se as contradições sociais e a exploração na lógica da racionalidade, eficiência e produtividade que passam a permear todas as

⁸¹ Esta tendência produtivista da educação teve duas fases: a primeira – décadas de 1960 a 1980, na qual se atribuía ao Estado a responsabilidade de profissionalização/qualificação da mão de obra. A segunda, com a implementação do Estado mínimo (em meados da década de 1980), passa a transferir esta responsabilidade à própria sociedade que, pelos próprios meios deve buscar qualificar-se para torna-se alguém empregável. Historicamente, em termos editoriais, este debate é marcado pela publicação do livro *O valor econômico da educação* de Theodor Schultz.

instâncias da sociedade. Resta clara a dimensão econômica da educação e tem-se a objetivação do trabalho pedagógico ante o papel de formar mão de obra qualificada para os avanços tecnológicos.

Os fatores básicos de desequilíbrio social - a exploração capitalista do trabalho e o decorrente desemprego estrutural⁸² - se difundem, corroendo a classe trabalhadora, e passam a depositar na educação a responsabilidade de solução para a empregabilidade. É exigido, assim, o aumento da qualificação para a adaptação ao uso de novas técnicas produtivas, permeando a educação básica do profissional. Isso tudo ambiciona atender a um perfil de flexibilização e originar um “novo trabalhador”, que deve ser apto a lidar com as novas demandas tecnológicas.

A rigidez e a produção em massa do período fordista/taylorista foram substituídas por uma forma flexível de produção, baseada em técnicas como a do *just in time*, que visa, segundo Taiichi Ohno (1997), a obter o que é necessário, no momento preciso, na quantidade exata, tendo-se em vista o aumento da produtividade, a diminuição dos custos e a expansão dos lucros. Em consequência desses reajustes, incorporam-se também o aumento de responsabilidade do operário, os acréscimos na jornada de trabalho e a pressão psicológica relacionada à qualificação, configurando uma forma de apropriação de sua subjetividade.

Essas mudanças no mundo do trabalho ocasionam, em contrapartida, o desemprego estrutural, manifesto como um dos meios para redução de custos. Dessa forma, mesmo “qualificado”, o trabalhador não tem garantia alguma de empregabilidade, pois, haja vista o reordenamento produtivo, a classe trabalhadora perde, gradativamente, centralidade nas atividades laborais, estando esta qualificada ou não. Mantém-se, por conseguinte, apenas uma reduzida cúpula⁸³ de funcionários altamente qualificados que se responsabilizam pela gestão e o funcionamento produtivo, enquanto a outra parte dos trabalhadores exerce a função de “apêndices” das máquinas.

Nesta vertente, além de um processo produtivo flexível, temos um mercado fragmentado que assume o discurso de incorporação de conhecimento ao trabalhador,

⁸² O desemprego apresenta-se atualmente como um fenômeno estrutural, por estar relacionado à eliminação da participação direta do trabalhador na produção, em detrimento da utilização de máquinas “inteligentes” (autômatas). O capitalismo também é atingido em essência, uma vez que a atual crise enfrentada estremece as bases da sociedade produtora de mercadorias, segundo estudiosos marxistas da atualidade (como Mészáros).

⁸³ Este aspecto também foi evidenciado nesta tese com o caso dos gráficos, como apontamos no primeiro capítulo, ao nos referirmos a comparação das funções mecânicas dos gráficos na atualidade com a intelectualização das funções do tipógrafo no início do século XX.

trazendo questionáveis consequências para a qualificação profissional: a exemplo, o projeto de qualificação em produção *offset* voltado para os jovens gráficos pensado pelo UNIGRAFICA⁸⁴, num processo de reciclagem profissional. O indivíduo passa, então, a ser responsável por sua formação, diretamente vinculada à empregabilidade. O elemento central é o fato de que a educação é realmente credora da inclusão no mercado de trabalho, mas não pode estar vinculada à criação de empregos. Na reflexão de Kober, “o aumento das taxas de escolaridade não vai levar à criação de empregos, o que depende de um modelo político-econômico voltado para isto, e, menos ainda, a uma sociedade mais justa”. (2004, P.9).

Destacamos o fato de que, para atender a esse modo de produção automatizado e a uma nova maneira de organização do trabalho, surge um trabalhador não mais voltado às funções repetitivas e mecânicas. O novo profissional, com a “mundialização do capital”, deve qualificar-se para redimensionar seus conhecimentos, buscando o trabalho em equipe, a capacidade de resolver problemas, de assumir várias funções (versatilidade), enfim, todas as habilidades necessárias às novas tecnologias.

O indivíduo, como vemos, capacita-se para melhor trocar sua força de trabalho por meios de sobrevivência, pois a capacidade de trabalhar é o que possui para ser vendido, sendo necessário que ele torne essa “mercadoria” cada vez mais atraente, em um mercado amplamente competitivo. Contribui Marx (2004): “O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria”. (p. 159).

Neste âmbito de reordenação da vida objetiva e subjetiva dos indivíduos, ao desempregar-se, o trabalhador carrega o estigma de não ter feito o suficiente para ser alguém “empregável”. Volta-se à associação, segundo Kober (2004), entre falta de qualificação e desemprego. O fato é que este vínculo se apresenta como contraditória articulação capitalista, procurando omitir relações econômicas, sociais e políticas que visam à reprodução do capital.

Na realidade, somente mudanças nessas relações podem determinar o modo de inserção social ou a exclusão dos indivíduos. Isso porque, mesmo se atingindo elevado e universal nível de qualificação profissional, a educação e a capacitação não poderiam garantir emprego e estabilidade social para todos, pelo fato mesmo de qualificação não ensejar emprego, com ou sem desemprego estrutural. A não ser que o

⁸⁴ Mencionado no quarto capítulo desta tese.

volume de sujeitos “educados/conscientes” utilizasse os conhecimentos adquiridos a fim de oferecer resistência à opressão e fizessem manifestações/reivindicações⁸⁵, como aconteceu no último semestre de 2010 na Europa. É imprescindível que o aparato educacional seja garantido, no entanto, sabemos que melhorias sociais se vinculam a mudanças na forma de acumulação capitalista e em seu avassalador modelo de exclusão social.

No espectro, a educação moldada aos interesses capitalistas omite-se na abertura de espaços críticos, reproduzindo conceitos estipulados pela classe dominante. No lugar de propor uma formação voltada ao enriquecimento das habilidades subjetivas dos indivíduos, trabalha no sentido de objetivar seus conhecimentos. Referido modelo de formação exhibe resultados importantes para a burguesia, pois, assim como apresentamos, nossos achados empíricos apontam um quadro de estranhamento e resistência à sindicalização no meio gráfico; elementos estes que facultam a apropriação da subjetividade operária pelos interesses do patrão: sem o contato com a práxis reflexiva/combativa, os trabalhadores oferecem menor resistência à exploração. Exatamente por essa abordagem educacional estar voltada aos interesses do mercado, contribui com a gradativa transformação da subjetividade do trabalhador em mercadoria, encaminhando suas características profissionais de forma meramente objetiva.

A formação humana vai abandonando, assim, seu caráter transformador e assumindo-se como fonte de interesses puramente burgueses. Perde-se a lógica cultural, assume-se um referencial completamente mercantil e a própria cultura torna-se um produto a ser comercializado. A “sociedade do saber” cede espaço à “sociedade da informação”, evidencia-se o acúmulo tecnicista de informações distanciadas do contexto histórico-político. Em consequência desta investida, por exemplo, no âmbito dos gráficos, encontramos um baixo índice de escolaridade proveniente da evasão escolar ocorrida na infância/adolescência em virtude da necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar. Assim sendo, em maioria, possuem apenas conhecimentos técnicos necessários à atividade laboral que desempenham.

Esse modelo educacional instaura-se como mais uma ferramenta de opressão da classe trabalhadora, podendo ser considerado como uma forma de

⁸⁵ Ainda assim, o máximo que conseguiriam seriam algumas reformas contingentes dentro da legalidade capitalista.

dominação simbólica, porquanto favorece a subsunção do trabalhador à ideologia dominante, fazendo com que este passe a crer que é o único responsável por seu “fracasso profissional”. Contribui Arrais Neto:

O discurso empresarial vem privilegiando as qualidades subjetivas do trabalhador e defendendo a importância das relações interpessoais no ambiente de trabalho como forma de levar a produção e garantir a satisfação dos funcionários. Na realidade, as mudanças nas formas de gerenciamento de recursos humanos surgem da necessidade de adotar estratégias cada vez mais voltadas para os interesses das empresas e cada menos voltadas para os interesses dos trabalhadores, embora no discurso ambas as partes pareçam beneficiadas. (2004, p. 16).

Dentro das indústrias gráficas não é diferente, pois os trabalhadores são chamados a contribuir em criatividade, inventividade, bom humor e parceria, mesmo que tais intentos não lhes rendam melhorias salariais e não garantam estabilidade no emprego. Instala-se o mito dos “vencedores x fracassados”, perante o qual o desemprego é justificado pela “falta de estudo”, de “qualificação específica” ou de “criatividade/inventividade”, sendo cada indivíduo responsabilizado por seu “índice de empregabilidade”. Denuncia Kober:

A ligação linear entre qualificação e emprego é apontada como solução para males individuais e sociais. Quanto mais escolarizado e mais qualificado, mais ‘empregável’ seria o indivíduo. Num contexto de intensa competição e individualismo, caberia a cada um, e só a ele, a tarefa de qualificar-se para poder participar de alguma forma do mercado de trabalho e, por meio desta inserção, fazer parte da sociedade e não dos ‘excluídos’. Uma tarefa árdua. (2004, p. 04).

Qualificar-se, nessas condições, torna-se uma tarefa bastante complicada em um Estado com políticas públicas reduzidas, sem contar com a quase escassez de investimentos sociais, ainda mais para pessoas que muito cedo tiveram que deixar a escola. É exatamente nesse aspecto que a educação se torna um bem rentável: os indivíduos que quiserem se tornar “empregáveis” deverão investir altos custos em cursos de aperfeiçoamento profissional, ao que podemos alcunhar de “empresariamento do ensino”, uma excelente articulação capitalista para a expansão dos lucros. Com efeito, os detentores do poder tendem a minimizar os propósitos coletivos de suas ações

e privilegiar os interesses economicamente individuais. Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, enfatiza claramente tal situação:

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. (1987, p.46).

A qualificação profissional aufere, portanto, centralidade nos discursos empresariais, como também é estimulada pela mídia. As pessoas são motivadas a “consumir” cursos que lhes rendam títulos, tornando-as, possivelmente, “empregáveis”. Os indivíduos submetem-se, com efeito, a uma formação aligeirada, acumulando mais e mais informações sem, no entanto, ter acesso a uma cultura ampla e geral que permita o favorecimento de reflexões críticas.

Pelo contrário, tornam-se *trabalhadores em potencial*, mais aptos a conviver sem questionamentos ou contestações, pois não recebem uma educação voltada à formação política e à emancipação humana. Temos, então, a necessidade de vislumbrar opções, por via, por exemplo, do que Gramsci (1989) considera “o resgate cultural das massas”, podendo também ocorrer por meio de seus intelectuais orgânicos, que organizam a cultura e contribuem para a formação de novas concepções de mundo, em cada classe social, com suporte nas peculiaridades do grupo que representam.

7 CONCLUSÃO

Apresentar uma conclusão evitando repetições torna-se difícil para nós, pois ao longo de todo o texto apontamos, capítulo a capítulo, seus fechamentos e análises finais. Também dificilmente conseguiremos responder a todas as perguntas surgidas em torno das experiências vivenciadas durante a confecção da tese de sorte que, ficarão algumas como uma “provocação” aos possíveis leitores. Muitas das indagações tiveram o propósito de reflexão complexa acerca da realidade em estudo e não a pretensão de encontrar saídas, pois, com humildade, assumimos que não arriscamos apontar certezas e/ou caminhos para o movimento sindical/social no Brasil.

Pretendemos, muito mais, socializar reflexões e experiências de pessoas em carne e osso, com acertos e erros, que tentam escrever linhas subversivas para a história dos trabalhadores da cidade e do campo no território cearense. Estes sujeitos nos fizeram compreender o inadiável papel formativo e politizador do associativismo em tempos de desemprego estrutural, fome e exploração transnacional, em curso com a alvorada do século XXI, em suas permanências e rupturas. Aprendemos com eles, mais que em qualquer outra instância de nossa experiência como educadores, a eficácia da educação quando desenvolvida, efetivamente, para a consciência e a transformação social.

Conhecemos pessoas das mais diversas e com seus exemplos passamos a acreditar cada vez mais na possibilidade de transgredir os ditames do capital e, compreendemos, conclusivamente, com a emergência de nossa pesquisa de campo, os limites e possibilidades de *estar em si* e de estar *para si*, categorias analisadas por Marx na *Ideologia Alemã* (1998), mas que, até então, estavam distantes de nossa compreensão efetiva. Observamos, dentro do movimento associativista, níveis diversos e/ou antagônicos de *consciência*, que dialeticamente sinalizaram registros de lutas e resistências sociais em curso na atualidade.

Concluimos que a práxis político-educativa no SINTIGRACE representa elemento de resistência em tempos de individualização. Isto porque, como organização social combativa, concretiza uma forma de enfrentamento à subsunção de setores excluídos à razão do capital. Implementa, com efeito, uma luta constante contra os excessos da sociabilidade de mercado, uma vez que esta impõe uma experiência social excludente e segregadora; porquanto, uma vez organizada, a sociedade civil se torna

menos fraca quanto aos embates cotidianos de luta e resistência social, não permitindo a individualização e o enfraquecimento no confronto com os grupos antagônicos.

Vale mencionar que o associativismo é legitimado pelo sistema e que, ao fazê-lo, se deixa aceitar e acata a estrutura legal do sistema social capitalista. Assim, suas possibilidades de mudanças efetivas são pequenas, no entanto, mesmo limitada, a atuação de referidas organizações é constantemente cerceada, fato que anuncia a relevância de seu papel na organização de grupos excluídos, ante o domínio do capital, e os torna preponderantes para a luta de classes.

Nosso texto transitou neste âmbito, ao examinarmos o momento em que grupos sociais oprimidos, ao assumirem uma posição transpondo a si, em função de uma causa coletiva, passaram a associar-se no sentido de somar forças. Quando abandonaram a fatídica posição de estar meramente em si, ensejaram a práxis de uma pedagogia subversiva e de uma ética marxista capazes de resistir no tempo e permanecer combativos até nossos dias.

Algumas indagações impulsionaram nossas reflexões: seria este um movimento realmente consciente? As pessoas envolvidas percebem a dimensão dos estudos feitos? Quais objetivos podem ser revelados com tal manifestação? O que vem a ser, objetivamente, uma manifestação da consciência de classe?

Distantes de conseguir mensurar níveis de consciência de classe, podemos pelo menos considerar que as ações desenvolvidas em consonância aos estudos do SINTIGRACE e à própria formação dos grupos, perpassam uma intensa manifestação de uma consciência de classe adquirida por uma tradição de luta operária vivenciada por esta entidade desde o final do século XIX. Desta feita, de extrato em extrato, cada sujeito, em seu tempo e, diante de suas experiências de vida, vai compreendendo/assimilando os conhecimentos políticos/econômicos debatidos no Sindicato, conseguindo aplicá-los na fábrica, em casa, nas ruas, na igreja etc.

Em contato mais restrito com muitos deles, em quase quatro anos de convivência, observamos mudanças radicais em seus discursos e, até arriscamos mencionar, em suas posturas no trabalho. Os objetivos de conscientizar, letrar, politizar e preparar para a luta vão ganhando corpo, entre avanços e retrocessos e, gradativamente, os envolvidos na formação do SINTIGRACE, também passam a comprometer-se com a luta da classe trabalhadora. Ao longo do percurso observado, contudo, percebemos, constantemente, desistências e novas adesões de trabalhadores, fato que torna esta práxis mais complexa.

Estes dados nos fizeram compreender que o fenômeno anunciado por Marx e Engels como consciência de classe não deve ser pensado como um elemento acabado, ou seja, por se tratar de uma característica do ser social merece ser compreendida em seu inacabamento, em seu incansável movimento e suas inúmeras contradições, porquanto homens conscientes da posição produtiva/econômica que ocupam, conhecedores da origem e da regulamentação da extração de mais-valia e, portanto, dispostos a subverter esta ordem arbitrária de exploração do homem pelo homem, em nossas simples conclusões, é o que reconhecemos como uma dimensão da consciência de classe. São apontamentos que apreendemos diante de inúmeros elementos gradativamente revelados para análise, que foram desde o contexto político até as características peculiares ao grupo: sua dinâmica, ritmo, tempo, impactos e possibilidade de transformação subjetiva dos sujeitos.

Estas vivências, que nos propiciaram o contato com uma subjetividade operária em processo de organização/luta, comprovaram que os princípios marxistas apimentam, fundamentam e favorecem a práxis desta pedagogia subversiva. Pelo que presenciamos, poucas obras suscitaram tanto debate e reflexões quanto as de Marx, Engels e Lênin, poucas ideias se encaixaram, com nítida expressão, aos anseios dos trabalhadores quanto os textos destes autores. Os exemplos, os esclarecimentos e a real possibilidade de transformação anunciadas pelo marxismo ainda ecoam no meio operário estudado.

Compreendemos o ambiente estudado como um espaço/tempo de (re)inserção político-educativa de trabalhadores em tempos de (re)conquista de si, partindo de intenções coletivas que demonstram uma autodeterminação admirável e mantêm evidentes interesses classistas. Esta específica dedicação dos trabalhadores, todavia, a fim de alcançar, de maneira bem-sucedida, autoemancipação em termos educativos, políticos e produtivos enfrenta obstáculos bem maiores do que suas forças podem transpor.

Consegue registrar, porém, o Sindicato como escola para a formação cultural, política e ideológica, assim como anunciaram Marx e Engels (1968). Nestes termos, afirmamos a capacidade do movimento estudado em relacionar categorias como Cultura, Educação e Resistência Social, a fim da consolidação do processo constituidor da consciência de classe. Dialogamos, em vivência do método científico dialético, orientados pelo princípio da contradição - desde limites e possibilidades da ação

educativa aliada à luta de classes, com resultados de uma ação combativa que alimenta algumas conquistas socioculturais no meio trabalhista.

Em suas ações, o SINTIGRACE logra deixar erguida a bandeira da luta de classes: fiscalizando as empresas gráficas no sentido dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho; lutando a cada campanha salarial; exigindo o sábado livre e o fim do banco de horas; debatendo-se pela redução da jornada de trabalho (de 44h para 40h) e pelo pagamento das inúmeras e constantes horas extras; denunciando as subcontratações e a precarização dos serviços, atentos ao pagamento das férias e do décimo terceiro salário⁸⁶; nas portas de fábricas, conscientizando e recrutando trabalhadores; no campo ajudando na formação política e nas alternativas de produção comum; nas ruas em manifestações por melhores condições de vida tanto para os gráficos quanto para as outras categorias, em reuniões e/ou atos públicos com outras categorias objetivando avanços para a classe trabalhadora; liderando e/ou participando de greves das mais diversas categorias; alertando os trabalhadores da necessidade de organização, disciplina, estudo e luta, no sindicato; estudando, assistindo a filmes e debatendo sobre possibilidades de mudança; na universidade assistindo a palestras e contribuindo com pesquisas sociais e históricas; sofrendo perseguições e demissões ilegais; nas empresas enfrentando patrões irritados; nas reivindicações e piquetes sofrendo repressão da polícia; em seus jornais denunciando e (re)escrevendo a história do movimento operário no Ceará - entre muitas outras ações registradas nesta tese.

A imprensa do SINTIGRACE, por sua vez, apresenta conteúdo de alto nível educativo, político, econômico e histórico, sendo marcada por um vocabulário simples e esclarecedor/conscientizador, conseguindo tocar o imaginário/real da classe que representa. Também consegue incomodar agudamente a classe oponente: os patrões. Em suas páginas encontramos a vida do proletariado em nosso Estado, suas denúncias, seus costumes, seu modo de ver e compreender o mundo, suas mazelas e misérias, seu exíguo lazer e a necessidade imediata de transformação.

Nos seus jornais lemos parte de suas histórias, vimos suas imagens e nos emocionamos com sua coragem de seguir lutando, mesmo com risco de perder o emprego, fato que lhes renderia sofrimento e necessidades existenciais. Compreendemos, na interpretação desses instantes, que greve dentro da iniciativa privada é um ato quase suicida a quem precisa do emprego para sobreviver. O Sindicato

⁸⁶ Muitas empresas ainda resistem a esses cumprimentos.

precisa ter um fundo de reserva financeira no intuito de alimentar os grevistas, do contrário, as privações são inúmeras. O empresário tem aversão a grevistas e as punições são severas: não trabalhou? Não recebe salário e, se voltar ao emprego, sofrerá perseguições e perderá gratificações e/ou promoções. As folhas amareladas dessa imprensa operária nos fez conhecer o registro de expressões peculiares a cultura operária, formas inteligentes de transgredir a imposição da língua oficial e de denunciar as injustiças diárias. Como evoca Marx (1968), o protesto tem incontido significado histórico para as conquistas trabalhistas.

A demissão de Juarez Alves⁸⁷, pelo jornal O Povo, em retaliação a sua conduta combativa e os ataques ao sindicalismo, registrados passo a passo em seus jornais, somados às lutas cotidianas discutidas por toda a tese, foram momentos significativos para esta caminhada investigativa; ao que afirmamos o quanto o SINTIGRACE incomoda a categoria patronal e lhe atribuímos o título de Sindicato de Resistência. Estes substratos nos renderam aproximação com as bases históricas/materiais que agem sobre a mente dos sujeitos para a ação consciente e subversiva: a indignação diante dos excessos da exploração e a compreensão de que juntos são mais fortes e podem, com muita disciplina e coragem, alcançar algumas conquistas. Paire, contudo, uma constante indagação: como tornar possível a dissolução dessas relações de produção historicamente reificadas, baseadas em concepções capitalistas?

Aproveitando o silêncio desta resposta, pensemos na experiência de Pentecoste. Em análise dos fatos aqui apresentados, concluímos que o estranhamento e o enraizamento das relações capitalistas, tanto do ponto de vista social quanto econômico, são elementos decisivos para os limites da experiência coletiva ali experienciada. Outro aspecto importante e que, em nossa interpretação do fenômeno, parece claro, é a ausência da participação daquele grupo em lutas sociais efetivas. Isso porque os sujeitos em análise não tiveram, anteriormente, engajamento em lutas coletivas, diferenciando-se dos gráficos, e um militante se faz dentro da práxis combativa/reivindicatória; nos embates de classe, passam a tomar consciência da luta anticapitalista e do valor da coletividade. Em outros termos, as condições subjetivas não estavam consolidadas e a latência ideológica do capitalismo somada às inúmeras dificuldades financeiras/estruturais enfrentadas, foram mais fortes.

⁸⁷ Coordenador dos grupos de estudos e debates no SINTIGRACE.

Consideramos que a prática continua sendo um critério de verdade para tal vivência, pois em termos objetivos, tudo ao redor desse grupo, no todo do assentamento, pulsava em consumismo, individualismo e estranhamento, e a práxis coletiva não teve tempo de tornar-se sólida. A tentativa de uma relação de produção diferenciada em meio a um universo capitalista, contudo, significou um processo de reflexão/amadurecimento para aquele grupo e os outros que o acompanhavam, não seria justo negar o aprendizado vivenciado. Para nós, em nosso também percurso de aprendizado: aprofundamos categorias marxianas como Trabalho Estranhado e Propriedade Privada, dado que as marcas do vivido demonstram o quão é difícil romper com relações de estranhamento quando os sujeitos envolvidos possuem severo enraizamento no modo de produção capitalista e a propriedade privada ocupa lugar de destaque em suas formas de (sub)existir.

Importa ainda registrar o fato de que ao longo da pesquisa, tivemos contato com outros assentamentos, experienciando uma formação política e formas alternativas de produção; também acompanhadas por integrantes do grupo de formação política do SINTIGRACE. Alguns destes estavam vinculados ao MST, não é o caso de Pentecoste, detalhe que, em nossa compreensão, pesa bastante na consolidação das propostas marxistas de produzir sem exploração e resistir à opressão, pois, integrantes do referido movimento camponês, além do histórico de lutas, possuem seus grupos de estudo/ações marxistas. Em contato com esses militantes, também percebemos a dedicação ao processo de intelectualização da classe de trabalhadores do campo.

Muitos são os elementos que os aproximam das ações no SINTIGRACE, por isso, contam sempre com o apoio recíproco. Ao final desta tese, o que ficou de certeza é que, na elaboração de cada resposta levantada, tantas outras perguntas surgiram, visto que tivemos acesso a muitas fontes e inúmeras realidades, unidas por objetivos comuns e separadas por suas especificidades produtivas, mas que, em termos desta pesquisa, se aglutinaram como capilaridades de nosso objeto de estudo. Em verdade, o objetivo de compreender o processo de constituição da consciência de classe aliada a uma práxis educativa reflexiva, respaldada em fundamentos marxistas, em tempos de desarticulação da classe trabalhadora, foi mais prazeroso do que difícil: conhecemos pessoas das mais diferentes categorias dispostas à luta coletiva, todavia ressaltamos que, quantitativamente, esse contingente se distancia de uma possibilidade de reação significativa ao capital. Qualitativamente, no entanto, vale a pena ser registrado e seguido para possivelmente ser ampliado.

É, pois, com satisfação que voltamos a algumas indagações surgidas no texto: como as frentes de resistência da classe trabalhadora, brutalmente atacadas pelo (neo)liberalismo e o desemprego estrutural, vêm sobrevivendo? De que forma se organizam? 2) Estaríamos diante de um profundo “retrocesso” de conquistas adquiridas historicamente pela luta dos trabalhadores? 3) É possível pensar em formação política e consciência de classe no sindicalismo de hoje?

Constatamos, ademais, que estas respostas foram delineadas na elaboração da tese, todavia, julgamos necessário voltar a elas neste espaço de conclusão. As frentes de resistência da classe trabalhadora, brutalmente atacadas pelo (neo)liberalismo e o desemprego estrutural, em maioria, são cooptadas e/ou estão transitoriamente “anestesiadas”, mas podem ser tocadas e voltar ao combate. Isto porque encontramos sólidos exemplos de que alguns grupos resistem, lutam e se nutrem de princípios marxistas, de solidariedade de classe, de ideias subversivas e da certeza da transitoriedade do capitalismo e seu modelo opressor. Complementando estas afirmações, confirmamos diante do já demonstrado em todo o texto, que se organizam em torno da luta de classes como apontamos nos exemplos do SINTIGRACE.

É tempo, então, de admitir que consideramos o contexto atual como um momento transitório de “retrocesso” de conquistas adquiridas historicamente pela luta dos trabalhadores. Em vista dos dados que apresentamos - reforma da previdência pública e privada, cooptação de sindicatos e movimentos sociais, flexibilização no ambiente de trabalho, banco de horas, polivalência, sobretrabalho, horas extras não pagas, subcontratação, terceirização, quarteirização, muitos trabalhadores sem carteira assinada, sem décimo terceiro salário, sem férias remuneradas, privatizações, corte de investimentos em saúde, educação e moradia, etc. Entre as várias observações, porém, certamente, foi possível destacar processos contingenciais de formação política e consciência/luta de classe no sindicalismo de hoje.

Impõe-se, pois, a conclusão: encontramos um profundo desgaste do modelo sindical, principalmente após a chegada do PT ao poder, demonstrando o quanto tem sido difícil articular o Movimento Sindical para uma luta efetiva, dado que muitas lideranças agora são governistas e trocaram os termos/ações luta e resistência por parceria e negociação. Lembrando também o agravante diante da desilusão partidária – desfiliação da CUT e negação do PT como representante da classe trabalhadora - ocorrida em consequência de muitas posturas neoliberais efetivadas pelo PT. Não podemos, entretanto, atribuir esse desgaste apenas ao governo petista, os ataques ao

movimento sindical, próprios do neoliberalismo, fincaram raízes no Brasil desde a era Collor (1990).

Com amparo nos indicadores da nossa pesquisa de campo, destacamos algumas tentativas de resistência dos trabalhadores ao mal-estar socioeconômico em consolidação em nosso País, guardando-se, porém, as devidas limitações desse movimento. É importante concluir o fato de que o SINTIGRACE, em nossa interpretação, configura realidade diferenciada nesse quadro de inércia a que está submetida grande parcela do movimento operário brasileiro. Reiteramos que esta afirmação não acontece deslocada das contradições apresentadas pelo grupo.

Para os objetivos deste trabalho, concluímos, ainda, que há no SINTIGRACE uma ideia de educação que contrasta fortemente com aquela em voga nos espaços escolares. Nestes, a formação é tratada de modo que a prática social e as relações sociais sejam abstraídas como se vínculo algum tivessem com os conhecimentos escolares e entregam-se à lógica tecnicista de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Ao contrário disto, a concepção que dirige a prática do grupo de trabalhadores em foco cinge-se à tese de que a educação é parte fundamental do conjunto das relações sociais, portanto, determinada por estas relações mais amplas, bem como constitui instrumento de manutenção ou de mudança da realidade social.

A incorporação destas ideias/fatos à nossa pesquisa desencadeou mais perguntas: qual o significado da ação educativa que vivenciam? Qual é o papel da educação e dos sindicatos na formação e no desenvolvimento da consciência de classe desses trabalhadores? Que cultura pode ser (re)inventada no seio da classe trabalhadora?

Pelos debates/fatos apresentados, podemos considerar que a ação educativa vivenciada no SINTIGRACE tem um significado político-ideológico de associar-se à luta de classes, no intuito de abandonar o estranhamento e o distanciamento da interpretação crítica da realidade. Não obstante, a práxis educativa em tese, assume o papel dentro do Sindicato de formar quadros de militantes aptos, intelectualmente/culturalmente, a compreender e lutar para transformar o sistema de opressão experienciado cotidianamente. Assim, a almejada transformação subjetiva/objetiva dos sujeitos (re)inventaria uma cultura combativa/reivindicatória e consciente no seio da classe trabalhadora.

Na esteira destas análises, dado o caráter epistemológico da nossa investigação, apreendemos que o conceito de cultura intencionado no SINTIGRACE, tem relação direta com a mudança de hábitos, posturas, costumes, crenças, preconceitos

e valores enraizados pela cultura do individualismo e do consumismo fortemente difundidas pelas relações sociais/produativas do capitalismo. Árdua tarefa esta de tentar reverter posições e concepções de mundo historicamente constituídas, pois parte dos trabalhadores resiste a estas mudanças e evade-se, enquanto outra parte se identifica e passa a defendê-las. Só o tempo/amadurecimento e a prática cotidiana de luta, no entanto, os faz compreender a real dimensão das necessárias transformações no jeito de ser e estar no mundo.

Afinal, o homem precisa ter o domínio de si para produzir/viver em liberdade. É necessário, portanto, que as relações de produção e as dimensões sociais favoreçam a sociedade como um todo, e que os meios de produção sejam de posse irrestrita da comunidade. Em outros termos, o fim da propriedade privada, como defenderam Marx e Engels em suas vastas obras, é um bem necessário para a classe oprimida.

Ante tal afirmação e conectados ao movimento operário em estudo, destacamos, por fim, a idéia de que ao se tornarem gradativamente conscientes e combativos, aqueles que se reúnem no SINTIGRACE anunciam/compreendem/difundem a necessidade de transformação das relações de produção que vivenciam. Em torno desta necessidade de reação organizam-se, lutam e tentam fazer frente à arbitrariedade e à desumanidade da burguesia no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Nova ofensiva do capital**, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S., OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**: as novas determinações do capital. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANDERSON, Perry. Balanço Neoliberal. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (organizadores) – **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Vários autores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª reimpressão, São Paulo SP: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARRAIS NETO, Enéas Neto (Org.). **Educação e Modernização Conservadora**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

ARRAIS NETO, Enéas Neto. **Empregabilidade, Competências e Desqualificação dos Trabalhadores**: A Dança das Palavras Sobre o Solo Real das Transformações Produtivas. In: SOUSA, Antônia Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes (Orgs.). **Educação Profissional** Análise Contextualizada. Fortaleza: CEFET – CE, 2005.

ARRAIS, Enéas Neto. **Mundo do Trabalho**: debates contemporâneos. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. – 7 ed. – São Paulo, 1994. (Obras escolhidas, vol. I).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá .1ª edição em português, São Paulo SP : Xamã, 1996.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Globalização, Neoliberalismo e a Questão da Transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. – (coleção educação contemporânea).

FREDERICO, Celso. TEIXEIRA, Francisco. **Marx no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos Políticos**. Vol. I. Organização e Tradução Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7 Edição. Editora Civilização brasileira.1989.

GONÇALVES, Adelaide. BRUNO, Allyson. **O Trabalhador Gráfico – edição fac similar**. Fortaleza – CE: Editora UFC, 2002.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão: Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

HOLANDA, Tarcísio. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 de dezembro de 2005, Caderno 1.

KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação Profissional – Uma Tarefa de Sísifo**. Campinas SP: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

KONDER, Leandro. **Ética Marxista**. In: LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**. Tradutores Cláudia Schiling, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 2 ed ampliada 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

LENIN, Vladimir Ilích. **Sobre os sindicatos**. Sao Paulo: Polis, 1979. 238 p. ; 21cm.- (Colecao teoria e historia ; 4).

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Tradução de Carlos Néelson Coutinho. RJ: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

LUKÀCS, Georg. **História e Consciência de Classe – Estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento; Revisão da Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global Editora, 1990.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3 ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Sobre o Sindicalismo**. Seleção de Textos de C. Bastien; Tradução do Francês de João Manuel. Pontos de Vista, São Paulo, 1968.

MARX, Karl Heinrich. **Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. 1 ed. – São Paulo: Expressão popular: 2009.

MARX, Karl. **Miséria de La Filosofia**. Ed. Actualidade, 192, Buenos Aires.

MARX, Karl . **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo: 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Sobre o Sindicalismo**. Seleção de Textos de C. Bastien; Tradução do Francês de João Manuel. Pontos de Vista, São Paulo, 1968.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital – Volume I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 4ª edição, 1890, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à Brasileira. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (organizadores) –**Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Vários autores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção- Além da Produção em Larga Escala**. Tradução Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PAULA, João Antônio. A longa servidão – a trajetória do capitalismo no Brasil. In: **Adeus ao desenvolvimento: uma opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, Vol. 1, N.2, 1996, p.59-72.

_____. “**Forma e significado na história oral**”. A pesquisa como experimento em igualdade. **PROJETO HISTÓRIA**, 14, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1997(a), p. 7-24.

_____. “**O que faz a história oral diferente**”. **PROJETO**

HISTÓRIA, 14, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1997(b), p. 25-39.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros.**/Tradução de Maltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Peculiaridade dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História da ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção Memória da Educação).

TEIXEIRA, Francisco J. S., OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva:** as novas determinações do capital. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

www.oitbrasil.org.br, novembro de 2010

JORNAIS E REVISTA CONSULTADOS

TRABALHADOR GRAPHICO, Fortaleza, Sábado, 19 de abril de 1930

TRABALHADOR GRAPHICO, Fortaleza, sábado, 10 de maio de 1930

TRABALHADOR GRAPHICO, 1º de maio de 1930

TRABALHADOR GRAPHICO, 10 de maio de 1930

VOZ DO GRÁFICO, ago/set de 2008

TRABALHADOR GRAPHICO, 21 de junho de 1930

VOZ DO GRÁFICO, setembro de 2007

VOZ DO GRÁFICO, julho/agosto 2007

VOZ DO GRÁFICO, junho de 2007

VOZ DO GRÁFICO, julho/agosto de 2007

VOZ DO GRÁFICO, agosto de 2009

VOZ DO GRÁFICO, maio de 2009

VOZ DO GRÁFICO, setembro de 2007

VOZ DO GRÁFICO, MAIO DE 2008

VOZ DO GRÁFICO, fevereiro de 2009

VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2009

VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2009

VOZ DO GRÁFICO, janeiro de 2008

VOZ DO GRÁFICO, JULHO DE 2009

VOZ DO GRÁFICO, maio de 2008

Revista UNIGRAFICA, janeiro de 2004, ano II, nº 09

VOZ DO GRÁFICO, junho de 2009